



**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

SIDINEYA AIRES DE MEDEIROS

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL GOIANO – CAMPUS MORRINHOS**

Morrinhos

2020

SIDINEYA AIRES DE MEDEIROS

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Morrinhos do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientadora: Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Morrinhos

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

M488p Medeiros, Sidineya Aires de.

Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos. / Sidineya Aires de Medeiros. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2020.

135 f. : il. color.

Orientadora: Dra. Sangelita Amaral Franco Mariano

Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2020.

1. Ensino Médio Integrado. 2. Evasão. 3. Permanência. I. Mariano, Sangelita Amaral Franco. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 373.6

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Poliana Ribeiro, CRB1/3346

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO - TCAE



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Sidineya Aires de Medeiros

Matrícula: 20182043310214

Título do Trabalho: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS MORRINHOS

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 23/10/2020

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não


O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

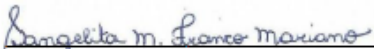
O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos, 23/10/2020


Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS - GO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ATA Nº / 024

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 09h30 (nove horas e trinta minutos), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano (orientadora), prof. Dr. Marco Antônio Carvalho (avaliador interno), prof^ª. Dra. Michelle Castro Lima (avaliadora externa) sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada via Web conferência (GoogleMeet), para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de SIDINEYA AIRES DE MEDEIROS discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi APROVADA e o Produto Educacional foi APROVADO e VALIDADO, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos.

Observações/Recomendações: As alterações solicitadas pela Banca Examinadora deverão ser atendidas em acordo com a orientadora.

Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO
121.0880

Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano – Campus Posse

Prof^ª. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

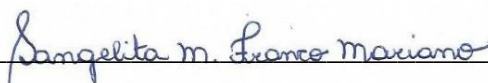
SIDINEYA AIRES DE MEDEIROS

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 04 de setembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

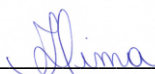
Instituto Federal Goiano

Orientadora



Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho

Instituto Federal Goiano



Profa. Dra. Michelle Castro Lima

Instituto Federal Goiano

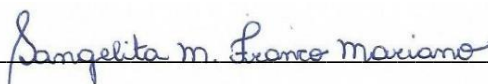
SIDINEYA AIRES DE MEDEIROS

GUIA DO ESTUDANTE
Cursos Técnicos Integrados

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 04 de setembro de 2020.

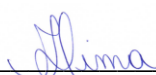
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Instituto Federal Goiano
Orientadora



Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho
Instituto Federal Goiano



Profa. Dra. Michelle Castro Lima
Instituto Federal Goiano

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela perseverança no decorrer do curso.

De maneira especial, à minha orientadora, Professora Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano, pela amizade, pelas palavras de incentivo e orientações. Com certeza, sua presteza e disponibilidade de sempre, diminuíram minha ansiedade e me motivaram a continuar.

Aos idealizadores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), pela oportunidade de acesso ao curso.

Ao Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, pelo apoio e incentivo na qualificação dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE).

Agradeço, com todo meu amor, às minhas filhas, Samantha e Beatriz, pelo incentivo, amor e paciência.

À minha mãe, com muito amor e gratidão, que ao longo de toda minha vida, sempre fez tudo que estava ao seu alcance para realizar os meus sonhos.

Aos meus colegas de curso, a todos os professores que dividiram conosco experiências, diálogos, ensinamentos e discussões, em especial à professora Dra. Cíntia Maria Felício.

Agradeço à banca de qualificação, professora Dra. Leigh Maria de Souza e professor Dr. Marco Antônio de Carvalho por todas as contribuições para a construção deste estudo.

À banca de defesa, professor Dr. Marco Antônio de Carvalho, professora Dra. Michelle Castro Lima, pela disponibilidade e contribuições.

A todos os colegas do IF Goiano, pela amizade e prontidão em colaborar com a pesquisa, em especial àqueles que me receberam em seus departamentos.

Aos alunos que contribuíram para a realização deste estudo, respondendo aos questionamentos, sem vocês nada teria se concretizado, pois são a razão da escola existir.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui e conseguisse cumprir mais esta etapa da minha vida.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. ”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho situa-se no campo das políticas públicas sociais e educacionais, mais especificamente, refere-se às políticas de assistência estudantil e educação profissional e tecnológica. A investigação tem como objetivo identificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE) é ofertada nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano campus - Morrinhos e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes dos referidos cursos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Tal estudo ocorreu por meio de investigação documental e bibliográfica com a utilização de questionários e entrevistas. O levantamento histórico da educação profissional no Brasil mostrou que a dualidade educacional está presente até os dias atuais e o ensino médio integrado pode ser considerado como a “Travessia” para uma nova realidade. Para que essa possibilidade seja proporcionada ao estudante, ele precisa conhecer efetivamente a instituição em que está inserido, bem como os programas e projetos que possam contribuir para sua permanência e êxito. Contudo, por meio desta pesquisa, verificou-se que a maioria dos estudantes não conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objeto deste estudo. Nesse sentido, o produto educacional desenvolvido foi o Guia do Estudante dos Cursos Técnicos Integrados, instrumento que possibilita aos estudantes conhecer as ações do Pnaes implementadas e como cada uma delas é desenvolvida no campus Morrinhos.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Pnaes. Evasão. Permanência.

ABSTRACT

This research is developed in the social and educational public policies field, more specifically the student assistance policies and professional and technological education. The investigation aims to identify how the Student Assistance Policy (PAE) is offered in high school technical courses at IF Goiano - Morrinhos and what the possible implications of the development of such policy are, regarding the permanence and success of the students from the referred courses. This is a qualitative research typified as a case study. The research was based on documentary and bibliographic investigation, and field research using questionnaires and interviews. The historical survey of professional education in Brazil showed that the educational duality is present up to the present day and integrated high school can be considered as a "Passage" to a new reality. For this possibility to be offered to students, they need to effectively know the institution in which they are inserted, as well as the programs and projects that can contribute to their permanence and success. However, the research demonstrated that most students do not know the National Student Assistance Program (PNAES), object of this study. Given this, an Integrated Technical Courses Student Guide was developed as educational product, an instrument that allows students to learn about the Pnaes actions implemented and how each one is developed at Morrinhos campus.

Keywords: Integrated High School. Pnaes. School dropout. School Permanence.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica	44
Figura 2	Entrada do campus Morrinhos pela BR 153	65
Figura 3	Fotografia aérea do campus Morrinhos	66
Figura 4	Mensagem enviada aos estudantes	102
Gráfico 1	Idade dos discentes participantes.....	86
Gráfico 2	Participantes da pesquisa	86
Gráfico 3	Origem escolar	87
Gráfico 4	Tipo de Moradia	88
Gráfico 5	Localização da moradia	88
Gráfico 6	Escolaridade do pai	89
Gráfico 7	Escolaridade da mãe	89
Gráfico 8	Renda familiar mensal.....	90
Gráfico 9	Meio de transporte	91
Gráfico 10	Trabalho	92
Gráfico 11	Idade que começou a trabalhar	92
Gráfico 12	Avaliação do fato de estudar e trabalhar	93
Gráfico 13	Participação nos editais	94
Gráfico 14	Principais desafios	97
Gráfico 15	Estudantes que conhecem ou não o Pnaes	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Docentes 2019.....	68
Tabela 2	Técnicos Administrativos em Educação (TAE) 2019	69
Tabela 3	Ciclos de matrículas Proeja - 2007 a 2016	70
Tabela 4	Cursos Técnicos Integrados 2019	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Leis Orgânicas do Ensino – Reforma Capanema	39
Quadro 2	Cursos técnicos extintos	63
Quadro 3	Cursos técnicos 2019	67
Quadro 4	Cursos de graduação 2019	67
Quadro 5	Cursos de pós-graduação 2019	68
Quadro 6	Legenda cursos técnicos	83
Quadro 7	Editais assistência estudantil 2019	94
Quadro 8	Resultados editais 2019	95

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EDUCACENSO	Censo Escolar da Educação Básica
EaD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFEs	Instituições Federais de Ensino
IFs	Institutos Federais
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
SEDUCE	Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação

UNED

Unidade de Ensino Descentralizada

UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PROCESSO HISTÓRICO E ONTOLÓGICO DA RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS SOCIAIS	32
2.1 Breve histórico da educação profissional no Brasil.....	35
2.2 Trabalho e educação: articulação com o ensino médio	45
2.3 Políticas públicas sociais no cenário neoliberal	48
2.4 Política de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.....	56
3 A RELAÇÃO ENTRE O PNAES E OS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF GOIANO - CAMPUS MORRINHOS.....	62
3.1 Contextualizando o lócus da pesquisa: IF Goiano - Campus Morrinhos.....	62
3.2 A Assistência Estudantil sob o olhar dos ex-gestores da instituição	71
3.3 Política de Assistência Estudantil no âmbito do IF Goiano e no Campus Morrinhos a partir da implementação do Pnaes.....	74
3.4 A Política de Assistência Estudantil no Campus Morrinhos: sob a ótica da Assistência Estudantil e da Comissão de Permanência e Êxito	77
3.5 Caracterização dos estudantes participantes da pesquisa	82
3.6 Análise dos editais de assistência estudantil	93
3.7 A percepção dos estudantes: (des)caminhos sobre a Assistência Estudantil ..	96
3.8 Produto Educacional: GUIA DO ESTUDANTE	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES.....	118
Apêndice A – Questionário com estudantes dos cursos técnicos integrados	118
Apêndice B - Roteiro de entrevista com gestores anteriores ao Pnaes	122
Apêndice C – Roteiro de entrevista com atual coordenação da assistência estudantil /membros da comissão de permanência e êxito	125
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Alunos Maiores, coordenadores e gestores)	127
Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Pais/responsáveis)	131
Apêndice F – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (Alunos menores	134

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujos objetivos são:

[...] democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

O interesse pela temática ocorreu, principalmente, pelo fato de tratar-se de assunto relevante para a sociedade, haja vista que a evasão escolar é um grande problema que permeia a educação brasileira, envolvendo questões de desigualdade econômica, social, cultural em uma sociedade inserida no modo de produção capitalista. Essa realidade, foi observada a partir dos quase 15 anos, agosto de 1999 a junho de 2014, período em que atuei como servidora pública estadual da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE - GO), com o cargo de Assistente Administrativo Educacional, em secretaria escolar de diversas escolas estaduais da cidade de Morrinhos-GO. Nesse percurso, tive a oportunidade de ver de perto os elevados números de evasão e, ainda dentro desse mesmo período, nos três últimos anos no cargo, trabalhei na Subsecretaria Regional de Educação de Morrinhos, nesta com a função de Coordenadora Regional do Censo Escolar da Educação Básica (EDUCACENSO), e pude percorrer as escolas estaduais, municipais e particulares das 7 cidades, quais sejam: Morrinhos, Caldas Novas, Rio Quente, Pontalina, Edealina, Água Limpa, Marzagão, em que à época pertenciam àquela subsecretaria.

Nesses três anos na coordenação, foi possível, conhecer de perto os números da evasão escolar na regional em que eu atuava e, constatar que esse fenômeno ocorre, em maior número, nas escolas públicas, no ensino médio e em período noturno. Tal constatação foi possível, pois, é função da coordenadora regional, acompanhar cada escola na coleta dos dados, que ocorre, por meio do sistema Educacenso. Esse sistema é a ferramenta utilizada para realizar o Censo Escolar que

[...] é uma pesquisa estatística declaratória realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que tem por objetivo realizar um amplo levantamento sobre a educação brasileira. É o mais importante levantamento estatístico educacional sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica e da educação profissional. (BRASIL, 2020).

Sob esse viés, o que me motivou a realizar um estudo de caso acerca da aplicabilidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foi o fato de estar inserida, atualmente, como servidora pública federal, com o cargo de Auxiliar em Administração, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, campus Morrinhos e presenciar cotidianamente a realidade vivenciada pelos discentes ali matriculados. Como consequência temos a hipótese de que o Pnaes interfere nas condições de permanência e êxito dos estudantes

Diante desse cenário, e, sabendo que o Pnaes foi criado com a finalidade de contribuir para a permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino, surgiu uma inquietação em compreender como ocorre a efetivação dessa política pública nos cursos técnicos de nível médio. Outra motivação é devido a minha formação acadêmica em Serviço Social, profissão que tem como origem “a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.” (MARTINELLI, 2005, p. 66)

Iamamoto (2012) corrobora com esse entendimento, ao afirmar que a questão social, em suas múltiplas expressões, é o objeto de trabalho do assistente social. Para ela, a questão social é

[...] apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 27, grifos da autora).

No âmbito educacional, essas desigualdades acarretam prejuízos àqueles que necessitam inserir-se precocemente, e sem formação, ao mundo do trabalho,

para desde cedo colaborar com o sustento da família. Saviani (2003) destaca que os filhos da classe trabalhadora têm necessidade, antes mesmo de completar a maioridade, de ingressar no mundo do trabalho, com objetivo de complementar a renda da família e, em algumas situações, para autossustentação.

Essa situação provoca, como consequência, altos índices de evasão, principalmente no ensino médio, fase da vida em que os estudantes necessitam ou acreditam estarem em idade para entrar no mercado de trabalho, resultando em um grande problema na educação brasileira, principalmente na rede pública de ensino, e mais especificamente no ensino médio. Um agravante para esse problema é o fato de que

[...] as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. (DORE; LÜSCHER 2011, p.776).

Nessa perspectiva, percebe-se a complexidade do problema, pois, além de envolver o estudante, a família, os professores e toda a comunidade escolar, abarca também

[...] questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais. [...]. Do ponto de vista social e individual, a escola representa oportunidade fundamental para enfrentar e superar limitações do contexto, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, isso requer a permanência do estudante na escola. No caso da educação brasileira, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, particularmente, na escola técnica, são definidas em grande medida pela política educacional voltada a essa modalidade de ensino e a sua relação com o ensino de nível médio. (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 778).

Segundo essas autoras, estudos sobre o assunto destacam a importância da prevenção e identificação precoce do problema e o acompanhamento individual dos estudantes que estão em situação de risco de evasão e/ou retenção. Diante disso, é necessário criar estratégias objetivando combater esses problemas ou ao menos minimizá-los. Pois, como afirma Saviani (2003), os evadidos da escola seguem, sem

nenhuma qualificação profissional e com baixíssima escolaridade, engrossando as fileiras do trabalho simples, ou seja, aquele tipo de trabalho que não exige escolarização, provocando o ingresso prematuro, e sem formação, no mundo do trabalho, e ainda contribuindo fortemente para a valorização do capital.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há no Brasil, em situação de desemprego, “cerca de 33 milhões de jovens com idade entre 15 e 24 anos, o que corresponde a mais de 17% da população.” (BRASIL, 2018). Muitas vezes há postos de trabalho vagos e falta mão-de-obra qualificada, como é o caso da área de tecnologia, que segundo (SCHELLER; SCARAMUZZO, 2019), pelo menos metade dos 70 mil empregos que devem ser criados em Tecnologia da Informação (TI), por ano, até 2024, podem não ser preenchidos, mesmo tendo 13,4 milhões de brasileiros desempregados.

Dados como esses reforçam a necessidade de uma formação educacional básica que tenha o trabalho como princípio educativo.

[...] no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. (SAVIANI, 2007, p.160).

Essa proposta de educação, em que atividades práticas devem ser tratadas de maneira explícita e direta, deve ser efetivada no ensino médio, que é a última etapa da educação básica. Porém, para sua efetivação, é necessária a integração entre trabalho e educação, e isso exige a implementação de um currículo integrado. Para tanto, no ensino médio integrado deve haver o comprometimento e cooperação dos docentes do núcleo comum, ou seja, da formação geral com os do núcleo profissionalizante.

Quando se trata do ensino médio integrado, além da necessidade de integralização curricular, percebe-se a importância da implementação de programas de assistência estudantil, pois a forma de ensino articulada entre educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, exigem dos estudantes dedicação em tempo integral, o que impede ou dificulta a conciliação entre os estudos e a empregabilidade.

Diante disso, uma das estratégias criadas foi a instituição do Programa

Nacional de Assistência Estudantil, em âmbito federal, pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

Esse programa traz um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes das IFEs, visando à permanência e êxito na perspectiva de melhoria do desempenho escolar, produção de conhecimento, qualidade de vida e inclusão social. Porém, pelo fato do decreto trazer em sua literalidade os estudantes de cursos superiores, surge uma inquietação a respeito do desenvolvimento de suas ações nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano, Campus Morrinhos.

Como problemática para essa pesquisa apresenta-se o seguinte questionamento: a Política de Assistência Estudantil (PAE) ofertada na educação profissional e tecnológica nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano campus Morrinhos interfere na situação de permanência e êxito desses alunos?

Logo, esta investigação tem como objetivo geral identificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE) é ofertada nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano campus Morrinhos e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes dos referidos cursos. Trata-se de um estudo de caso, envolvendo os discentes dos três cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF Goiano campus Morrinhos, os quais são: Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática. O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: identificar quais ações do Pnaes são ofertadas pela instituição pesquisada; verificar como são divulgadas nos cursos técnicos de nível médio; identificar os discentes dos cursos técnicos que são atendidos pelo Pnaes no ano 2019; identificar os discentes matriculados e evadidos (transferidos) no ano de 2019 e a relação destes com as ações do Pnaes; e por fim, desenvolver um produto educacional para a divulgação e esclarecimentos acerca da PAE no IF Goiano campus Morrinhos.

A fim de compreender a concretização dessa política no âmbito dos IFs, alguns questionamentos foram necessários para nortear a pesquisa: Antes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), existiam programas e projetos voltados para a assistência estudantil na instituição pesquisada? Quais? Ao ingressarem na instituição, os estudantes sabem da existência do Pnaes e quando

tomam conhecimento é por meio de qual veículo de comunicação? A maneira como os estudantes tem contato com essa política está sendo efetiva? Como é realizada a divulgação dessa política? Como é feita a seleção dos estudantes? Há algum tipo de avaliação dos resultados obtidos com o Pnaes?

A busca por respostas para esses questionamentos subsidiou a construção dessa dissertação e, conseqüentemente, contribuiu para a elaboração e desenvolvimento do produto educacional, o qual pretende constituir como contributo para a permanência e êxito dos estudantes do ensino médio integrado à educação profissional e, mais que isso, infere-se que o mesmo possa fazer parte da emancipação e formação do estudante.

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa e configurou-se como um estudo de caso, que segundo Ludke e André (1986) é sempre bem delimitado, contudo pode ser similar a outros. No entanto essa similaridade não impede que ele seja distinto, pois tem um interesse próprio, singular. De acordo com Yin (2010, p. 23), o estudo de caso é “um dos empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais”. Segundo ele, esse método teve sua origem no campo da medicina e é considerado hoje uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas e sociais. De acordo com esse mesmo autor, um dos erros ao definir o estudo de caso, tem sido, o fato de alguns pesquisadores o confundirem com etnografias¹. Diante disso, Yin (2010, p. 37-38) realiza dupla definição para o método:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. [...] A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados.

Sob essa vertente, essa investigação se configura como estudo de caso,

¹ A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. (MATTOS, 2011, p. 50)

tendo em vista as nossas escolhas teóricas, o problema que formulamos para a pesquisa, bem como o desenho e cenário da investigação. Tais elementos nos encaminharam para a composição desse processo metodológico. O campo de investigação desse estudo de caso foi o Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos e os participantes constituíram-se por estudantes dos três cursos técnicos de nível médio ofertados pela instituição. Destacamos que a participação dos discentes ocorreu respectivamente nesses moldes: 42 do curso técnico em Agropecuária; 16 do curso técnico em Alimentos e 29 do curso técnico em Informática.

Para tanto, iniciou-se o estudo com a análise bibliográfica, necessária à fundamentação da pesquisa. Foram analisados livros, artigos científicos impressos e digitais, relacionados à EPT e ao Pnaes. O processo de pesquisa deu-se por meio de consulta em bases de dados que hospedam textos relativos à temática em tela. Buscamos no catálogo de teses e dissertações da CAPES, na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, entre outros. Iniciamos o processo de busca pelos indicadores: assistência estudantil; educação profissional, Ensino médio integrado, permanência e êxito.

Na pesquisa bibliográfica, Gil (2008) ressalta que a mesma permite ao pesquisador acesso amplo do assunto, pois se utiliza material já elaborado, principalmente, livros e artigos científicos, permitindo ao autor analisar os aspectos históricos. Já sobre a pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (2017, p. 186) ressaltam que “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Ademais, utilizamos a pesquisa documental, que de acordo com Gil (2008) esse tipo de investigação se vale de documentos conservados nos departamentos dos órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou até mesmo com pessoas. Nesse sentido a palavra documentos, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (impressos ou online), como jornais, manuais, editais, legislações, site da instituição, portal do MEC e arquivos da secretaria de registros escolares do campus Morrinhos.

A construção do conhecimento sobre determinado assunto nos obriga a percorrer caminhos diversos e não lineares. Essa construção faz parte de um

processo dialético e dialógico permeado pela complexidade social. Assim, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, utilizamos entrevistas e questionários como instrumentos para obtenção de informações dos participantes da investigação. Os sujeitos da pesquisa foram: gestores anteriores (2 Diretores gerais, 1 Diretora de ensino, 1 Coordenador da assistência estudantil), gestores atuais (Diretora de Ensino, Coordenador dos Cursos Técnicos, Coordenador da Assistência Estudantil e a Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico) e 231 estudantes convidados, destes 87 participaram.

Para conhecer o perfil dos estudantes, participantes deste estudo, recorreremos aos questionários socioeconômicos, fichas e formulários arquivados na secretaria de registros escolares. A aplicação dos questionários ocorreu em horário de aulas, com agendamento prévio e permissão de docentes selecionados aleatoriamente. Quanto à consulta aos documentos da secretaria, foi agendada a visita e, com o auxílio de servidores, foi possível realizar a coletas dos dados.

As entrevistas foram pensadas com a intenção de permitir que os sujeitos expressassem seus conhecimentos, percepções e sentimentos com relação ao nosso objeto de estudo. Desde o início deixamos claros os objetivos da pesquisa, a destinação das informações, bem como o estabelecimento de um “contrato” prévio no que se refere ao anonimato das pessoas que nos forneceram informações.

É, pois, nessa perspectiva que empreendemos esforços em investigarmos o movimento produzido no interior de uma política pública, qual seja o Pnaes implementado no IF Goiano Campus Morrinhos, lócus de construção de ações de assistência ao estudante, mediante conscientização dos direitos sociais e práticas educativas de caráter mediador, trazendo em seu bojo os elementos de produção e/ou superação das contradições inerentes ao sistema capitalista.

Quanto às entrevistas, de acordo com Lakatos (1996), trata-se de um dos instrumentos mais relevantes. Isso porque, além de estar direcionada aos objetivos específicos do pesquisador, produz o aprofundamento e a riqueza das informações que se espera da metodologia. Elas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou abertas. Para este trabalho foi utilizada a entrevista semiestruturada, mas não ficamos restritas a elas, dando ao entrevistado liberdade para discorrer sobre o tema proposto. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas com os gestores anteriores e atuais do campus Morrinhos. Quanto à necessidade de entrevistar gestores anteriores, foi para conhecer a história da assistência estudantil no campus

e, assim, verificar como essa política era desenvolvida antes da implementação do Pnaes.

A maior parte dessas entrevistas, só foi possível acontecer por meios virtuais, visto que a maioria deles residem, atualmente, em localidades diversas. O primeiro contato foi por e-mail ou telefonema, convidando a participar da pesquisa. Posteriormente receberam outro e-mail contendo o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o roteiro da entrevista (Apêndice B) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D) para ser assinado em duas vias, sendo uma para o participante e a outra para ser arquivada. Foram convidados ex-diretores gerais, ex-diretores de ensino e ex-coordenadores de assistência estudantil. Porém, não foram todos que deram um retorno, o que não impediu a construção do trabalho. Para facilitar, foi criado um roteiro com algumas questões e um quadro contendo as dez áreas do Pnaes, com o objetivo de verificar quais dessas áreas existiam antes do decreto nº 7.234/2010 e como eram desenvolvidas. As entrevistas aconteceram por chamada de vídeo e, posteriormente, cada entrevistado devolveu por e-mail as questões e o quadro preenchidos. O contato presencial ocorreu somente com um ex-coordenador da assistência estudantil, que ainda é servidor do campus Morrinhos. Esse servidor foi bastante solícito e contribuiu bastante com a pesquisa.

No que concerne aos gestores atuais, as entrevistas aconteceram de forma presencial e foram fundamentais para esclarecer como, atualmente, as áreas do Pnaes são desenvolvidas no campus. Foram entrevistados o Coordenador da Assistência Estudantil, o Coordenador dos Cursos Técnicos Integrados, a Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e a Diretora de Ensino. É importante salientar que, com exceção do coordenador da Assistência Estudantil, todos esses entrevistados compõem a comissão de permanência e êxito local.

Essas entrevistas foram fundamentais para a compreensão de como o Pnaes, atualmente, é desenvolvido na instituição e para o desenvolvimento do produto educacional. Esses participantes foram convidados por e-mail e assim que houve o retorno concordando em participar da pesquisa, receberam outro e-mail contendo o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o roteiro da entrevista (Apêndice C) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D) para ser assinado em duas vias, sendo uma para o participante e a outra para ser arquivada. Houve agendamento prévio, combinando dia, horário e local, com cada entrevistado. Todas as entrevistas aconteceram no campus Morrinhos e todas foram gravadas e

posteriormente transcritas.

Outro instrumento muito utilizado nas pesquisas são os questionários e de acordo com Gil (2011), em relação à forma, existem três tipos de questões: fechadas, abertas e dependentes. As questões fechadas são as mais utilizadas, porque apresentam maior uniformidade nas respostas e são mais fáceis de serem analisadas, nesse tipo de questionário, pede-se aos respondentes que escolham uma alternativa entre as apresentadas. Nas questões abertas é oferecido espaço para que o respondente escreva sua resposta, esse tipo de questão possibilita ampla liberdade, mas as respostas oferecidas nem sempre são relevantes para as intenções do pesquisador. As questões dependentes são aquelas que somente serão respondidas a depender de uma questão anterior, isso ocorreu no questionário dos estudantes com a pergunta número 12: “Você trabalha? ”, que em caso negativo, era necessário avançar para a questão 16, pois as anteriores eram “ 13- Quantas horas semanais você trabalha? ”; “14- Com que idade você começou a trabalhar? ”; “15- Como você avalia o fato de estudar e trabalhar? ”

Nesta pesquisa, o questionário destinado aos estudantes continha 21 questões, sendo 19 fechadas e 2 abertas. Entre as questões fechadas 3 eram questões dependentes. Esses questionários foram entregues impressos, buscando, desta forma, facilitar a participação dos estudantes e alcançar o máximo de participantes. A fim de delimitar a pesquisa, optou-se por um recorte temporal, sendo realizada com os alunos matriculados nos primeiros e segundos anos dos três cursos técnicos integrados ao ensino médio do ano de 2019, pois seria necessário um segundo momento para desenvolvimento do produto educacional. De acordo com o cronograma, ocorreria no ano letivo seguinte. Sendo assim, tornaria inviável a participação dos alunos dos terceiros anos, ou seja, último ano do curso, pois estes não estariam mais na instituição. Sendo assim, a pesquisa aconteceu em nove turmas. Sendo duas turmas de primeiro ano e duas turmas de segundo ano, no curso técnico em Informática. No curso técnico em Agropecuária, duas turmas de primeiro ano e uma turma de segundo ano. No curso de Alimentos, uma turma de primeiro ano e uma turma de segundo ano.

Antes da aplicação definitiva do questionário, foi realizado um pré-teste (teste piloto), que segundo Rea e Parker (2000) permite verificar a estrutura e a clareza do roteiro e objetiva avaliar aspectos funcionais, tais como organização e pertinência das questões, podendo, dessa forma, corrigir e/ou melhorar eventuais problemas. O

pré-teste ocorreu na sala do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) com a participação de três estudantes convidados, sendo um de cada curso técnico. Esse pré-teste aconteceu em horário que os estudantes não estavam em aula. Esse é um procedimento de caráter experimental, portanto, foi aplicado a uma pequena amostra de participantes e foi suficiente para corrigir algumas falhas no questionário.

Para a aplicação do questionário aos demais alunos, o recrutamento ocorreu durante as aulas, mediante agendamento prévio e anuência do professor ou professora que estava presente. Em um primeiro momento, ocorreu a explicação dos objetivos da pesquisa e esclarecimentos acerca dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices D e E) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice F), conforme modelo do Comitê de Ética do IF Goiano. Houve tempo para lerem os documentos, solicitarem esclarecimentos e decidirem se participariam ou não da pesquisa. Os estudantes maiores de idade assinaram e devolveram de imediato, enquanto os menores, levaram para conhecimento dos pais e ficaram de entregar assinado no dia seguinte. Fato que dificultou a pesquisa, porque nem todos devolveram os termos. A maioria justificava esquecimento, sendo assim, os prazos foram prorrogados inúmeras vezes, a fim de recrutar o máximo de participantes. Todos os participantes ficaram com uma das duas vias dos respectivos termos, e a outra via foi arquivada.

Os participantes não tiveram nenhum custo com a participação na pesquisa e, em qualquer etapa, poderiam declarar sua desistência, sem acarretar nenhum tipo de prejuízo ao participante. Eles não foram identificados em nenhum momento do estudo, foram garantidas a manutenção do sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Foram tomadas medidas para minimizar as situações de desconforto, devido a timidez, ansiedade, dúvidas, risco de identificação, como o agendamento prévio do dia, horário e local da entrevista.

Finalizada a pesquisa, todos os participantes, terão acesso aos resultados obtidos por meio da dissertação e do produto educacional que serão disponibilizados para conhecimento de toda a comunidade. Em relação aos documentos (termos, questionários, roteiro de entrevistas, anotações do diário de campos etc.) serão armazenados, em local seguro, por cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos serão picotados e destinados à reciclagem, e os materiais digitais serão deletados permanentemente. Sendo assim, fica evidenciado o respeito aos princípios éticos quanto à pesquisa com seres humanos, pois, foram seguidas todas

as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Quanto aos procedimentos utilizados para análise dos dados, este estudo utilizou a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), que prevê três etapas principais: a primeira, a pré-análise; a segunda, a exploração do material; e, a terceira, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na primeira etapa, que

[...] é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso. (BARDIN, 2016, p.125).

Nessa fase, foram selecionados, livros, teses, dissertações, legislações, arquivos da secretaria de registro escolar da instituição, artigos científicos impressos e digitais, relacionados à EPT e ao Pnaes. Quanto à consulta a materiais arquivados na instituição, ocorreu mediante agendamento prévio e com o auxílio de servidores da secretaria de registros escolares do campus Morrinhos.

A fase da pré-análise “possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 2016, p.125, grifos da autora). Nesta pesquisa essas três missões não ocorreram de forma sucessivas e não seguiram uma ordem cronológica, embora se mantiveram estreitamente ligadas umas às outras, pois, “[...] escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. [...]” (BARDIN, 2016, p.125).

A segunda etapa trata da exploração do material que de acordo com Bardin, (2016) é a aplicação sistemática das decisões tomadas. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.” (BARDIN, 2016, p. 131).

A codificação corresponde a uma transformação – efetuadas segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca da característica do texto, que podem servir de índices, [...] (BARDIN, 2016, p. 133).

Na terceira etapa, a que diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos, na interpretação deles, foram criados quadros, tabelas, figuras, "os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise." (BARDIN, 2016, p.131). "O recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito "qualitativo", é indispensável: entrevista de inquérito, [...] que fornecem um material verbal rico e complexo" (BARDIN, 2016, p. 93). Segundo Bauer (2002) a grande maioria das pesquisas sociais utilizam-se de entrevistas e é importante que o pesquisador tenha conhecimento das várias formas de análise existentes na pesquisa qualitativa, podendo escolher conscientemente o tipo de análise que será empregada na sua pesquisa. Neste estudo um dos instrumentos utilizados foi o processo de categorização, que é

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. (BARDIN, 2016, p. 147).

Essa categorização foi utilizada nas respostas das entrevistas, nos formulários de transferência encontrados na secretaria e em uma questão aberta no questionário dos estudantes.

Diante desse esboço introdutório, evidenciando a motivação e justificativa para a pesquisa, com destaque para os objetivos elencados, problema de investigação, percurso metodológico e tendo como finalidade a organização textual, esta dissertação é composta por 3 seções, sendo a primeira, esta introdução.

As questões envolvendo emancipação e formação humana, precisam ser compreendidas considerando os aspectos sócio-históricos do homem, nesse sentido, na seção 2, será discutida a relação trabalho e educação, abordando os conceitos de omnilateralidade, politecnicidade, e formação humana. Nessa mesma seção, apresenta-se um levantamento histórico da trajetória educacional no Brasil,

destacando tanto aspectos da educação profissional, quanto da formação geral. E, ainda, um panorama das políticas públicas no Brasil.

Na seção 3, são apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa. Primeiramente, foi feita a caracterização do lócus do estudo, contextualizando o campus Morrinhos, com uma abordagem histórica e atual. Na sequência, considerando todos os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, são apresentadas as análises dos dados e o processo de elaboração e desenvolvimento do produto educacional.

Por fim, nas considerações finais são apresentados os resultados dessa investigação, os quais evidenciam que o Pnaes, programa que possui a função de democratizar as condições de permanência dos jovens na escola até a conclusão dos estudos, interfere na situação de permanência e êxito desses alunos, pois muitas transferências ocorreram devido a motivos socioeconômicos.

2 PROCESSO HISTÓRICO E ONTOLÓGICO DA RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Nesta seção, será discutida a relação trabalho, educação e políticas sociais, abordando os conceitos de omnilateralidade, politecnia, educação tecnológica e formação humana. Tendo como referência Marx e Engels (1872); Gramsci (1982); Höfling (2001); Azevedo (2004); Martinelli (2005); Souza (2006); Saviani (2007); Moura (2007); Kuenzer (2007); Ramos (2007); Behring e Boschetti (2009); Antunes (2011); Pacheco; Morigi, (2012); Pochmann (2013); Frigotto (2015) entre outros. Ainda, nesta mesma seção, apresenta-se um levantamento histórico da trajetória educacional no Brasil, destacando tanto aspectos da educação profissional, quanto da formação geral, e por fim, as concepções e perspectivas acerca do Ensino médio integrado.

Primeiramente, convém compreender o homem como ser histórico e social que se diferencia dos animais pela necessidade de produzir sua própria existência, agindo sobre a natureza e transformando-a. Esse ato de transformar a natureza, para atender às suas necessidades, recebe o nome de trabalho. Portanto, este

[...] ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, [...] A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. (SAVIANI, 2007, p.154).

Saviani (2007), respalda-se em Marx e Engels (1974) para fundamentar que educação e trabalho são atividades especificamente humanas e tem como referência o processo produtivo. Segundo ele “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações.” (SAVIANI, 2007, p.154).

Nesse contexto, Saviani (2007) destaca que “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem; isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem.” (SAVIANI, 2007, p. 154). É o trabalho que define a essência humana. Isso significa que não é possível

ao homem viver sem trabalhar. Porém, com a propriedade privada da terra, gerou a divisão dos homens em classes, permitindo que os detentores dos meios de produção vivessem da força de trabalho de outros homens. “Assim, o trabalho enquanto atividade essencialmente humana e transformadora da natureza se perde no contexto no qual se predomina sua dimensão técnica, própria da sociedade capitalista.” (REIS, 2013, p. 52).

Com o advento do capitalismo e da revolução industrial no século XVIII, a classe trabalhadora foi condicionada pelo capital a aceitar com naturalidade essa situação de exploração, que seria agravada com a chegada da máquina a vapor e do tear mecânico. Segundo Martinelli (2005), esses são verdadeiros símbolos da Revolução Industrial, e a partir de então, a sociedade não seria mais pensada sem o princípio do movimento. Segundo ela, a partir desse momento nada era estável. Essa fase do capitalismo ficou conhecida como a fase do capital industrial,

[...] que teve início com o aparecimento das máquinas movidas por energia não-humana e não animal, demandava uma rápida recomposição do cenário social, pois sua continuidade histórica dependia da consolidação do modo capitalista de produção, fundado essencialmente na compra e venda da força de trabalho. Era preciso, portanto, promover uma rápida transição da mão-de-obra para um sistema assalariado. (MARTINELLI, 2005, p. 38).

Em meados do século XIX, houve a expansão do sistema capitalista no mundo. “O próprio conhecimento, como produto sócio-histórico que é, estava avançando e impulsionava a criação de novos inventos, o surgimento de novas técnicas, compatíveis com o estágio de desenvolvimento da sociedade”[...] (MARTINELLI, 2005, p. 38).

Na visão de Antunes e Alves (2004), na era da mundialização do capital, a partir do século XX, vem ocorrendo profundas transformações no modo de ser da classe trabalhadora. Para ele, a classe trabalhadora hoje é mais ampla e complexa que o proletariado industrial do século passado.

Há no mundo contemporâneo

[...] crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. [...] paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e

que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Essas transformações, decorrentes do modo de produção capitalista, refletem nos processos educativos, pois a escola constitui-se pelo contexto social e histórico em que está inserida. “A superação dessa escola capitalista, limitada, que perpetua o trabalho alienado, está centrada na construção de uma educação politécnica.” (LUCENA, 2004, p. 207).

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (SAVIANI, 2007, p. 161).

Ao falar em educação politécnica faz-se necessário compreender que não se trata simplesmente do ensino de diversas técnicas, como é entendido pelo senso comum, devido ao significado semântico da palavra. Segundo Nosella (2007) essa questão semântica é devido a uma tradução em que “o texto original de Marx era em língua inglesa, e diz technological, que foi traduzido erroneamente para o alemão como polytechnisch.” (NOSELLA, 2007, p.144). Sendo assim, deve-se entender por educação politécnica como aquela educação completa, pois, “é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politecnia pode abarcar a ideia de formação humana integral.” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1.061).

Nessa lógica, trata-se de uma educação que não deve separar o trabalho manual do trabalho intelectual, ou seja a teoria da prática, pois é comum dizer ou ouvir a expressão:

[...] “*é preciso explicitar os fundamentos teóricos da prática*”. Quem a diz ou ouve geralmente não mostra qualquer estranheza. Aceita-a como descrição correta de uma relação entre duas instâncias completamente distintas. E mais, julga que há uma subordinação da última à primeira. Eventos de ensino são organizados com base em tal relação, sempre prevendo aulas teóricas antes das aulas práticas que fundamentam. Raramente esse modo de pensar é problematizado. (BARATO, 2008. p. 07 grifos do autor).

A indissociabilidade entre teoria e prática é característica de uma educação

que tem o trabalho como princípio educativo, voltada para uma formação humana mais igualitária e justa, ou seja, uma educação omnilateral e tecnológica.

Em síntese, o conceito de educação tecnológica se vincula: à referida articulação entre ensino médio e profissional e, ainda, aos princípios ligados à omnilateralidade da formação humana: à interlocução entre a formação para a cidadania e a capacitação profissional; a uma visão de tecnologia que ultrapasse o reducionismo da sua aplicação prática: à consistência teórico-conceitual integrada a uma prática efetiva e eficiente. (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Desse modo, uma educação omnilateral, politécnica e tecnológica é aquela capaz de integrar “trabalho manual e trabalho intelectual, cultura técnica e cultura geral, educação profissional e educação geral.” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1.062). Entretanto a sociedade capitalista se incumbiu de dissociar educação e trabalho fazendo a separação das atividades de quem elabora das de quem executa. A educação do século XX, da era taylorista fordista, “é uma educação, ágil, flexível e enxuta”. (ANTUNES, 2012, p. 22).

2.1 Breve histórico da educação profissional no Brasil

Os primeiros sinais de educação voltada para o trabalho foram constituídos no Brasil, nos primeiros séculos, pelos Jesuítas, que trouxeram irmãos-artesãos para as missões, os quais foram “responsáveis por fazer surgir nas oficinas as primeiras escolas de aprendizes, com escravos e índios que auxiliavam na manufatura de artigos como roupas, sapatos, utensílios domésticos”. (DELPHINO, 2010, p. 28).

Mesmo que não existisse um movimento efetivo de escolarização, na área profissional, podem-se apontar espaços pontuais onde ela ocorria. Existem indicativos de que dentro dos locais de trabalho dos escravos construíam-se oficinas para trabalhos essenciais. (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 89).

Diante disso, a formação do trabalhador, no Brasil, ficou marcada, desde o início, pelo estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros a lhes serem ensinados um ofício. Com isso, “[...] habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68).

Dessa forma, o que se conhece hoje como educação profissional foi se

constituindo, marcada por uma ideia de educação, voltada para as classes menos favorecidas da sociedade, por isso possui na sua essência um caráter assistencialista marcado pela participação da igreja.

Segundo Delphino (2010), mesmo após os Jesuítas serem expulsos, a igreja continuou por muito tempo a controlar as instituições de ensino, ela segue afirmando ainda que não houve mudanças significativas durante o Império e a Primeira República.

Porém, após a vinda de D. João VI, surge a necessidade de formação de pessoal técnico e administrativo, atendendo o novo quadro burocrático que aos poucos vai se instalando na administração pública, inclusive com a preparação de militares para a defesa do estado com a independência política. Começa a se tornar necessária uma política educacional estatal. No entanto até 1920 a educação era eminentemente elitista, havendo preconceito contra o trabalho que não fosse intelectual. (DELPHINO, 2010, p. 28).

Segundo Moura (2007) a história da educação profissional no país, tem suas origens a partir da promulgação de um decreto pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, que cria no ano de 1809 o Colégio das Fábricas de caráter assistencial, que ensinava ofícios às crianças e aos jovens órfãos e abandonados, encaminhados pelos juizes e pela Santa Casa de Misericórdia. No ano de 1816 é criada a Escola de Belas Artes com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho com atividades realizadas nas oficinas mecânicas; Em 1861 cria-se o Instituto Comercial no Rio de Janeiro, com a finalidade de capacitar pessoal para cargos públicos nas Secretarias de Estado; em 1840 são construídas dez Casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras e a primeira delas foi construída em Belém-PA; no ano de 1854 são criados estabelecimentos especiais com o objetivo de acolher menores abandonados, esses estabelecimentos foram chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos.

De acordo com Manfredi (2002) apud Moura (2007) a essas crianças e jovens, em estado de mendicância, eram ensinados as primeiras letras e os seguintes ofícios: tipografia, alfaiataria, encadernação, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Concluída a aprendizagem, os jovens permaneciam mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com as finalidades de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhes era entregue ao final desse período. Os egressos eram encaminhados para oficinas públicas e privadas, por meio do Juizado de Órfãos.

Continuando a ordem cronológica da criação da educação profissional no Brasil, em 1858 foram criados os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1872 de Salvador, de Recife em 1880, de São Paulo em 1882, de Maceió em 1884 e de Outro Preto em 1886.

No início do século XX, a novidade foi a preocupação com a preparação de operários para o exército profissional. Com isso, em 1906 o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1909, Nilo Peçanha criou, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices e foram instaladas, em 1910, dezenove delas, nas várias unidades da federação. Essas escolas eram semelhantes aos Liceus de Artes e Ofícios, voltados para o ensino industrial e custeados pelo Estado Brasileiro. Ainda no ano de 1910 foi organizado o ensino agrícola, que evidenciou, juntamente com os Liceus, um grande passo na educação profissional no Brasil. Foi esse período, com o então presidente Nilo Peçanha, que ficou marcado, o ano de 1909, como o início da educação profissional no Brasil e a esse respeito Frigotto (2015), destaca que

[...] instaura-se e perpetua-se, de um lado, a escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural, para as classes dirigentes, e outra pragmática, instrumental, adestradora de formação profissional restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento, pensado pelas classes dirigentes. (FRIGOTTO, 2015, p. 231).

Diante desse levantamento histórico, fica evidente a origem assistencialista da educação profissional no Brasil, que tinha como objetivo amparar aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade social. Mas esse amparo era intencional, direcionado para que não praticassem ações contra a ordem e os bons costumes.

O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso. (MOURA, 2007, p. 05).

Nessa circunstância, a sociedade brasileira chega ao século XX com uma educação básica visivelmente dual. Na década de 30 a educação básica era formada, segundo Kuenzer (2007), por um curso primário com duração de quatro

anos, para aqueles cujo percurso tinha como fim a educação superior. Além desse, existiam os cursos rural e profissional, destinados aos filhos da classe trabalhadora. O curso primário neste caso, poderia suceder o ginásial com duração de seis anos, o normal, antecedido de dois anos de adaptação ou o curso técnico comercial, também antecedido de três anos de curso propedêutico. Já para os concluintes do curso rural, sucedia obrigatoriamente o curso básico agrícola, enquanto o curso complementar era oferecido aos egressos do curso profissional, ambos com duração de 2 anos. Kuenzer (2007), destaca ainda que os cursos: normal, técnico comercial, básico agrícola e o complementar tinham um caráter conclusivo e eram para suprir as necessidades pontuais dos setores produtivos.

Nessa lógica, os concluintes desses cursos não podiam complementar os estudos em nível superior, que eram destinados apenas aos egressos da quinta série do ensino ginásial, modelo propedêutico. Por outro lado, os concluintes da sexta série do ginásial, recebiam o título de bacharel em Ciências e Letras. De acordo com Moura (2007), não havia nesse período o que hoje denomina-se ensino médio. A mediação entre o ginásial e o ensino superior era feita por meio de estudos livres e exames de Educação.

Nesse período, foi criado o primeiro Ministério da Educação e o Conselho Nacional. Segundo Oliveira (2003) somente em 1930 pode-se falar em Sistema Educacional Brasileiro, pois nessa década ocorre a consolidação do Estado Nacional e a partir de então, a educação passa a contar com diretrizes e normas legais, que se tornam vigentes em todo país. Outro fato relevante ocorrido nesse contexto, foi o Manifesto Pioneiro da Educação Nova, que objetivava assumir a perspectiva de uma escola democrática que pudesse oferecer oportunidades para todos, com uma proposta educacional organizada em duas categorias: Uma de natureza mais intelectual com atividades de humanidades e outra de natureza mecânica e manual de caráter técnico, de acordo com Moura (2007). Desse modo, continua o caráter dualista da educação, uma para os que pensam e outra para os que executam as atividades.

Nesse contexto, ocorre o processo de industrialização no Brasil e, segundo Moura (2007), há a exigência de um contingente de trabalhadores mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Com isso, a exigência passa a ser também em relação à educação nacional. Para tanto, foi implantada uma legislação específica, que ocorreu na gestão do então ministro da

Educação e Saúde Gustavo Capanema, durante o governo de Getúlio Vargas (1934-1945), foram criados os Decretos-lei, apresentados no quadro 1. Esse período, com tantos decretos, ficou conhecido como Reforma Capanema. Foi uma espécie de regulamentação do ensino, denominadas Leis Orgânicas do Ensino. Essa regulamentação promoveu mudanças no ensino secundário, estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como também trouxe mudanças no ensino secundário.

Quadro 1: Leis Orgânicas do Ensino – Reforma Capanema

Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942	Instituiu o Senai, que deu origem ao atual sistema “S” ² .
Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942	Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.
Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942	Organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.
Decreto-lei nº 6.142, de 28 de dezembro de 1943	Reformou o ensino comercial. ramo de ensino de segundo grau.
Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946	Organizou o ensino primário a nível nacional, em duas categorias: - Ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos; - Ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.
Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946	Organizou o ensino normal, ramo de ensino do segundo grau à formação do pessoal docente para as escolas primárias.
Decreto-lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946.	Criaram o SENAC, dando sequência a constituição do sistema “S”
Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946.	Ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

Fonte: Construído pela autora por meio de consulta aos Decretos-Lei

² Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Senai); Serviço Social do Comércio (SESC Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST Sest).

Ainda, segundo Moura (2007), em 1961 com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) nº 4.024/61, que envolve todos os níveis e modalidades de ensino, é proporcionada a liberdade de atuação à iniciativa privada. É concedida plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, todos os estudantes provenientes do colegial ou educação profissional poderiam dar continuidade aos estudos no ensino superior.

Nesse contexto da década de 1960, acontece o golpe militar de 1964 e, ainda sob o regime ditatorial, no ano de 1971 há uma profunda reforma da educação básica, com a Lei nº 5.692/71 – Lei da reforma do ensino de 1º e 2º graus. Essa reforma foi uma tentativa de instituir a educação profissionalizante para todos. Portanto, colocava-se, formalmente, um fim na dualidade educacional, tornando o ensino profissional obrigatório. Contudo, Moura (2007) deixa bem claro que a dualidade só acabava formalmente. Os currículos encarregavam de mantê-la, pois os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos, para ingresso no ensino superior, eram muito reduzidos em sua objetivação nos cursos profissionalizantes. Enquanto às elites era oferecido um currículo voltado para a preparação do estudante, com vistas a dar continuidade nos estudos em nível superior, pois as escolas particulares não aderiram a essa reforma.

Segundo essa lei, em todas as escolas públicas e privadas, o ensino de 2º grau seria profissionalizante, perdurando até meados do ano de 1982, quando,

[...] o último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo, sancionou a Lei 7.044, que extinguiu o caráter obrigatório da profissionalização. A “qualificação para o trabalho” determinada pela reforma foi substituída pela expressão “preparação para o trabalho”, retirando a exigência de habilitação profissional, que passaria a ser opcional para as escolas. A ideia do ensino profissionalizante obrigatório acabaria sepultada pela própria ditadura que a concebeu. (BELTRÃO, 2017).

Alguns aspectos que dificultaram o caráter obrigatório da educação profissionalizante, foram a falta de adequado financiamento e de formação de professores nos sistemas estaduais. Esses foram grandes entraves para a reforma do ensino de 1º e 2º graus em 1971. Além disso, o fato da não obrigatoriedade da implantação de educação profissionalizante pela rede privada, gerou, então,

segundo Pacheco e Morigi (2012), uma intensa movimentação da classe média³ para as escolas particulares, pois estas ofereciam maiores garantias de formação e acesso ao ensino superior com a oferta de um currículo propedêutico. Por outro lado, as Escolas Técnicas Federais (ETFs), que posteriormente se tornariam Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e em 2008 comporiam os atuais Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), consolidaram suas atuações na educação profissional, oferecendo cursos técnicos de nível médio.

Em 1996 entra em vigor a Lei nº 9.394/96, a nova LDB ou Lei Darci Ribeiro. Esta estabelece dois níveis para a educação: a educação básica e a educação superior; e entre as modalidades estão: a educação de jovens e adultos; a educação especial (perpassa todos os níveis de ensino e etapas, modalidade transversal); e uma modalidade complementar: a educação profissional. Isso evidencia, mais uma vez, a dualidade entre ensino médio e educação profissional, que vem apresentada de forma paralela e é tratada como modalidade.

No ano seguinte, o governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 2.208/97, estabelece que o ensino médio deve ter caráter puramente propedêutico e os cursos técnicos passam a ser ofertados obrigatoriamente de forma concomitante ou sequencial. A regulamentação dessas formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional é tão somente para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Diante desse contexto, Moura (2007) afirma que, com a vigência do decreto nº 2.208/97, houve uma explicitação da dualidade entre ensino médio e educação profissional, pois, novamente, estaria posta uma educação voltada para a classe trabalhadora e outra para a elite. A ideia de uma educação unitária e politécnica para todos, não seria possível, no atual arcabouço legal. Somente, com a entrada em vigor do decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que surge uma nova chance para a integração entre ensino médio e educação profissional. E, assim, nasce uma esperança para a materialização de uma educação emancipadora, visto que, essa condição era impossibilitada na vigência do Decreto nº 2.208/97, cuja principal marca era a dualidade estrutural embasada na separação entre a formação geral e a

³ A classe média corresponde aos estratos sociais intermédios, isto é, aqueles que se situam acima da base da pirâmide da estratificação e abaixo dos estratos do topo. Se quisermos reportar-nos ao conceito marxista de relações sociais de produção, dir-se-á que a classe média de que aqui nos ocupamos não possuiu a propriedade dos meios de produção (é assalariada) e não controla os grandes recursos de poder ou posições de *status* monopolizados pelas elites. (ESTANQUE, 2017, p.38).

formação profissional.

Contudo, o decreto nº 5.154/2004 mantém, como acomodação e expressão de posições contraditórias, as formas subsequente⁴ e concomitante⁵. Em relação a esse tema, foi incluída à Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, em 2008, na seção IV - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - por meio da Lei nº 11.741/2008 o seguinte: “A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas: I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.” (BRASIL, 2008)

O termo “articulação” segundo o documento base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

[...] indica a conexão entre partes, nesse caso, a educação profissional e os níveis da educação nacional. No caso do ensino médio, etapa final da educação básica, essa articulação adquire uma especificidade quando o artigo 36, parágrafo 2º, apregoa que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepara-lo para o exercício de profissões técnicas. Nesse caso, a articulação pode chegar ao máximo, promovendo uma verdadeira “integração”, por meio da qual educação profissional e ensino regular se complementam, conformando uma totalidade. (BRASIL, 2007).

E foi nesse contexto que ocorreu, por meio da Lei nº 11.892 de 29 dezembro de 2008, a instituição da Rede Federal de Educação, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa rede é formada, além dos Institutos Federais, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelo Colégio Pedro II.

O ano de 2009 ficou marcado como um ano de grande impacto para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pois, nesse ano, além de estar sendo materializada a expansão da rede federal de educação, comemorava-se o centenário da educação profissional no Brasil, que teve início com Nilo Peçanha, em 1909.

⁴ Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

⁵ Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; (BRASIL, 1996).

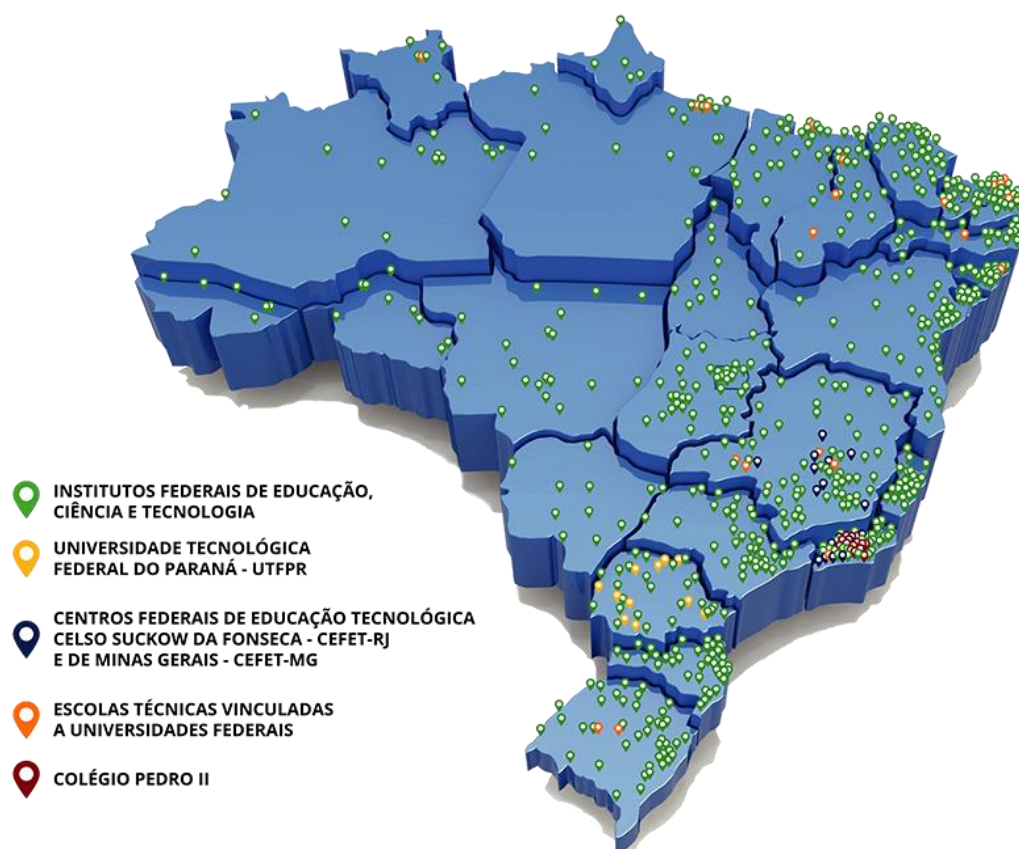
A ideia de criação dessas novas instituições surgiu no bojo do segundo mandato do presidente Lula, mandato que, entre outros aspectos, foi marcado pela determinação do presidente em assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas públicas. (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 16).

De acordo com Pacheco e Morigi, (2012) até atingir o objetivo de expansão da rede federal de ensino, com a Lei nº 11.892 de dezembro de 2008, o governo Lula precisou romper com os projetos existentes, que impediam toda essa ampliação pelo território nacional. Foi necessário muito esforço para revogar o decreto 2.208/97. Foi somente em 2005 que

[...] o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os estados e o distrito federal. Divulgou-se, naquele momento, que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras de R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. Considerando-se a primeira e a segunda fase dessa expansão, foram acrescentadas, às 160 mil vagas ofertadas, mais 274 mil vagas, um incremento, portanto, de 171%. A meta era, portanto, conforme anunciado, chegar até 2010 com algo em torno de 500 mil vagas em todo o território nacional. Se de 1909 a 2002, o número de escolas destinadas a essa modalidade de educação não ultrapassou 140 unidades, a meta foi em 2010 alcançar 354 unidades. (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 17).

De acordo com informações do portal MEC, no ano de 2019, já são mais de 661 unidades descentralizadas de ensino, os chamados *campi*, vinculados a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, ao Colégio Pedro II e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Todos esses quantitativos supracitados, serão vistos, pelas gerações futuras, como o maior legado deixado à EPT, em todo o território nacional, pelo emigrante nordestino e operário, que chegou à Presidência da República. Trata-se de uma verdadeira herança educacional, garantindo a oferta de educação profissional, científica e tecnológica.

Figura 1: Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica



Fonte: Portal MEC, 2020

De acordo com Pochmann (2013) quando é feita uma comparação das mudanças sociais ocorridas na primeira década do século XXI com as da última década do século XX, comprova-se que as desigualdades sociais e econômicas não ocorrem de forma espontânea, como foram defendidas na década de 1990 pelos governos neoliberais.

[...] a recuperação do papel do Estado com os governos Lula e Dilma se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retomar à luta pela superação do subdesenvolvimento, e os resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maior que na década de 1990 (com a consequente recuperação de posições no ranking do PIB mundial), combinado com a redistribuição de renda, sobretudo na base da pirâmide social e a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional. Para isso foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos com a substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar no que diz respeito às ações públicas [...] (POCHMANN, 2013 p. 154).

Essa atenção dada à EPT pelo governo Lula (2003-2010) e na sequência pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), reconhecendo que educação e trabalho são atividades que estão intimamente ligadas ao processo produtivo do país, e investindo na área, foi fundamental para a continuidade da luta contra hegemônica que parece estar distante de ser superada, devido a atual realidade que passa o Brasil neste ano de 2020, com decisões governistas que vão na contramão do que é essencial para a superação da dualidade educacional existente ao longo da história.

Diante disso, ao pensar em uma educação que tenha o trabalho como princípio educativo, e, que essa educação seja possível a sociedade de modo geral, constata-se, ao revisitar a questão educacional em Marx e Engels e em Gramsci, que “[...] atualmente ainda não se pode concretizar a politecnicidade e a escola unitária em seus sentidos plenos para todos. Isso só será possível em uma perspectiva de futuro.” (MOURA, 2013, p. 713).

2.2 Trabalho e educação: articulação com o ensino médio

O Ensino Médio integrado tem como referência a escola unitária defendida por Gramsci (1982), essa etapa deve proporcionar aos estudantes subsídios para ingressar no mundo do trabalho, e, deve ser organizada como uma fase decisiva,

[...] na qual se tende a criar os valores fundamentais do "humanismo", a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora. (GRAMSCI, 1982, p.124).

Essa escola transformadora, capaz de desenvolver a autonomia nos estudantes do ensino médio, integrando atividades intelectuais e práticas e proporcionando um maior preparo para ingressarem no mundo do trabalho, encontrou respaldo legal a partir do Decreto nº 5.154/2004. Esse documento legal possibilitou, por meio do ensino médio integrado a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. Essa proposta de ensino deve

ser planejada de modo a conduzir o(a) aluno(a) à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno(a). O curso é oferecido somente a quem tenha concluído o ensino fundamental. O(A) estudante ao concluir o ensino médio integrado tem a opção de ingressar no mundo do trabalho ou continuar sua trajetória em curso de nível superior.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) o ensino médio é a maior expressão do dualismo na educação brasileira. É nesse nível de ensino que é revelado com maior evidência a contradição fundamental entre capital e trabalho. A desigualdade educacional nesta etapa escolar, entre as diferentes classes sociais, é gigantesca. Apenas 45% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio e dentro deste percentual, aproximadamente 60% realizam em cursos noturnos e ou supletivo.

Diante desses dados, os autores citados apresentam a ideia de formação integrada como superação do ser humano dividido historicamente, pela divisão social do trabalho, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para eles, essa integração entre educação e trabalho,

[...] trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 85).

Na percepção desses autores o ensino médio integrado é aquele possível e necessário aos filhos da classe trabalhadora, para que, ainda no nível médio, tenham a possibilidade de obter uma formação técnica e assim conseguir acesso ao mundo do trabalho, pois em muitos casos, não podem esperar uma formação em nível superior.

Nesse sentido, o decreto nº 5.154/2004, apesar de apresentar contradições, mantendo as formas concomitante e subsequente, traz a possibilidade da integração da educação profissional ao ensino médio, fortalecendo a retomada do Estado na oferta de cursos técnicos profissionalizantes vinculados ao ensino médio. No entanto,

[...] o decreto 5.154/2004 não apresenta um novo paradigma para a educação, apenas atende a reivindicações de classes e grupos sociais. Novamente está sendo difícil para as escolas estaduais e particulares adequarem-se à modalidade de ensino integrada, por falta de recursos, pois a educação profissional é muito cara para cursos em algumas áreas como indústria e informática e não existe ainda um Fundo Especial da União para apoio financeiro a estes cursos. Essa dificuldade de implantação de um modelo universal já acontecera em 1971, com a Lei 5.692. (DELPHINO, 2010, p.175).

Partindo do pressuposto de que os cursos técnicos integrados ao ensino médio exigem do discente a permanência em período integral na escola, não basta a oferta de vagas, é necessário garantir a permanência dos alunos, que muitas vezes abandonam o curso por necessidade de trabalhar e, ainda na idade escolar, contribuir na renda familiar. Visto que o perfil socioeconômico do estudante interfere na sua escolarização, isso acaba por incidir na evasão e retenção, pois geralmente precisam conciliar a vida acadêmica com alguma atividade remunerada, na maioria das vezes na informalidade e/ou se sujeitam a condições precárias de empregabilidade.

Esse abandono muitas vezes é parcial, pois deixam o ensino médio integrado, e, matriculam-se em escolas que ofertam apenas o ensino médio propedêutico, muitas vezes no período noturno, na expectativa de ingressar no mercado de trabalho. Essa opção pode acarretar o aumento do número de desemprego entre jovens, pois sem formação e qualificação esse ingresso torna-se mais complicado. É o que destaca a revista Exame de 28 de junho de 2019.

O desafio do primeiro emprego se soma ao da crise econômica, tornando os jovens especialmente vulneráveis no mercado de trabalho, destaca Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV). “Eles têm menos experiência, menos preparo, menos educação e, por isso, menos empregabilidade em relação a um adulto”, afirma. “Outro problema é o ‘azar’, digamos assim, dessa geração. É a de maior quantidade de jovens de 18 a 30 anos que já existiu no Brasil, o que faz com que a competição entre eles seja muito maior”, ressalta Duque. Em um cenário competitivo, ganha espaço quem tem mais bagagem. “Justamente na idade que ele poderia mais produzir, que mais precisa de recursos para construir vida, família e carreira, o jovem não tem emprego”, lamenta Paulo Roberto Feldmann, professor de economia da USP. Diante do cenário, o jovem acaba tendo duas opções, segundo Roberto Ivo, economista e professor da Escola Politécnica da UFRJ: “ou o jovem atrasa a entrada no mercado de trabalho para se qualificar melhor até que o período mais crítico passe ou, como é mais comum, acaba desistindo de entrar, virando

um desalentado. Esse é o pior cenário”, diz. O contingente de desalentados no Brasil, formado por pessoas que desistiram de procurar emprego por acharem que não há mais vagas, chega a 5 milhões, um recorde histórico. [...] Praticamente um em cada quatro jovens no Brasil não estuda nem trabalha, segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua) sobre educação. O percentual é ainda mais alto na faixa etária que vai dos 18 aos 24 anos, idade em que, teoricamente, deveriam estar na universidade, chegando a 27,7%. (TUON, 2019).

Diante disso, a oferta de educação profissional, por meio dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, juntamente com uma PAE efetiva, é uma possibilidade de enfrentamento desse quadro.

No entanto, mesmo que as escolas estaduais e particulares se adequem à modalidade de educação integrada, em uma sociedade classista como a do Brasil, a educação sozinha não é capaz de romper com o dualismo educacional, pois como compreendem Moura, Lima Filho e Silva (2015) a problemática da formação humana não nasce nem se encerra no sistema educacional. Diante disso, Moura (2007) e Ramos (2007), entre outros, compreendem a integração do ensino médio com a educação profissional como um caminho possível para se chegar próximo de uma educação que acabe com a dualidade histórica, integrando, ao mesmo tempo, trabalho, ciência e cultura. Para eles o ensino médio integrado, pode ser considerado como a “Travessia” para uma nova realidade. Entretanto, com a clareza de que isso só seria possível em uma sociedade futura.

Para a consolidação dessa proposta é importante e necessário que sejam criadas e instituídas políticas públicas voltadas para a formação educacional e profissional dos cidadãos. Nesse sentido, a educação básica ofertada nos IFs vem tentando materializar a relação entre educação e trabalho por meio do ensino médio integrado. Contudo, não basta a abertura de novas vagas, é necessário implementar políticas de combate à evasão escolar e políticas de assistência estudantil que possibilitem aos jovens qualificação profissional e o ingresso ao mundo do trabalho somente quando concluírem a educação básica.

2.3 Políticas públicas sociais no cenário neoliberal

Pelo fato do Pnaes ser um programa inserido na política de assistência estudantil, e esta, nas políticas sociais e educacionais, é importante uma

apresentação e definição para políticas públicas em geral e a distinção entre políticas públicas de governo e de Estado. Porém, o destaque maior é nas políticas educacionais e sociais com ênfase na política de assistência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Na sequência é apresentado o entendimento jurídico para implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visto que o decreto, que dispõe sobre o programa, traz em seu artigo 1º o seguinte: “o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” (BRASIL, 2010).

Posto isto, inicia-se uma discussão acerca da definição de políticas públicas, observando que não há na literatura um consenso sobre a definição de políticas públicas. Em geral, entende-se políticas públicas como instrumento ou conjunto de ação dos Governos. Segundo Secchi (2014, p. 1), a política pública é entendida como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”.

Uma definição com bastante aceitação é a instituída por Thomas Dye (1984, apud Souza 2006, 24), políticas públicas para ele é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Esse fazer ou não fazer do governo visa responder a demandas, principalmente dos setores mais vulneráveis da sociedade e influenciadas por mobilizações sociais e pressão de grupos representativos como sindicatos e associações.

As políticas públicas, segundo Souza (2006), surgiram nos Estados Unidos no meio acadêmico, dentro da disciplina Ciência Política, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. (SOUZA, 2006, p. 22).

Segundo Souza (2006), a definição mais conhecida é a de Laswell (1936, apud Souza 2006), para ele, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Para se discutir políticas públicas é necessário considerar os aspectos políticos, sociais, históricos e econômicos. No Brasil, as políticas públicas ganharam destaque no início do século XX, com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista, a partir da década de 1930, na gestão do presidente Getúlio Vargas. Com as transformações políticas, sociais e econômicas, surgem as primeiras políticas sociais voltadas para a previdência, saúde e educação.

Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o “Estado em ação”. Deste modo, pode-se resgatar neste mesmo espaço as particularidades da política educacional contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas. (AZEVEDO, 2004, p.5).

De acordo com Azevedo (2004), no Brasil, os estudos sobre políticas públicas passaram a ter maior destaque na década de 1980. Foi possibilitado, a partir desse período, a afirmação de um campo investigativo a respeito desse tema, vinculado à Ciência Política e Sociologia. Há que se registrar, no entanto, que o campo das políticas educacionais é relativamente novo e ainda não consolidado em relação a referenciais analíticos consistentes.

Outra importante dimensão que se deve considerar nas análises é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. (AZEVEDO, 2004, p. 05).

É importante, também, destacar que as políticas públicas podem ser de governo ou de Estado. Santos (2012) ressalta a diferença entre elas, destaca que a política de Estado se refere a uma ação, plano ou um programa, com objetivos de longo prazo, elaborado para durar por um período que vai além do exercício político de determinado partido, ou de seus representantes, seja em nível municipal, estadual ou federal. Enquanto uma política de governo se refere a um programa, ação ou plano desenvolvido para vigorar durante o período de um mandato.

O Pnaes, objeto de estudo desta pesquisa, trata-se de um decreto, ou seja, uma política de governo, que permanece em atividade há uma década, e há muitas reivindicações para torná-lo uma lei. Entre elas, o projeto de lei de 2017 da deputada

federal Jandira Feghali. Ela afirma que

[...] é importante que os instrumentos necessários ao combate às desigualdades, principalmente na área da educação, estejam disponíveis e fortalecidos por meio de leis específicas. Um decreto pode ser revogado pela vontade única do chefe do Poder Executivo. Uma Lei deve passar pelo crivo do Congresso Nacional para sua alteração e, conseqüentemente, por um debate amplo com a sociedade. (FEGHALI, 2017).

Um programa como este, ao ser transformado em lei, proporcionará maior garantia de direitos aos estudantes, contribuindo para que haja menos evasão e mais cidadãos ingressem no mundo do trabalho com alguma formação. Pois, “o destino ocupacional, a posição e as possibilidades de ascensão social estão estreita e crescentemente associados ao sucesso escolar e à sua forma institucionalizada de certificação, isto é, a obtenção de diploma”. (NOGUEIRA, 1998, p. 98).

Segundo Behring e Boschetti (2009), não há uma data específica para o surgimento das políticas sociais, pois trata-se de um processo social relacionando a condições políticas e econômicas em meio a ascensão do capitalismo, situando-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. Elas afirmam que as políticas sociais nasceram gradualmente e de forma diferenciada em cada país, no fim do século XIX. No Brasil, as políticas sociais atreladas às lutas de classe, surgiram, início do século XX, com as primeiras medidas de proteção social.

As políticas sociais são responsáveis pela constituição de ações que visam promover a proteção social. Estas devem ser oriundas do Estado e orientadas para a função redistributiva dos benefícios sociais, como tentativa de mitigar as desigualdades econômicas e históricas, vivenciadas pela população brasileira. Tais políticas se materializam como ordenamentos legais a partir da relação conflituosa entre projetos que se estabelecem por meio de embates entre projetos distintos. (HÖFLING, 2001).

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado [...]. (HÖFLING, 2001, p. 31-32).

Nessa mesma direção, Azevedo (2004) esclarece que as políticas públicas,

isto é, a policy⁶ como programa de ação, são definidas num cenário de relações de poder, que são ressignificadas e objetivadas na politics⁷ e, especificamente, no caso brasileiro, estas se constituem como política no sentido de dominação, haja vista, o processo de segregação, desigualdade e exclusão social de parte majoritária da sociedade.

É possível afirmar que as políticas públicas sociais, planejadas e elaboradas pelo Estado, não tem sua implementação realizada de forma imediata, dito de outro modo, a execução destas se relacionam diretamente às contradições inerentes a uma sociedade dividida em classes, com interesses e objetivos diversos. Como são perspectivas em constante movimento de disputas, as implicações e resultados das políticas sociais, empreendidas pelo Estado capitalista, subordinam-se a conveniências explicitadas nas relações sociais de poder.

No que tange às políticas públicas educacionais, consideramos que estas se ajustam ao novo papel atribuído à escola, o qual é sustentado por organismos internacionais e pelo sistema capitalista, como modelo de formação a ser seguido para responder às demandas impostas pelo setor produtivo. Nessa lógica, as políticas sociais e, diretamente, as educacionais estão vinculadas ao projeto preconizado pela sociedade por meio de ações do Estado.

[...] para se ter uma aproximação dos determinantes que envolvem a política educacional, deve-se considerar que a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura [...] tal projeto de sociedade, por sua vez, é construído pelas forças sociais, que têm poder de voz e de decisão e que por isto, fazem chegar seus interesses até o Estado e à máquina governamental, influenciando na formulação de políticas ou de programas de ação. (AZEVEDO, 2004, p. 60).

Portanto, a compreensão sobre as políticas públicas sociais requer entender sua articulação com o movimento do sistema produtivo, e do próprio trabalho. As contradições que esse processo suscita na sociedade, em determinados períodos históricos, associa-se com o projeto de Estado que embasa seu engendramento e execução.

De acordo com Azevedo (2004), são inúmeras as razões para que de uma

⁶ Termo utilizado por Azevedo (2004).

⁷ Termo utilizado por Azevedo (2004).

concepção “forte” de Estado, erigisse, no século XX, um enfraquecimento desse processo em função da própria metodologia de seu desenvolvimento. A reestruturação do mundo do trabalho; o progresso técnico e científico; a recessão dos anos 30, além das duas guerras mundiais, que se configuram como os marcos para transformar os modos de articulação entre o mercado e o Estado, resultando em uma nova dinâmica na ordem de regulação do capital e do trabalho.

Sob esse viés, depreende-se que o modo de produção capitalista tem sua estrutura formal voltada para a reprodução e manutenção de suas condições de existência, cobrando do Estado, decisões que caminhem ao encontro das demandas dessa reconstrução constante e defesa da hegemonia dominante. Dessa forma, o Estado é compreendido a partir das relações de produção desenvolvidas, haja vista que este constitui-se a partir de um processo dinâmico e contraditório do capital, pautado em sua própria organização de manutenção e expansão.

Segundo Höfling (2001), no sistema capitalista, as formas tradicionais da força de trabalho se deterioram e, por vezes, desviam-se da competência dos próprios indivíduos a despeito do poder de decisão quanto à sua utilização. Funções, tradicionalmente, não sujeitas ao controle estatal e circunscritas às esferas privadas da sociedade, passam a ser exercidas pelo Estado. Nesse cenário, nas divergências existentes na relação entre os detentores do capital e os trabalhadores, donos da força de trabalho, o Estado exerce seu papel regulador com a finalidade de garantir a manutenção das relações capitalistas.

O sistema de acumulação capitalista engendra em seu desenvolvimento problemas estruturais relativos à constituição e reprodução permanente da força de trabalho e à socialização desta através do trabalho assalariado. O Estado deve “responder” a estes problemas, ou em outros termos, deve assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho – inclusive visando uma adequação quantitativa entre a força de trabalho ativa e a força de trabalho passiva – e da reprodução da aceitação desta condição. Estas podem ser consideradas as funções últimas da política social: como as distintas instituições sócio-políticas e estatais contribuem para a resolução dos problemas acima, gerando intervenções do Estado que atingem a sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001, p. 32).

O sistema capitalista, no intuito de superar a crise inerente à sua própria existência, busca reproduzir e aumentar o grau de acumulação do capital. Para tanto, organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI)

imprimem diretrizes e metas econômicas que deverão ser respeitadas e cumpridas por países periféricos, sob o risco de punição àqueles que não se adequarem aos programas de ajuste estrutural, consideradas como elementares para o crescimento econômico e estabilidade política.

Os anos 1960 e 1970 foram marcados pela crítica empreendida pela perspectiva neoliberal ao Estado do Bem-Estar Social, transferindo a responsabilidade pela regulação ao mercado. Isto ocorre na proporção em que se produz profundas mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais entre Estado e sociedade. Diversas mudanças foram impostas com a finalidade de garantir a reprodução do capital, haja vista a defesa de uma nova realidade estrutural.

Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual, as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade, fraturando e fragmentando ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 133).

A tendência teórico-política de reorganização dos processos produtivos no capitalismo encontrou, em sua própria crise, subsídios para sua revitalização. O colapso econômico dos anos 70 significou um desses momentos, tendo como consequência o surgimento da perspectiva neoliberal. Nos anos 80, o capital, pressionado pela necessidade de superação das crises, imprime uma diminuição da ação do Estado, delegando ao mercado, à iniciativa privada, a gestão das políticas sociais e educacionais.

Na década de 1990, as transformações advindas do capitalismo sob a égide neoliberal se constituíram em um movimento de profunda intensidade, haja vista que a divisão internacional do trabalho e as definições do Consenso de Washington⁸

⁸ O Consenso de Washington constituiu-se por concepções concebidas por um grupo de intelectuais e sistematizadas por John Williamson (1990), economista do Banco Mundial, que sugeriu um conjunto de proposições que rapidamente se tornou no denominador comum das proposições e aconselhamento político das instituições baseadas em Washington (Banco Mundial e FMI) para os países latino-americanos, e mesmo para outros países em desenvolvimento. Tais proposições objetivam estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam a disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado. A recomendação de abertura da conta de capital, que não constava das proposições originais de Williamson, foi acrescentada ao receituário pelas instituições multilaterais. Assim, o chamado “Consenso de Washington” foi a base

impuseram uma sucessão de desregulamentações nas diversas áreas do mundo do trabalho. Nesse período, há a emergência de “formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tantos elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores”. (ANTUNES, 2011, p. 126).

Portanto, a reestruturação produtiva imprime importantes transformações na organização do sistema produtivo, na medida em que exige outra formação para os trabalhadores. A dimensão social do Estado cede lugar a um novo paradigma que sustenta a flexibilização nas relações sociais de produção, tendo como decorrência o aumento da exploração da força de trabalho. Por sua vez, essa necessidade de desenvolvimento da economia capitalista acaba por colocar em evidência o papel da escola. Esta, é questionada com relação à sua função de promotora de uma educação que possa garantir uma formação adequada ao mundo do trabalho e também à vida social nos moldes das transformações políticas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, os novos modos de acumulação do capital exigem trabalhadores com formação que atendam padrões de conduta inerentes ao novo modelo de organização social de produção. Nesse momento, não mais será suficiente a experiência qualificada, mas uma maior capacidade de abstração, isto é, não é suficiente apenas a racionalidade instrumental, necessariamente é cobrada a capacidade dos trabalhadores em refletir, fixar demandas, interagir e solucionar problemas complexos.

A década de 1990, reconhecidamente, é demarcada pelo aprofundamento das políticas neoliberais que implicou em ações direcionadas a toda esfera social. No que diz respeito à educação, houve diversas mudanças oriundas de lutas suscitadas por movimentos sociais com o intuito de promover não apenas o acesso, mas também a permanência e sucesso dos estudantes, pertencentes a esses grupos, na escola pública. O fortalecimento do ideário neoliberal, efetivado nos anos 1990, representou um aprofundamento de crises no que tange às políticas sociais e econômicas. Nesse cenário, emerge novos modos de regulação entre o Estado e a sociedade, mediados pelo mercado.

Höfling (2001) apregoa que os neoliberais defendem o pressuposto de que as

das reformas liberalizantes que, em maior ou menor grau, foram aplicadas em vários países da América Latina, incluindo Argentina, Brasil e México, ao longo da década de 1990. (SICSÚ; PAULA, MICHEL, 2007, p. 511).

políticas públicas sociais são consideradas como ações do Estado, cujo objetivo é regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista. Portanto, as políticas são vistas como entraves a tal desenvolvimento e são responsáveis pela crise vivenciada pela sociedade. Não obstante, afirma-se que essa concepção identifica a intervenção do Estado como ameaça aos interesses e liberdades individuais, impedindo a livre iniciativa, o que pode inibir os mecanismos que o próprio mercado produz com o objetivo de restabelecer o seu equilíbrio. Portanto, nesses moldes, o livre mercado é visto como equalizador das relações, “[...]e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social.” (HÖFLING, 2001, p. 39).

Enfim, vivencia-se nesse momento uma crise do capitalismo e suas estratégias de superação - neoliberalismo, reestruturação produtiva, “terceiro setor” e reformas. Esses são aspectos redefinidores do papel do Estado, e acabam por diminuir a sua atuação como executor das políticas sociais. Com relação à educação, evidencia-se ações pontuais focalizadas em uma maior eficiência dos processos educativos, gestão escolar e aplicação dos recursos financeiros por intermédio de mecanismos de descentralização, desregulamentação e flexibilização na condução das ações e políticas públicas educacionais.

2.4 Política de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica

A Política de Assistência Estudantil (PAE) está presente na educação profissional desde sua criação e, sua origem assistencialista, vem desde a criação do Colégio das Fábricas, no início do século XIX. Nesse mesmo período, segundo Frigotto (2015), o filósofo, político e soldado francês Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy, em 1802, expunha aquilo que, ao longo da história, vem se confirmando. Para ele,

[...] os homens da classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas [...]. Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender

para alcançar o que se espera deles no futuro. (DESTUTT DE TRACY, 1802, apud FRIGOTTO, 1987, p. 15).

Esse entendimento permanece enraizado na atual sociedade capitalista brasileira. No entanto, estudiosos da educação vêm ao longo dos anos travando uma disputa política e teórica com as forças conservadoras, sempre objetivando a superação do dualismo da educação brasileira. Para tanto, a PAE não deve ser vista como uma ajuda nas necessidades básicas, mas como ponte para emancipação do sujeito e um viés promotor da redução das desigualdades de oportunidades no ambiente escolar.

Cavalheiro (2013) aponta em sua pesquisa que “a maioria dos Institutos Federais se refere à Assistência Estudantil considerando três principais aspectos: a) consideram-na uma política social; b) almejam a universalidade de suas ações; e c) fazem uma interface com a assistência social.” (CAVALHEIRO, 2013, p.27). Segundo ela, sobre esse último aspecto, é preciso destacar que é um equívoco relacioná-la a assistência social, que é uma das políticas públicas asseguradas pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 194, a qual compõe a Seguridade Social. Esta “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988, p. 60). Esse entendimento transforma a Assistência Estudantil em uma política de combate à pobreza. E não é esse o objetivo da assistência estudantil. Ela visa à permanência e êxito na perspectiva de melhoria do desempenho escolar, produção de conhecimento, qualidade de vida e inclusão social.

Isso deve-se ao fato de que desde sua origem, existiu-se um assistencialismo e estava explícito na constituição de 1934, a qual determinava que parte dos fundos destinados à educação seriam aplicados em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934).

Porém, a PAE, hoje, é um direito social e de cidadania, estruturada em bases legais e caracterizada como dever do Estado. A CF/88 em seu art. 206 e a LDB no art. 3º discorrem sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Para que isso seja posto em prática são necessárias políticas públicas voltadas para este fim. Uma efetiva PAE pode ser determinante para que a trajetória

dos estudantes não seja interrompida.

Quando se trata das Instituições Federais de Ensino (IFEs), o que há de mais atual em relação à PAE é o Pnaes, objeto de estudo desta pesquisa. Esse programa foi criado por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. O Pnaes tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. As ações do Pnaes são executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades. Observa-se que esse programa foi criado para atender a educação superior, contudo Gomes (2011) defende que é legal a aplicação do Pnaes na EPT, pois a própria normativa, embora não traga explícito o emprego do programa nesse nível de ensino, destaca que este deve abranger os Institutos Federais, considerando suas especificidades, porque são instituições equiparadas às universidades e não idênticas.

Nesse sentido, o decreto prevê em seu artigo 4º que:

[...] as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010).

Para compreensão da proficuidade do Pnaes na EPT, no âmbito dos IFs, faz-se necessário o discernimento das seguintes normativas: artigos 6º e 205 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996; Lei nº. 11.892/2008 e por fim, o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Pnaes, programa executado no âmbito federal e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, cujos objetivos são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

O artigo terceiro desse decreto assevera que o Pnaes deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. E o parágrafo primeiro desse artigo determina que as ações de assistência estudantil do Pnaes deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O artigo quarto destaca que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Esse dispositivo legal, ao tratar do ensino superior e ao mesmo tempo afirmar que deve ser considerada as especificidades dos Institutos Federais, cria certa dúvida se os IFs estariam legitimados para estender o benefício para todo seu público estudantil. Diante disso, a procuradora federal, Fernanda Cunha Gomes (2011), especialista em direito público, publicou um artigo abordando a questão:

Se a intenção da política denominada Pnaes é precisamente a de democratizar as ações de permanência do aluno na escola, não há como se vislumbrar a exclusão da atuação dos IFEs naquele programa, simplesmente por apego à formalidade e à interpretação literal do Decreto nº 7.234/2010, que, por um lado, apregoa que as ações de assistência estudantil deverão ser executadas pelos IFEs mas por outro, tolhe tal participação, ao balizá-la apenas ao âmbito de determinado nível de ensino (superior) - discrepância detectada, supostamente pela já mencionada falta de olhar acurado e cuidadoso do legislador às peculiaridades dos Institutos, como já dito, entes apenas equiparados, e não idênticos às universidades federais. (GOMES, 2011).

Nesse contexto, faz-se necessário, para melhor entendimento da aplicação do Pnaes na EPT, observar que a educação está elencada entre os direitos sociais e a carta magna em seu artigo 206, instituiu que: o ensino será ministrado, entre outros, com base no princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 64). Em consequência, a Lei nº 9.394/1996, que

estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 3º, inciso I, traz como princípio da educação a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ademais, o parágrafo único do artigo primeiro da Lei nº 11.892/2008 apregoa que os IFs possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por fim, a supracitada procuradora federal traz o seguinte entendimento:

Da leitura sistemática da Constituição Federal, do supracitado Decreto e das Leis nº 9.394/1996 (LDB) e nº 11.892/2008, reside a ilação de que os IFEs também estão legitimados para a promoção dessas ações afirmativas, mesmo que não apenas voltadas para os jovens na educação superior pública federal, mas também para todos aqueles que, em qualquer nível educacional que seja, careçam de incentivo e suporte para ter por satisfeito o direito à educação que lhe assiste. (GOMES, 2011).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) deve ser entendida como um direito social, com vistas a formação plena, inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial. Para dar suporte aos *campi*, no âmbito do Instituto Federal Goiano, foi criada, na Reitoria, a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE). No campus Morrinhos, esta política está presente desde sua origem, quando ainda era escola Agrotécnica Federal de Urutaí, Unidade Descentralizada de Morrinhos (UNED). Tendo como base as entrevistas realizadas com os primeiros gestores da escola, percebe-se a existência de ações de assistência aos educandos, porém em comparação ao Pnaes, à época as áreas que havia algum tipo de ação eram bem restritas. De acordo com o primeiro diretor geral da então Escola Agrotécnica, essas ações eram voltadas para moradia, alimentação e apoio pedagógico. Porém alimentação e moradia eram oferecidas apenas aos alunos residentes.

Diante disso, a implementação do Pnaes nos institutos e universidades federais pode ser considerada um avanço nas políticas de assistência estudantil, pois busca não apenas viabilizar auxílio para alunos em situação de vulnerabilidade social, mas propor, implantar e gerenciar ações de permanência de todos os alunos na Instituição, independente de idade e nível de ensino.

O Pnaes faz referência apenas aos estudantes do nível superior, porém, por meio de Lei Orçamentária, são disponibilizados recursos financeiros para a implementação dessa política aos estudantes dos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia, independentemente do nível de ensino. Diante disso, o IF Goiano destina as ações do Pnaes também aos estudantes dos cursos técnicos de nível médio.

3 A RELAÇÃO ENTRE O PNAES E OS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF GOIANO - CAMPUS MORRINHOS

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa, que teve como objetivo geral identificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE) é ofertada nos cursos técnicos de nível médio do IF Goiano campus Morrinhos e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes dos referidos cursos. Primeiramente, foi feita a caracterização do lócus do estudo, contextualizando o campus Morrinhos, com uma abordagem histórica e atual. Na sequência, considerando todos os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, são apresentadas as análises dos dados e o processo de elaboração e desenvolvimento do produto educacional. As discussões procuraram ser coerentes com as bases teóricas preconizadas pela Área de Ensino da Capes e com as bases conceituais em Educação Profissional e Tecnológica.

3.1 Contextualizando o lócus da pesquisa: IF Goiano - Campus Morrinhos

Para tratar dos aspectos da assistência estudantil no campus Morrinhos, faz-se necessário compreender a trajetória histórica desse campus, como se deu sua implantação e desenvolvimento, ao longo de 23 anos de existência, e quais são os aspectos organizacionais e físicos no ano de 2019.

No ano de 1992, iniciaram-se os esforços para implantação de uma escola Agrotécnica Federal na cidade de Morrinhos. Todavia, após cinco anos de muita luta, conseguiram implantar uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), vinculada à então Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO, que iniciou suas atividades educacionais em 1953. A implantação dessa Uned ocorreu por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), instituído pela Portaria nº 1.005, de 10 de setembro de 1997. Os convênios firmados entre União, estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais, foram fundamentais para que houvesse a autorização de funcionamento da escola no município de Morrinhos.

Sendo assim, no ano de 1998, estabelecidas as parcerias com o estado de Goiás e o Município de Morrinhos, iniciaram-se às atividades. Essas parcerias foram, principalmente, para contratação de pessoal administrativo e docente, o que foi

apurado por meio de entrevista.

O nosso quadro na época eram 6 servidores federais (equipe diretiva), 33 servidores do município (motorista, auxiliar de limpeza, auxiliar de campo, telefonista, vigilantes e técnicos administrativos) e 40 docentes pelo estado. (Entrevistado 2, 2019).

Como pode ser observado, nos anos iniciais, havia um número bastante reduzido de servidores efetivos. O quadro de pessoal era formado por servidores municipais e estaduais cedidos, muitos destes não eram efetivos nesses entes. Essa situação perdurou por algum tempo, até que aos poucos foram acontecendo concursos públicos e esses colaboradores foram sendo substituídos.

Quanto à organização do espaço físico, a escola funcionou, no primeiro ano de existência, no prédio da antiga Faculdade de Educação Ciência e Letras de Morrinhos (FECLEM), na cidade de Morrinhos e somente no ano seguinte, quando concluídas as primeiras obras, a escola deu sequência às suas atividades em sede própria. Inicialmente, os cursos ofertados foram: Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia e Técnico em Informática, todos de forma concomitante com o ensino médio, ou seja, os alunos estudavam os componentes curriculares da educação básica em um período e em outro período estudavam os componentes da formação técnica. Já os cursos Técnico em Sistema de Informação e Técnico em Manutenção e Redes de computadores eram ofertados de forma subsequente, ou seja, para quem havia concluído o Ensino Médio, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2: Cursos técnicos extintos

	Curso	Ano de Início	Último ano de oferta
Concomitante	Técnico em Agricultura	1997	2009
	Técnico em Agropecuária	1997	2013
	Técnico em Zootecnia	1997	2007
	Técnico em Informática	1999	2010
	Técnico em Alimentos	2007	2011
Subsequente/ Concomitante	Técnico em Sistema de informação	2002	2006
	Técnico em Manutenção e Redes de computadores	2007	2009
	Técnico em Redes de computadores	2012	2012
Integrado	Técnicos em Agroindústria - PROEJA	2007	2016

Fonte: Secretaria de registros escolares, campus Morrinhos

Em 2002, houve a mudança de nomenclatura, tornando-se Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Urutaí, a partir daí foram incluídos em sua oferta de ensino, cursos de nível superior, em conformidade com os critérios e padrões estabelecidos pela legislação vigente, nesse período. Sendo que, na Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Morrinhos, essa oferta ocorreu em 2009 com o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, conforme quadro 4.

Dessa forma, a instituição pesquisada esteve vinculada ao então Cefet de Urutaí, de setembro de 1997 a dezembro de 2008, quando foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892/08. Em consequência a essa institucionalização da rede federal, houve a transformação do Cefet Urutaí em campus Urutaí e da Uned Morrinhos em campus Morrinhos. Com isso, ambos passaram a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, que é composto, atualmente, pela Reitoria, com sede na capital do estado, a cidade de Goiânia e por 12 *campi* espalhados pelo estado de Goiás, nas cidades de Ceres, Urutaí, Rio Verde, Iporá, Campos Belos, Cristalina, Posse, Trindade, Hidrolândia, Ipameri, Catalão e Morrinhos.

Inicialmente, o IF Goiano foi formado pelos dois Cefets, o de Urutaí, juntamente com a Uned Morrinhos, e o de Rio Verde, e pela Escola Agrotécnica Federal de Ceres. Os demais *campi* e a Reitoria foram construídos após a Lei nº 11.892/08, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação. Essa mudança possibilitou um desenvolvimento mais acelerado, maior qualidade no serviço prestado e maior celeridade no cumprimento das demandas, pois trouxe autonomia didático-pedagógica, administrativa, patrimonial e financeira para todos os *campi*, incluindo o campus Morrinhos, que, até então, em tudo estava vinculado a Urutaí.

Além das inovações no âmbito da assistência estudantil – o que discutiremos mais adiante – a escola, desde que iniciou, no ano de 1997, passou por várias transformações, diversas novas edificações, entre elas a guarita da entrada pela BR 153, apresentada na figura 2.

Figura 2: Entrada do campus Morrinhos pela BR 153



Fonte: Acervo do campus Morrinhos

Entre essas edificações, temos o prédio pedagógico, primeira construção da instituição e é o local onde estão: a Diretoria de Ensino, as secretarias de graduação e nível médio; salas de aula; salas de professores, banheiros, além de outros departamentos como Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e coordenações de cursos. Em frente ao prédio pedagógico, temos dois prédios para os cursos de Bacharelado em Agronomia e Licenciatura em Química, ambos com a mesma arquitetura, contendo laboratórios, salas de aula e sala de coordenação. Ao lado, há um estacionamento e um amplo centro de vivência, com banheiros e lanchonetes, nesse local é também onde está a coordenação da Unidade de Assistência Estudantil.

A escola conta ainda com um prédio com uma ampla biblioteca e um auditório; um prédio para a unidade de saúde; um prédio para os cursos da área de informática, com laboratórios, salas de aula e auditório. Há ainda diversas casas, que eram usadas como residências dos servidores, hoje são departamentos e, outras, residências estudantis. Os departamentos que funcionam nessas casas são: Diretoria Geral; Diretoria de Administração e Planejamento (DAP); Gerência de Extensão; Gerência de Pesquisa e Pós-graduação. A escola possui também Quadras de esportes e um amplo auditório para grandes eventos.

Antes mesmo dessas mudanças ocorrerem, a então Escola Agrotécnica, hoje campus Morrinhos do IF Goiano, já possuía essa propriedade, que é uma fazenda com área de 191 hectares, localizada há cerca de 18Km do município de Morrinhos, no Km 633 da BR 153. Há ainda o acesso pela GO 476, rodovia que interliga a cidade de Morrinhos a Buriti Alegre.

Figura 3: Fotografia aérea do campus Morrinhos



Fonte: Acervo do campus Morrinhos

Portanto, como é possível observar na figura 3, atualmente, a instituição conta com um amplo espaço físico, para a realização das atividades administrativas e pedagógicas, com funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno, ofertando tanto cursos de nível superior quanto de educação básica. No turno matutino e vespertino são oferecidos os cursos técnicos integrados ao ensino médio: Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos e Técnicos em Informática, como apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Cursos técnicos 2019

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio				
Cursos		Ano de início	Nº de vagas ofertadas/ano	Nº de matriculados no ano de 2019
Técnico Integrado	Agropecuária	2008	35	156
	Alimentos	2011	35	71
	Informática	2011	35	152
TOTAL			105	379

Fonte: Secretaria de registros escolares - campus Morrinhos

Ainda nos turnos matutino e vespertino são ofertados três cursos superiores (quadro 4): Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Ciência da Computação e Bacharelado em Zootecnia, todos em período integral. No período noturno são ofertados os cursos: Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Sistemas para Internet.

Quadro 4: Cursos de graduação 2019

Cursos de graduação				
Área do conhecimento	Curso	Ano de início	Nº de vagas ofertadas/ ano	Nº de matriculados em 2019
Ciências Exatas e da Terra	Tecnologia em Alimentos	2012	40	77
	Tecnologia em Sistemas para Internet	2009	30	91
	Bacharelado em Ciência da Computação	2017	40	78
Ciências Agrárias	Bacharelado em Agronomia	2010	40	185
	Bacharelado em Zootecnia	2012	40	133
Ciências Humanas	Licenciatura em Pedagogia	2013	40	139
	Licenciatura em Química	2010	30	64
TOTAL			260	767

Fonte: Secretaria de registros acadêmicos - campus Morrinhos

Há também a oferta de pós-graduação, sendo dois mestrados profissionais e uma especialização. Portanto, fundamentando-se na proposta de verticalização do ensino, o campus Morrinhos oferece cursos de nível médio, graduação e pós-graduação, conforme detalhados nos quadros 3, 4 e 5.

Quadro 5: Cursos de pós-graduação 2019

Cursos de pós-graduação			
Nível	Curso	Ano de início	Nº de vagas ofertadas/ano
Lato sensu	Ensino de Ciências e Matemática	2016	Ampla concorrência – 24
Strictu sensu	Mestrado Profissional em Olericultura	2014	Ampla concorrência 1º semestre - 12 2º semestre – 12
	Mestrado Profissional em Educação profissional e Tecnológica	2017	Ampla concorrência - 12 Servidores da Rede Federal - 12

Fonte: Secretaria de pós-graduação – Campus Morrinhos

Para atender às demandas dos cursos citados nos quadros 3, 4 e 5, o campus conta com 88 docentes do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Sendo que desse total, 48% possuem título de doutor, 43% o título de mestre, 8% são especialistas e somente 1% com apenas graduação, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Docentes 2019

Formação	Quantidade	%
Doutorado	42	48 %
Mestrado	38	43 %
Especialização	07	8 %
Graduação	01	1 %
Total	88	

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas do campus Morrinhos

Além dos docentes, a escola possui um quadro de Técnicos Administrativos em Educação (TAE), composto por 71 servidores, que realizam as mais variadas funções técnicas e administrativas, de acordo com os departamentos em que estão lotados.

Tabela 2: Técnicos Administrativos em Educação (TAE) 2019

Formação	Quantidade	%
Doutorado	-	0 %
Mestrado	25	35 %
Especialização	30	42 %
Graduação	12	17 %
Ensino médio	03	4 %
Ensino Fundamental	01	1 %
Total	71	

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas do campus Morrinhos

O campus dispõe também de trabalhadores terceirizados para as demandas do refeitório, campo, jardinagem, telefonia, transporte, segurança, manutenção e limpeza em geral. Há ainda alguns trabalhadores em regime de cessão por outros órgãos. Esse cenário evidencia a presença de uma ideologia neoliberal, visto que a terceirização promove

[...] além da redução salarial, redução de custos, burla de direitos, enfraquecimento da organização sindical e ruptura de seus laços de solidariedade, o projeto da terceirização total objetiva uma regressão sem precedentes na história moderna do trabalho no Brasil. (ANTUNES, 2015 p.9).

A atual realidade estrutural do IF Goiano, campus Morrinhos, ao contar com todos esses profissionais citados, acaba por garantir a reprodução do capital, ao mesmo tempo em que possui a missão de ofertar educação profissional de qualidade. Pois, trata-se de instituição de ensino pública e gratuita, que promove educação básica e superior, capaz de contribuir com a formação integral do cidadão e que este possa concluir com êxito o curso e conseqüentemente contribuir com a sociedade.

É importante realizar toda essa apresentação estrutural, porém, no caso desta pesquisa, o foco é na educação básica, ou seja, nos cursos técnicos integrados ao

ensino médio, etapa decisiva na vida dos jovens estudantes, que muitas vezes não têm oportunidade de frequentarem cursos em período integral, que é o caso dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, pois precisam ingressar precocemente no mundo do trabalho, visto que “[...]a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar ou mesmo a autossustentação muito antes dos 18 anos de idade.” (BRASIL, 2007, p. 23).

Em relação ao Proeja apresentado no quadro 2, trata-se de curso para atender ao público de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino foi criada em 2005, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, conhecido por Decreto do Proeja. Em seguida, substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que buscou resgatar e inserir na escola os jovens e adultos cujas trajetórias educacionais foram interrompidas, oferecendo acesso a uma formação integral articulada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Teve-se como fundamento “a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2007).

No campus Morrinhos, o curso técnico integrado, ofertado nessa modalidade de Ensino, foi o Técnico em Agroindústria, que teve início em 2007 e o último ano de oferta de novas vagas foi em 2016, com conclusão em 2019, pois tinha, como tempo de duração, 3 anos. O principal motivo do curso ter chegado ao fim foi o alto índice de evasão, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Ciclos de matrículas Proeja - 2007 a 2016

SITUAÇÃO		QUANTIDADE	%	
Matrículas		300	100%	
Concluído		55	18,3%	
EVAÇÃO	Abandono	204	68%	81,6%
	Transferência externa	5	1,66%	
	Trancamento	1	0,33%	
	Integralizado	35	11,6%	

Fonte: Secretaria de Registros Escolares.

Observa-se que esta modalidade de ensino apresenta altos índices de abandono por parte dos discentes (superior a 80%), evidenciando a necessidade de repensar ações para o enfrentamento à evasão nos cursos técnicos de educação profissional de jovens e adultos para que o público desta modalidade de ensino possa alcançar uma formação integral, na qual sejam autônomos e aptos a promover a transformação social. Porém, esta pesquisa não irá aprofundar no tema, que foi discutido pelas pesquisadoras em outro estudo por meio de um artigo.

3.2 A Assistência Estudantil sob o olhar dos ex-gestores da instituição

Ao focalizarmos nossos esforços para compreender como e em que medida a Assistência Estudantil ocorria no início de implantação do campus, delimitamos, como categorias de análise, as áreas definidas pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), quais sejam: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital; cultura; esporte; creche⁹; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Foi constatado, por meio das entrevistas, que a área de moradia teve início em 1998, ou seja, uma das primeiras a ser implementada, o que pode ser comprovado por meio do relato de um dos entrevistados:

Em relação a implantação de espaço para residência estudantil, inicialmente ela ocorreu pela demanda de atender a alunos realmente carentes, vindos de outros municípios e até de outros estados, que não tinham condições de residir em Morrinhos ou outras cidades da região e virem estudar no Campus Morrinhos, assim, por necessidade de encontrar uma solução foi aberto vagas para alunos residirem nos alojamentos criados nos Setores de Produção, onde moraram quatros alunos por alojamento, as camas eram no primeiro instante, trazidas de casa por cada um, depois sendo padronizadas com beliches, custeadas pelos mesmos, que depois que se formavam vendiam para os novos alunos que assumiam os alojamentos. (Entrevistado 01, 2019).

Ao realizar revisão da literatura acerca da relação entre moradia estudantil e suas implicações na permanência e êxito dos estudantes os autores que discutem a

⁹ A creche também consiste em uma das áreas preconizadas pelo decreto, no entanto esta é inexistente no IF Goiano ainda na atualidade.

questão voltam o olhar para análises relacionadas às instituições universitárias, no entanto é possível transpor para o ensino médio alguns dos elementos descritos, dentre os quais destacamos a relevância da moradia estudantil no que se refere à permanência e sucesso na condução do curso. Sob esse viés, Schudde (2011), em investigação realizada, indicou que alunos residentes apresentaram maiores chances (3,3% a mais) de permanência, além disso considera como positivas as iniciativas que permitem aos alunos do primeiro ano residirem na própria instituição, tendo em vista que as chances de avançar para os anos seguintes são maiores. Nessa mesma linha de pensamento, Pascarella e cols (1993) já indicavam que os estudantes residentes apresentaram maiores chances de permanência e conclusão no curso, quando comparados aos não residentes. Portanto, há indicações seguras que a moradia estudantil interfere tanto no desempenho acadêmico quanto em sua permanência e conclusão do curso.

Na mesma época, outra área que foi implementada foi a alimentação, conforme relato do mesmo entrevistado:

A alimentação sempre foi subsidiada pelo Governo federal por meio da Assistência Estudantil, embora houvesse uma taxa simbólica algo em torno de R\$ 1,50, paga pelo aluno. Nessa época havia uma produção de vários alimentos: verduras, carnes bovinas, suína, frango, peixe e ovos que atendia ao restaurante (produzido em Morrinhos e Urutaí). (Entrevistado 01, 2019).

Atualmente não é cobrada nenhuma taxa aos estudantes de todos os níveis de ensino. Aos servidores é cobrada a taxa de R\$ 5,00. Alguns alimentos são produzidos na própria instituição, como as hortaliças, ovos, leite e parte da carne bovina e suína. Outros são adquiridos por meio de chamada pública da agricultura familiar e processo licitatório.

Outra área bastante relevante e que vem apresentando, ao longo dos anos, muitas dificuldades, é o transporte, devido ao alto custo e pelo fato da escola ser localizada na zona rural, distante cerca de 18 Km da cidade de Morrinhos. Além disso, desde a implantação, grande parte dos estudantes são de cidades vizinhas, de acordo com relatos:

[...] um grande problema enfrentado por muitos alunos, por seu alto custo e pouca oferta, além de ser custeado por muito tempo por conta dos alunos, foi causador de muita evasão. Sendo um pouco

amenizada pela Parceria com a Prefeitura de Morrinhos que passou a subsidiar parte do valor do Transporte, depois o mesmo se deu com a Prefeitura de Buriti Alegre, Vicentinópolis, Joviânia, Caldas Novas, Pontalina. (Entrevistado 01, 2019).

A necessidade de transporte, em razão do campus ser situado na zona rural e a crescente demanda em termos de quantitativo de estudantes domiciliados em Morrinhos e cidades circunvizinhas, constitui-se ainda uma das principais fragilidades no que diz respeito ao atendimento das solicitações estudantis, pois, associado a esses aspectos, destaca-se o significativo número de estudantes que apresentam vulnerabilidade socioeconômica.

Ainda em relação aos anos iniciais de implantação do campus, e fazendo um paralelo com o Pnaes, embora não houvesse a estrutura que a escola possui hoje, já havia preocupação com a saúde dos estudantes, é o que nos revela um dos entrevistados:

Em relação à saúde havia uma parceria mais efetiva com a Prefeitura de Morrinhos, que atendia nossos alunos, tanto no âmbito Hospitalar, quanto odontológico (esse último voltado mais para residentes e alunos mais carentes). Mesmo depois da contratação de uma Odontóloga o atendimento se deu nos consultórios da Prefeitura de Morrinhos, pois não tinha equipado o consultório do Campus. (Entrevistado 01, 2019).

Hoje a instituição conta com uma unidade de saúde com consultório médico, odontológico, de psicologia e de nutrição. Embora não seja possível a presença constante desses profissionais nos três turnos, ainda assim é um grande avanço o fato da escola poder contar com essas ações de saúde.

Quanto à Inclusão digital,

Os primeiros alunos a terem acesso a computadores foram os do curso de informática. Acesso à internet, que eu me lembro foi a partir de 2008. Inclusão digital é uma área que há inovações a cada ano. (Entrevistado 02, 2019).

Atualmente a instituição conta com laboratórios de informática para atender aos estudantes tanto dos cursos técnicos quanto dos cursos superiores e ainda há computadores na biblioteca, todos com acesso à internet.

Em relação às áreas: cultura, esporte e apoio pedagógico, os entrevistados trazem os seguintes relatos:

Os alunos participavam de atividades culturais proporcionadas pela instituição. (Entrevistado 01, 2019).

Sempre existiram atividades esportivas, mas tudo ocorria de acordo com a realidade da época. (Entrevistado 01, 2019).

Em relação ao apoio pedagógico, sempre existiu esse apoio, mas não existia um profissional específico, como tem hoje em dia o pedagogo. (Entrevistado 02, 2019).

Quanto ao apoio a pessoas com necessidades específicas, um dos entrevistados, ao ser questionado como essa área era desenvolvida nos anos iniciais, respondeu:

Sem chance, não havia política de governo para atender esses deficientes. (Entrevistado 02, 2019).

Diante das respostas dos antigos servidores, percebe-se que as ações voltadas para a assistência estudantil eram muito limitadas, foram sendo implementadas à medida que surgia a necessidade. Com a publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foram definidas áreas em que os IFs deveriam implementar suas ações, dando maior visibilidade à política de assistência estudantil.

3.3 Política de Assistência Estudantil no âmbito do IF Goiano e no Campus Morrinhos a partir da implementação do Pnaes

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) possui na Reitoria, a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), criada para dar suporte aos *campi* do IF Goiano em tudo que estiver relacionado à PAE. Ela é composta pelos seguintes profissionais: dois professores e três técnicos administrativos em educação, sendo estes um assistente em administração, um tradutor intérprete de linguagem de sinais e um fonoaudiólogo.

Essa é a equipe que auxilia os *campi* na implantação das ações provenientes da política de assistência estudantil após serem aprovadas pelo Conselho Superior da Instituição. De acordo com o manual de assistência estudantil compete à Diretoria de Assistência Estudantil:

I - responder pela concessão e manutenção da Política; II - apoiar os serviços, os programas e projetos de enfrentamento da desigualdade

social, cultural e econômica nos *campi* do IF Goiano; III - atender, em conjunto com os *campi*, as ações assistenciais de caráter de emergência; e IV - acompanhar a aplicação dos recursos destinados a manutenção dos programas, projetos e ações de assistência estudantil. (BRASIL, 2019).

Os Institutos Federais deverão implementar as suas próprias ações de assistência estudantil, de acordo com a autonomia que possuem, dada a condição de autarquia federal, desde que sejam desenvolvidas observando as áreas de atendimento do Pnaes. Sendo assim, no IF Goiano recebe recursos da União e esses recursos são distribuídos aos *campi* proporcionalmente ao número de alunos matriculados. Quanto à competência dos *campi*, estes deverão:

I – aplicar os recursos destinados à assistência estudantil; II - prestar serviços assistenciais no âmbito de seu campus; III - executar os projetos de enfrentamento da desigualdade; e IV - atender às ações de assistência estudantil de caráter emergencial. (BRASIL, 2019).

No campus Morrinhos a PAE é regida pela Unidade de Assistência Estudantil (UAE), setor ligado à Diretoria de Ensino no *campus* e à Diretoria de Assistência Estudantil da Reitoria. A UAE busca não apenas viabilizar auxílios para alunos em situação de vulnerabilidade social, mas propor, implantar e coordenar ações de permanência de todos os alunos matriculados, independente de idade e nível de ensino. Ela está presente desde sua origem, quando ainda era escola Agrotécnica Federal de Urutaí, unidade descentralizada de Morrinhos (Uned). Tendo como base as entrevistas realizadas com os primeiros gestores da escola, percebe-se a existência de ações de assistência aos educandos, porém em comparação ao Pnaes, à época as áreas que havia algum tipo de ação eram bem restritas. De acordo com o primeiro diretor geral da então Escola Agrotécnica, essas ações eram voltadas para moradia, alimentação e apoio pedagógico. Porém alimentação e moradia eram oferecidas apenas aos alunos residentes.

Diante disso, a implementação do Pnaes nos institutos e universidades federais pode ser considerada um avanço nas políticas de assistência estudantil, pois busca não apenas viabilizar auxílio para alunos em situação de vulnerabilidade social, mas propor, implantar e gerenciar ações de permanência de todos os alunos na Instituição, independente de idade e nível de ensino.

Para as áreas de Transporte e Moradia no campus Morrinhos foram criadas

as seguintes ações: Residência Estudantil; Auxílio Moradia; Auxílio Transporte Intermunicipal e Auxílio Transporte Municipal. Para terem acesso a essas ações, os estudantes precisam se inscrever nos processos seletivos, por meio dos editais que são publicados anualmente

Em conjunto às ações do Pnaes, para enfrentar o problema da evasão, o IF Goiano conta com o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE), cujo objetivo é:

[...] promover, por meio de ações sistêmicas e locais articuladas, a permanência e o êxito dos estudantes à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Trata-se de um projeto que integra diferentes ações e, que tem exigido dos servidores esforço, envolvimento, comprometimento e dedicação. Para tanto, as comissões locais e central da permanência e êxito, sob a coordenação das Pró-Reitorias de ensino e extensão têm realizado ações com vistas à melhoria dos projetos administrativos e pedagógicos de combate à evasão e retenção. (IF GOIANO, 2019).

O campus Morrinhos conta com uma comissão local composta por 7 membros, sendo 3 docentes e 4 Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Essa comissão realiza reuniões com objetivo de elaborar ações locais para superação e monitoramento da evasão e retenção. Entre as principais ações, houve a elaboração de um formulário para uso da secretaria. Nesse documento o estudante ou seu responsável, em caso de aluno menor de idade, deverá indicar o motivo da sua saída, seja por transferência, por trancamento de matrícula ou até mesmo por desistência.

Outra ação realizada pelas comissões locais é a aplicação de um questionário com todos os estudantes para diagnosticar os principais fatores de evasão e retenção tanto nos cursos técnicos de nível médio, quanto nos cursos superiores, na modalidade presencial e à distância, a fim de apontar ações pedagógicas e administrativas de superação que visem o monitoramento e a diminuição das taxas de evasão e retenção.

No início do ano de 2019, foi realizado, pelas Pró-Reitorias de Ensino e Extensão em todos os *campi* do IF Goiano, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) itinerante. Nessa visita, a comissão local apresentou os resultados do questionário de 2018. As Pró-Reitorias de Ensino e Extensão acreditam que as informações obtidas por meio desse questionário contribuirão na elaboração de

ações efetivas e coletivas que possam elevar os índices de permanência e êxito dos estudantes, em todos os níveis, tipos, formas e modalidades de ensino ofertadas pelo IF Goiano.

3.4 A Política de Assistência Estudantil no Campus Morrinhos: sob a ótica da Assistência Estudantil e da Comissão de Permanência e Êxito

Para a realização das entrevistas foi utilizado um questionário semiestruturado contendo 12 questões abertas. A primeira entrevista foi realizada com a coordenação de assistência estudantil e alguns pontos merecem atenção. O primeiro é relativo à participação e periodicidade com que ocorrem as reuniões referentes à Política de Assistência Estudantil (PAE). Quando foi perguntado, ao coordenador se ele participa de reuniões e ou decisões a respeito da Política de Assistência Estudantil (PAE) e com que frequência essas reuniões acontecem, foi respondido o seguinte:

Sim, em reuniões esparsas, em encontros informais e mediante troca de correspondência, os servidores da Assistência Estudantil e os gestores buscam encontrar os melhores mecanismos para atender as necessidades dos estudantes de acordo com as possibilidades conforme a Política de Assistência Estudantil do IF Goiano. (Entrevistado 03, 2019).

Diante da resposta do entrevistado 03, infere-se que reuniões esparsas são aquelas que não acontecem com frequência no decorrer do ano letivo e, os diálogos necessários às questões que envolvem a política de assistência estudantil, são discutidas por e-mail. É o que foi compreendido, quando ele menciona: “mediante troca de correspondência”. Ao lançarmos luz sobre o contexto apresentado depreende-se que não há um planejamento efetivo no que tange a sistematização das reuniões, além disso, ao tomar essas atividades como espaço-tempo de encontros informais fica evidente o caráter periférico ocupado pela comissão na condução, decisão e acompanhamento da Política de Assistência Estudantil no *campus*.

A pergunta seguinte foi em relação aos recursos destinados à PAE. Foi perguntando se eles atendem à demanda. A resposta foi:

Sim. No entanto, é importante considerar que as ações implementadas são postas em prática conforme a disponibilidade financeira e orçamentária. Não é realizado um estudo que possa levantar a real demanda da instituição. (Entrevistado 03, 2019).

Embora a resposta do entrevistado tenha sido “sim”, foi identificada certa contradição, revelada pelos motivos apresentados no momento do pedido de transferência, registrados em formulários na secretaria de registros escolares. Pois esses motivos estão relacionados a questões financeiras, principalmente à dificuldade em custear o transporte.

Em relação à gestão participativa, foi questionado como é a participação da comunidade (pais, alunos, docentes e servidores técnicos administrativo) nas decisões envolvendo a PAE. A resposta foi a seguinte:

Durante o ano letivo, alguns pais buscam a instituição e apresentam demandas, bem como ouvimos os estudantes ao longo do ano, seja no dia-a-dia, seja nas reuniões com os representantes de turma com a Direção Geral e a Direção de Ensino. As demandas são repassadas/registradas pela equipe gestora que busca implementar políticas que atendam as demandas elencadas. (Entrevistado 03, 2019).

Diante dessa resposta, foi possível perceber a inexistência de uma gestão participativa, visto que, há um repasse de demandas pelos pais e estudantes e, não há diálogos e discussões para decidirem o melhor caminho.

A participação colegiada nas decisões deve ser compreendida como dimensão essencial da gestão democrática e participativa, no intuito de permitir a criação de espaços e tempos de discussão e decisões coletivas a partir do diálogo constante nas instituições educativas. Tal posicionamento precisa ser debatido em sua relação com um projeto político de sociedade democrática, que possa ir de encontro a uma lógica gerencial que promove e alimenta desigualdades e disputas no processo de construção de possibilidades para a geração de novas relações e mecanismos democráticos na educação. (OLIVEIRA, 2019).

O próximo questionamento foi se a instituição realiza estudo social com seus estudantes e, com que frequência este estudo acontece. O coordenador informou que,

O estudo ou levantamento de dados sobre as questões sociais e econômicas dos estudantes é realizada mediante as inscrições dos alunos para os Auxílios ofertados pela Unidade de Assistência Estudantil. Já foi tentando realizar um levantamento durante as

matrículas mediante a aplicação de questionário, no entanto, a dinâmica das matrículas ainda não viabilizou a execução desse planejamento. (Entrevistado 03, 2019).

Infelizmente, o preenchimento de um questionário socioeconômico, seja no ato da inscrição, para os auxílios, ou mesmo no momento da matrícula, não é capaz de mapear as reais mazelas e vulnerabilidades existentes entre os estudantes. Um estudo social realizado por um profissional do Serviço Social, fazendo uso de instrumentos apropriados como: visitas domiciliares e entrevistas, seria o ideal para planejar e definir a oferta de vagas relativas às áreas preconizadas pelo Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Pnaes.

Na esfera educacional as discussões relacionadas a influência dos fatores socioeconômicos no desempenho do estudante tem se corporificado à medida em que o debate acerca das políticas públicas educacionais sustentam a importância de ações efetivas que caminhem na direção da democratização das oportunidades, visando a uma formação educacional de qualidade e além disso, que possam promover a eficácia e a equidade. (PINTO; TENÓRIO, 2020).

Dando sequência aos questionamentos, foi perguntado ao coordenador, quais das áreas do Pnaes são mais requeridas pelos discentes e a que ele atribui tal demanda. Recebemos como resposta o seguinte:

Pela fala dos estudantes, o transporte é demanda que mais aparece. Segundo eles, gostariam de bolsas que pagassem integralmente o valor do transporte, haja vista que os ônibus e vans de algumas cidades chegam a cobrar entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00, um valor elevado quando se imagina que somos uma escola pública. Muitas meninas também reivindicam Residência Estudantil Feminina, segundo elas, morar na escola seria melhor do que receber uma bolsa no valor de R\$ 400,00, isso porque, não raro, o aluguel de uma moradia, por vezes, ultrapassa esse valor, além disso, elas precisam pagar transporte e alimentação, gastos que não fazem parte da realidade dos estudantes do sexo masculino que moram na escola. (Entrevistado 03, 2019).

Essa resposta evidencia a necessidade de uma gestão participativa que promova o envolvimento de estudantes, pais e servidores em geral, em reuniões, para que, juntos, possam debater sobre os diversos assuntos que envolvem a PAE. Um ponto relevante a ser discutido é a questão que impede estudantes do sexo feminino de residirem na escola. Ademais, uma gestão participativa gera maior transparência e confiabilidade à sociedade em relação à instituição que tem por

dever cumprir sua missão social, especialmente com a manutenção na instituição da população com menor poder aquisitivo.

[...] no campo da educação, muito se pode reconhecer como medidas de equidade em busca da igualdade. Mais anos de estudo estão associados a melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, melhores posições sociais. Ocorre que o acesso à educação tem sido historicamente no Brasil, privilégio dos mais ricos, face aos mais pobres [...] (SPOSATI 2010, p. 2).

Para finalizar a entrevista, foi aberto um espaço, para que o coordenador pudesse acrescentar algo que não tenha sido questionado. E ele deixou a seguinte mensagem:

Reconhecemos que precisamos melhorar muito, inclusive, estabelecendo estudos sistematizados que possam resultar em melhores propostas para as Políticas da Assistência Estudantil tanto no *campus* quanto para todo o IF Goiano. Continuaremos trabalhando para tanto. (Entrevistado 03, 2019).

Ao afirmar sobre a necessidade de estudos sistematizados para a política de assistência aos estudantes, o entrevistado não especificou quais seriam as áreas que demandariam uma maior atenção por parte da instituição. A mensagem, de certo modo vaga, pode ser em detrimento da ausência de dados empíricos que possam demonstrar quais os aspectos, elencados no Pnaes, carecem de maior investimento do ponto de vista de implementação ou alargamento de programas já existentes.

Na sequência, segue a entrevista realizada com um membro da comissão local de permanência e êxito. Inicialmente, foi questionado quais são as ações locais realizadas pela comissão. Foi respondido que acontece anualmente a aplicação de um questionário com estudantes dos níveis superior e médio e com servidores docentes e técnico administrativos. Além dessa ação, foi informado que a comissão local, em parceria com o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) do IF Goiano, está trabalhando na escrita de um livro.

Estamos trabalhando na escrita do capítulo do livro da PEPE. Cada *campus* escreverá um capítulo de livro, nós vamos falar das ações que julgamos serem importantes para a permanência e êxito dos nossos alunos. (Entrevistado 04, 2020).

Quando foi questionado de quanto em quanto tempo o questionário é aplicado,

obtivemos a seguinte resposta:

O questionário foi aplicado em 2018 e os resultados apresentados em 2019. O questionário é institucional, sempre aplicamos quando a comissão central nos indica para aplicar. Inclusive era para ser aplicado este ano, mas com esta situação de pandemia não será possível. (Entrevistado 04, 2020).

Os principais resultados apresentados são em relação a dificuldades financeiras dos estudantes e carga horária excessiva dos cursos. Como respostas às queixas, as ações administrativas e pedagógicas realizadas pelo campus Morrinhos são referentes ao aumento de ofertas de bolsas, redução do tempo na escola por meio do uso da EaD, oferta de bolsas permanência, horário de entrada e saída diferenciados, oferta de residência estudantil e manutenção da alimentação gratuita para todos os estudantes.

Outro questionamento foi quanto a periodicidade de reuniões pela comissão e foi respondido o seguinte:

Estamos nos reunindo com a comissão central a cada 15 dias. (Entrevistado 04, 2020).

De acordo com o entrevistado 4, o tema principal que vem sendo discutido nessas reuniões é a respeito de um livro que será lançado, em que cada *campus* escreverá um capítulo sobre as ações realizadas por cada comissão local. Reconhecemos a importância que terá este livro, pois será uma futura fonte de pesquisa. No entanto, notamos ausência de ações atuais, visto que a última ação concreta, realizada, foi a aplicação de um questionário no ano de 2018. Quanto ao ano de 2019, esta pesquisa não identificou qualquer ação da comissão de permanência e êxito local.

Diante das repostas recebidas, percebe-se que está havendo maior empenho da comissão no ano de 2020, visto que estão ocorrendo reuniões quinzenais, enquanto no ano de 2019 as reuniões aconteciam com um maior intervalo de tempo, de acordo com o que foi apurado na pesquisa. Portanto, há indícios de que as discussões, mesmo que não incorporando toda a coletividade que envolve os processos de materialização das políticas públicas de assistência estudantil, tais como famílias e os próprios alunos, ainda assim têm ocupado a agenda dessa comissão, o que pode sugerir que ao menos no que diz respeito ao cumprimento

legal pode ser notado um movimento em prol do diálogo entre seus membros sobre os elementos balizadores da assistência aos estudantes.

3.5 Caracterização dos estudantes participantes da pesquisa

Os estudantes convidados a participarem da pesquisa foram todos os alunos matriculados nos primeiros e segundos anos dos três cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados no campus Morrinhos, descritos na tabela 4. Porém, a tabela traz os quantitativos referentes aos terceiros anos também, com o objetivo de comparar os números de matriculados nos primeiros anos com o número de matriculados nos terceiros anos, último ano dos cursos.

Tabela 04: Cursos Técnicos Integrados 2019

TURMAS	MATRÍCULAS INICIAIS	TRANSFERÊNCIAS	REPROVAÇÕES	APROVAÇÕES	APROVAÇÕES COM DEPENDÊNCIA	CANCELAMENTO COMPUSÓRIO
1º ALI	31	06	12	02	11	-
1º API A	39	06	07	09	15	-
1º API B	36	14	10	07	05	-
1º TII A	31	07	04	11	08	01
1º TII B	31	04	04	17	05	01
TOTAL	168	37	37	46	44	02
2º ALI	22	02	01	15	04	-
2º API	39	05	01	21	12	-
2º TII A	27	03	-	21	03	-
2º TII B	24	02	01	16	05	-
TOTAL	112	12	03	73	24	-
3º ALI	18	01	-	16	01	-
3º API A	29	-	01	18	10	-
3º API B	13	01	02	07	03	-
3º TII	39	02	-	32	05	-
TOTAL	99	04	03	73	19	-
TOTAL GERAL	379	53	40	119	68	02

Fonte: Secretaria de registros escolares - campus Morrinhos

Observa-se na tabela 4 que vai diminuindo gradativamente o número de

matrículas. Nas turmas de primeiros anos dos três cursos, somam-se 168 matrículas iniciais, nas turmas dos segundos anos somam-se 112 matrículas iniciais e por fim, nos terceiros anos somam-se 99 matrículas. A diminuição de matrículas iniciais de cada ano acontece devido ao grande número de transferências e reprovações, principalmente nos primeiros anos dos cursos. Esse fenômeno ocorre devido a diversos fatores, que pode ser comprovado nas respostas dos estudantes à questão 20 do questionário (Gráfico 14).

Quadro 06: Legenda cursos técnicos

TURMAS	CURSOS
1º ALI	1º Ano Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio
2º ALI	2º Ano Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio
3º ALI	3º Ano Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio
1º API A	1º Ano A Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
1º API B	1º Ano B Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
2º API	2º Ano Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
3º API A	3º Ano A Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
3º API B	3º Ano B Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
1º TII A	1º Ano A Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
1º TII B	1º Ano B Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
2º TII A	2º Ano A Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
2º TII B	2º Ano B Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
3º TII	3º Ano Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

Fonte: Secretaria de Registros Escolares.

Os quantitativos apresentados na tabela 4 foram coletados a partir de uma visita realizada à secretaria escolar do *campus*. Ao identificar o número total de transferências no ano de 2019, foram analisados os formulários contidos no dossiê de cada aluno, pois no momento da saída oficial do estudante, ao responsável ou ao próprio estudante, quando maior de idade, é solicitado o preenchimento de um formulário de transferência, informando o motivo pelo qual o estudante está sendo transferido. Foram identificadas 53 transferências, que para esta pesquisa são consideradas evasão, pois trata-se de estudantes que abandonam o curso técnico,

ou seja, o ensino médio integrado e se matriculam no ensino médio regular.

Dos 53 formulários, 13 foram selecionados, 22 foram descartados, pois continham respostas semelhantes às selecionadas e 18 não informaram o motivo pelo qual estavam saindo da instituição. Constatamos que são raros os casos em que o estudante é transferido para outra instituição que oferta o ensino médio integrado, pois, as escolas estaduais da região não ofertam esse tipo de ensino. O único caso identificado foi o Formulário 13, aluno que estava saindo do campus Morrinhos para o campus Urutaí. Há ainda o caso dos estudantes reprovados que desistem e também vão para o ensino médio regular.

Os motivos encontrados nos formulários foram transcritos preservando a ortografia original, considerando, inclusive, os erros gramaticais:

Custo do transporte. (Formulário 01).

Terminar os estudos logo fazendo o EJA. (Formulário 02).

Começou a trabalhar como menor aprendiz o dia todo, sendo assim solicito a declaração ou histórico para transferência de colégio. (Formulário 03).

Conflito com o professor, sem condições de paga o transporte, pouca dedicação nos estudos. (Formulário 06).

Motivos pessoais. (Formulário 05).

Alto custeio de moradia, transporte por motivos de força maior, viagem de 4 hs por dia saindo por volta 4 da manhã de casa retornando quase 19:00 hs o dia que tem trabalhos dormir somente 2hs por noite, colocando desta forma a saúde segurança além do alto valor. Fato impossibilita o estudo nesta unidade. Visto que ajuda ou auxilio moradia nos foi negado. (Formulário 06).

Dificuldade de ficar longe de casa e dificuldade no transporte. (Formulário 07).

O MOTIVO IRÁ SE MATRICULAR NO CURSO MENOR APRENDIZ NA BRF EM BURITI ALEGRE E CONTINUAR OS ESTUDOS NO COLÉGIO PADRE NESTOR MARANHÃO ARZOLA. (Formulário 08).

*Ajudar meu pai no estabelecimento comercial. (Formulário 09).
Estudar no município que resido por ser mais viável e fácil acesso. (Formulário 10).*

Falta de pagamento do transporte. (Formulário 11).

Motivos financeiros e saúde. (Formulário 12).

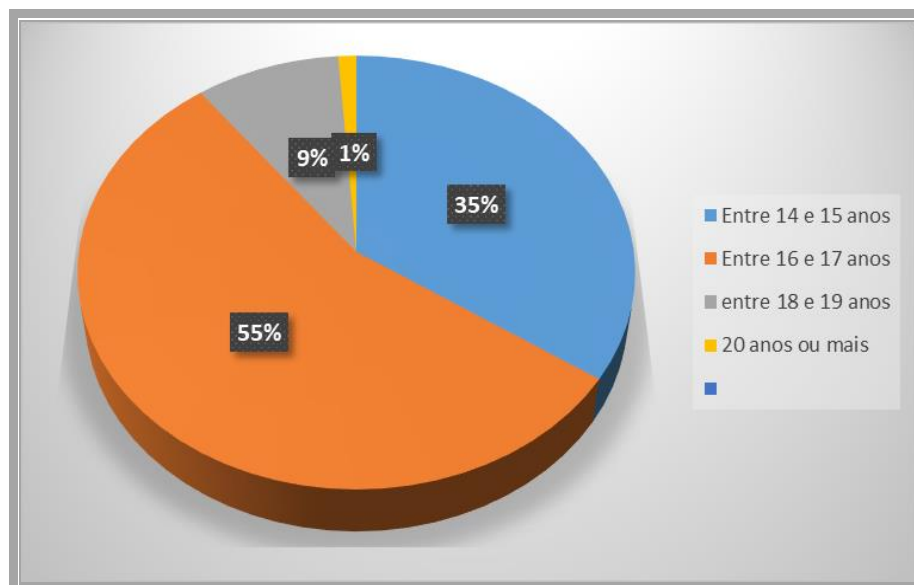
Pelo o Instituto de Urutaí estar mais perto da residência da família. (Formulário 13).

Ao analisarmos os motivos elencados acima, observamos que aparecem duas categorias importantes, envolvendo a condição socioeconômica do estudante: transporte e trabalho.

O transporte é uma das áreas do Pnaes que deve desenvolver ações para o enfrentamento da evasão. Vimos nesta pesquisa que há, no campus Morrinhos, duas ações nesta área, o auxílio transporte municipal e o auxílio transporte intermunicipal. No entanto, constatamos que essas ações não estão sendo suficientes para atender a demanda, seja no valor ofertado ou quantidade de estudantes beneficiados.

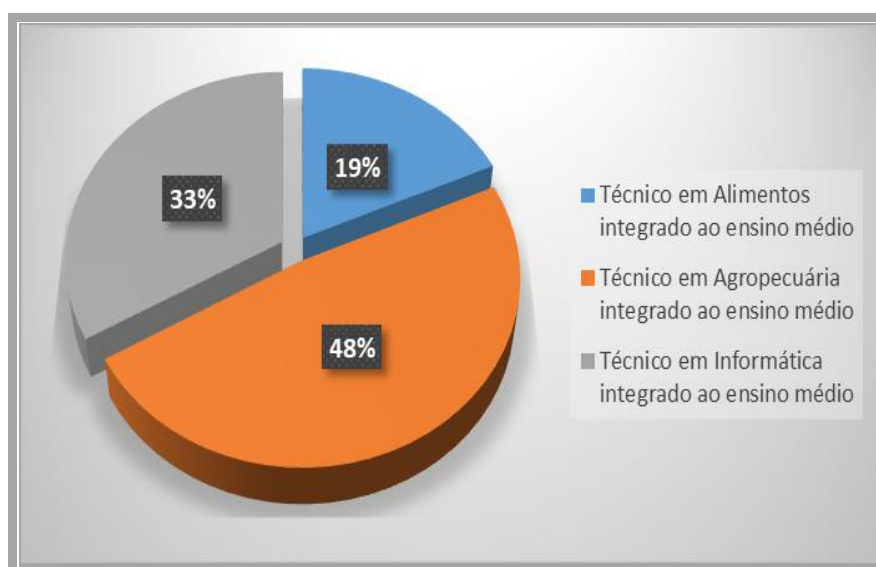
A categoria trabalho causa bastante preocupação, afinal um estudante que abandona o curso técnico, que prepara para o mundo do trabalho, para ingressar precocemente em um emprego, acaba muitas vezes “engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Dando sequência à análise dos resultados obtidos com a participação de 87 estudantes matriculados nos três cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados no campus Morrinhos, identificamos que apenas 10% dos participantes são maiores de 18 anos, 35% tem entre 14 e 15 anos, 55% tem entre 16 e 17 anos, o que está demonstrado no gráfico 1. Mesmo esses percentuais sendo referentes apenas a quem de fato participou da pesquisa, infere-se que entre os 280 convidados, a grande maioria são menores de idade, fato que dificultou um maior número de participantes, visto que somente os estudantes que entregaram o TCLE e TALE assinados puderam participar. Vale ressaltar que houve inúmeras tentativas para aumentar o número de participantes, por várias vezes foram estendidos os prazos para entrega dos termos, mas infelizmente muitos não quiseram colaborar com a pesquisa.

Gráfico 1: Idade dos discentes participantes

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O gráfico 2 apresenta o quantitativo de participantes dos cursos técnicos. Do total de 87 participantes, 19% são do curso Técnico em Alimentos, 33% são do curso Técnico em Agropecuária, 48% do curso Técnico em Informática. Esses percentuais de participantes são proporcionais ao número de matriculados, visto que o curso que tem menos alunos é o Técnico em Alimentos e o que tem um maior número é o Técnico em Informática.

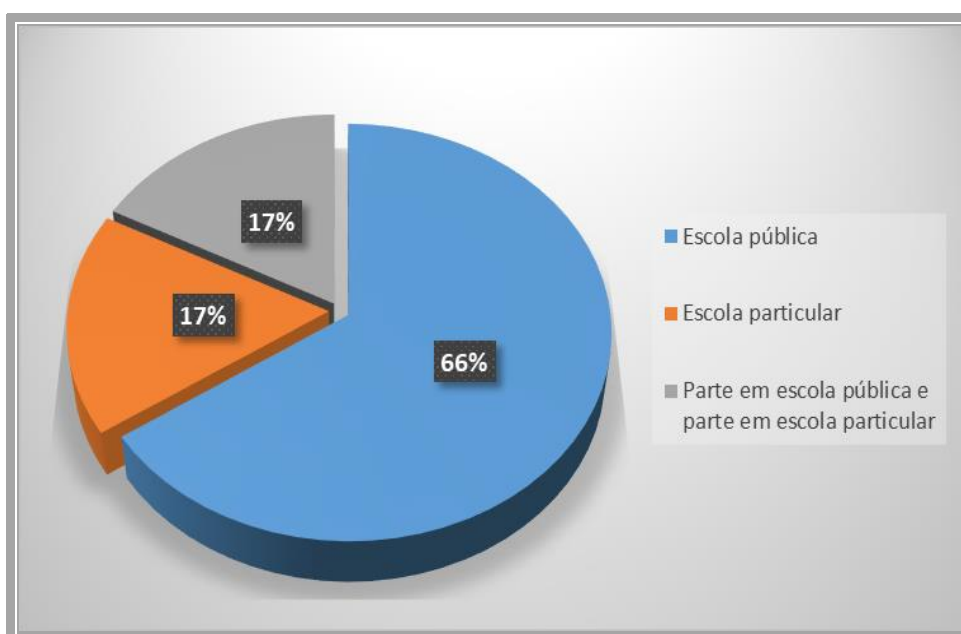
Gráfico 2: Participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Para conhecer o perfil dos estudantes dos cursos técnicos, foi necessário incluir no questionário algumas perguntas relacionadas a questões socioeconômicas. As mais relevantes foram em relação a origem escolar do estudante, moradia, escolaridade dos pais, renda familiar mensal, meio de transporte escolar utilizado.

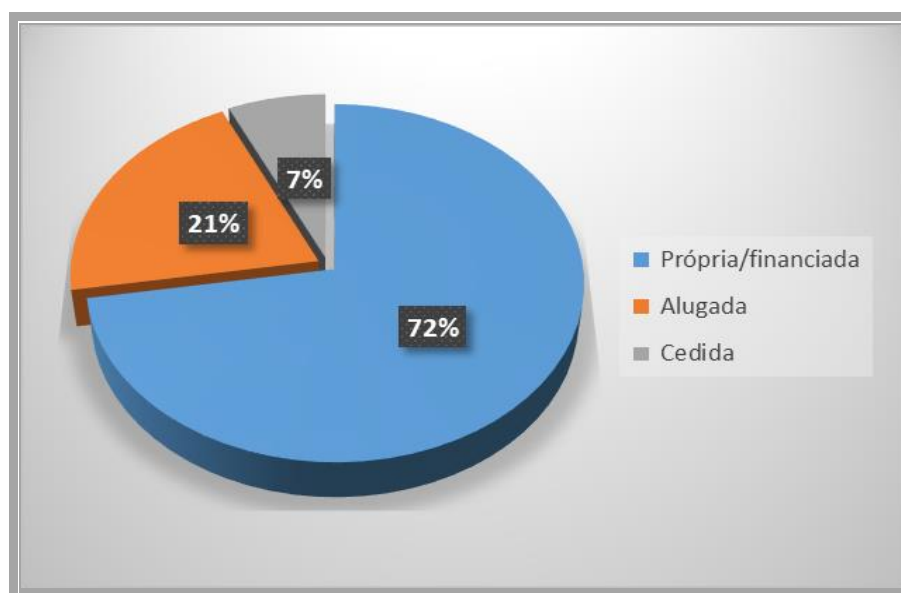
A origem escolar é uma das perguntas que ajuda a traçar esse perfil. A pesquisa apurou que 66% dos discentes sempre estudaram em escolas públicas; 17% estudaram parte em escola pública e parte em escola particular; e outros 17% sempre estudaram em escola particular. Sendo assim, verifica-se que maior parte dos alunos são oriundos de escola pública, como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Origem escolar



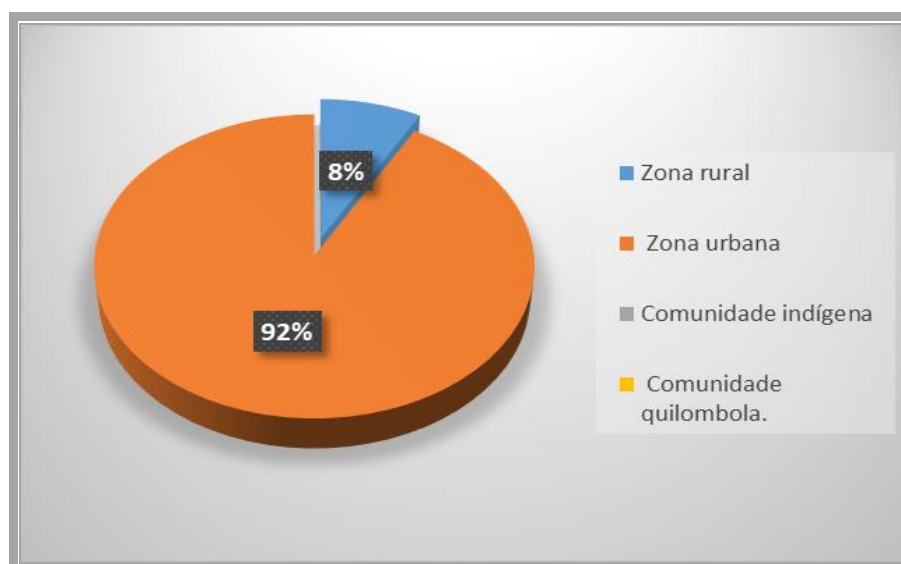
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quanto à moradia, foi identificado que 72% dos participantes tem moradia própria/financiada, 21% em moradia alugada e apenas 7% dos questionados estão em moradias cedidas, conforme apresentado no gráfico 4.

Gráfico 4: Tipo de Moradia

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Em relação a localização, apenas 8% dos participantes residem na zona rural e 92% na zona urbana. Não foram identificados moradores de comunidades indígenas e quilombolas, conforme apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5: Localização da moradia

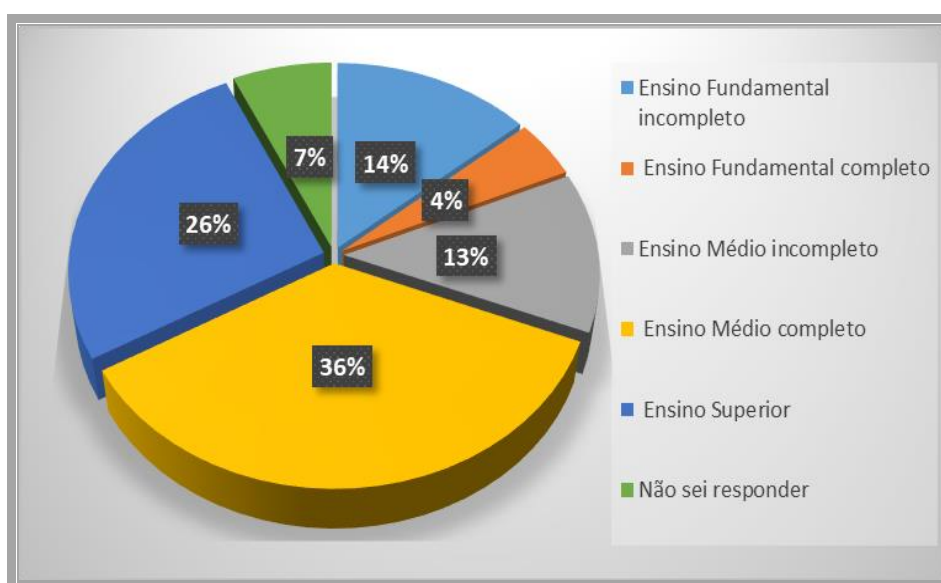
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quanto à escolaridade dos pais, tanto o pai, quanto a mãe, a maioria possui ensino médio completo, sendo 36% e 40% respectivamente. Na sequência vem o número de pais com ensino superior, sendo 26% e 31% para o pai e a mãe

respectivamente, conforme demonstrado nos gráficos 6 e 7.

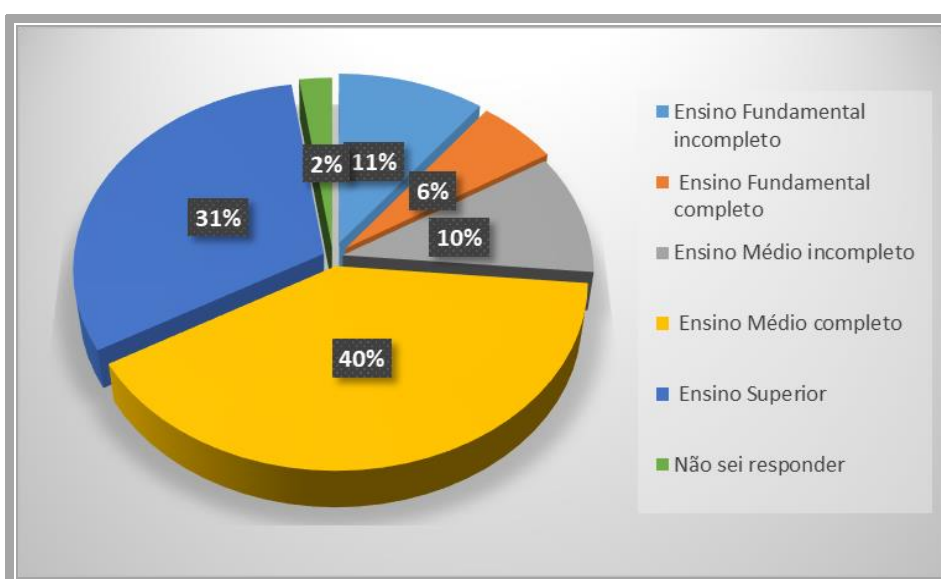
Uma limitação, identificada nesta pesquisa, foi não ter condições de verificar se os estudantes, que informaram não saber qual a escolaridade de seus pais e de suas mães, tinham essas duas figuras presentes. A ausência de pai e mãe, pode ocorrer devido a inúmeros aspectos como morte, não conhecimento dos pais, falta de convívio, dentre outros, podem ter resultado nessas respostas.

Gráfico 6: Escolaridade do pai



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

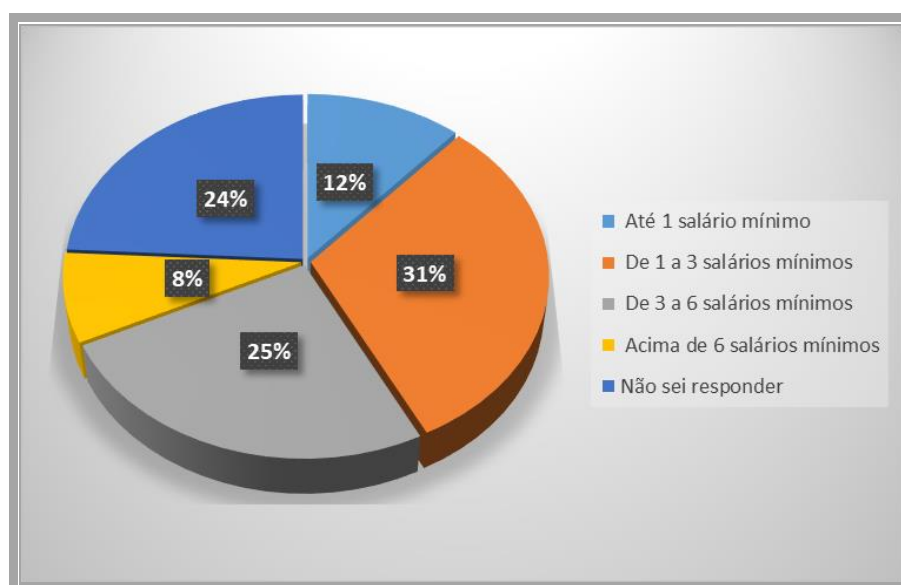
Gráfico 7: Escolaridade da mãe



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Constatou-se que, tanto em relação à escolaridade do pai quanto da mãe, o maior percentual foi para ensino médio completo, em segundo lugar vem o ensino superior para ambos. Fato relevante para esta pesquisa, pois "[...]o nível de instrução dos pais é fator determinante na formação educacional dos filhos. [...]" (NITAHARA, 2016). Quanto à renda familiar mensal dos pesquisados, demonstrada no gráfico 8, 12% dos participantes possuem renda de até um salário mínimo; 31%, um a três salários mínimos; 25%, de três a seis salários mínimos; 8%, acima de seis salários mínimos e 24%, não souberam responder. Analisando este gráfico constata-se que grande parcela os alunos do campus Morrinhos, são de classe baixa.

Gráfico 8: Renda familiar mensal



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

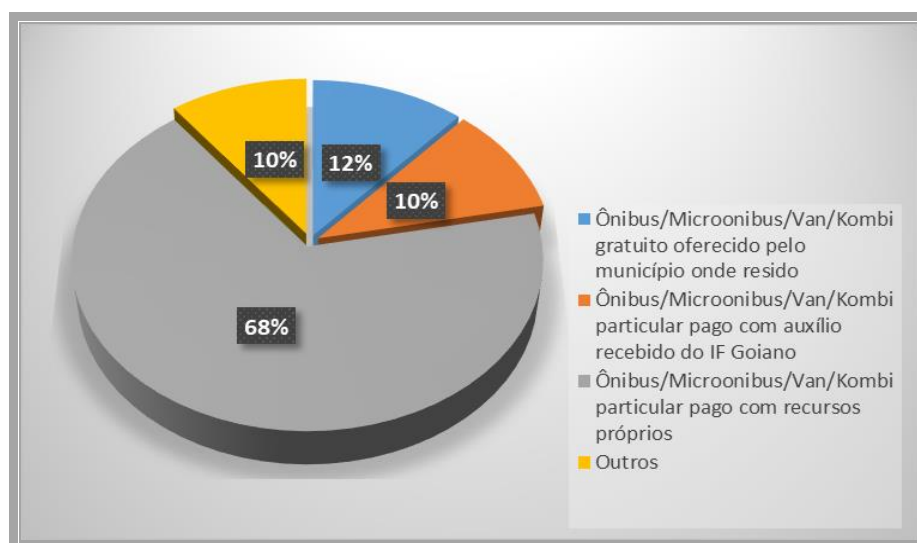
Embora os adolescentes não tenham uma resposta precisa em relação à renda familiar (isso foi percebido momento da aplicação do questionário), faz-se necessário abordar o tema, a fim de instigá-los a se interessarem e participarem de tomadas de decisões que envolvam questões financeiras da família. Além disso, de acordo com Nogueira (1998), o background¹⁰ familiar propicia melhor dedicação aos estudos.

Quanto ao tipo de transporte escolar utilizado, foi identificado que 68% dos estudantes utilizam meio de transporte particular, como ônibus, microônibus, van ou Kombi; 12% utilizam meio de transporte gratuito, oferecido pelos municípios onde

¹⁰ *status* socioeconômico

residem.

Gráfico 9: Meio de transporte



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Apenas 10% dos pesquisados recebem auxílio transporte. Isso demonstra que os recursos disponibilizados para o programa não atendem um número significativo de estudantes que necessitam desse tipo de auxílio. Isso pode ser comprovado quando se compara o gráfico 9 com os motivos apresentados pelos alunos transferidos, é possível inferir que um número maior de estudantes necessita de atendimento da ação transporte do Pnaes.

Ainda observando o gráfico 9, constata-se que 10% utilizam outros tipos de transporte. Dentro desse percentual, foi constatado, por meio da análise de questão aberta, que uma dificuldade encontrada por um dos estudantes é o fato de necessitar se locomover de motocicleta para o *campus* e assim conseguir conciliar os estudos com as atividades da fazenda que realiza juntamente com seu pai.

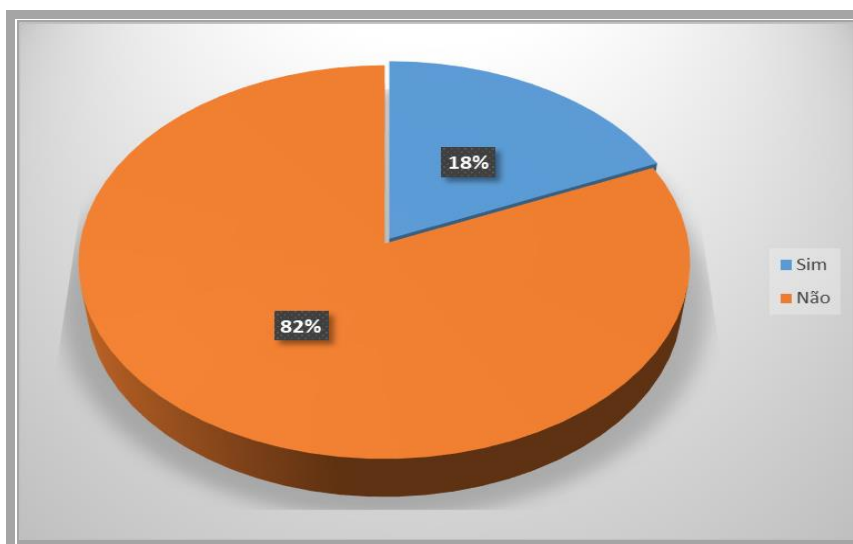
Abaixo a resposta do estudante à questão 20 do questionário:

“Ir de moto cedo, antes acordar p/ tirar leite com meu pai”

Essa realidade, de conciliar um curso em período integral com trabalho, foi identificada em uma minoria, mas o fato é que ela existe, e isso pode ser comprovado observando o gráfico 10, em que 18% dos pesquisados exercem algum tipo de atividade remunerada. Esse foi o percentual encontrado pela pesquisa neste recorte, mas de fato é uma realidade presente em muitas famílias. Corrobora com esse pensamento, Saviani (2003), quando destaca que os filhos da classe

trabalhadora, necessitam, antes mesmo de completar a maioridade, de ingressar no mundo do trabalho, com objetivo de complementar a renda da família e, em algumas situações, para autossustentação.

Gráfico 10: Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Para a questão 12: “Você trabalha? ”, 18% dos participantes responderam “sim”. Os que responderam “não” deveria avançar para a questão 16, pois as anteriores eram “ 13- Quantas horas semanais você trabalha? ”, “14- Com que idade você começou a trabalhar?”, “15- Como você avalia o fato de estudar e trabalhar? ”

Gráfico 11: Idade que começou a trabalhar



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

De acordo com as respostas no questionário, 62% dos que responderam que trabalham, iniciaram antes dos 14 anos de idade, gráfico 11, e os que disseram que atrapalha seus estudos somam 31%, gráfico 12.

Gráfico 12: Avaliação do fato de estudar e trabalhar



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Foi constatado neste estudo que o percentual de estudantes que trabalham é pequeno, isso ocorre devido ao fato dos cursos técnicos integrados ao ensino médio serem em período integral. No entanto, há casos de estudantes que precisam conciliar esse tipo de curso com alguma atividade remunerada. Foi identificado aluno que trabalha em atividades da fazenda, juntamente com sua família, outro que trabalha como garçom e entregador e uma aluna que realiza serviços de manicure nos finais de semana. Ainda existem aqueles que fazem doces para vender. Esses foram alguns casos identificados.

3.6 Análise dos editais de assistência estudantil

No ano de 2019 foram publicados 5 editais, sendo um edital para cada benefício. Em relação à residência estudantil são publicados dois editais, pois um deles é para residência temporária, para atender aos casos emergenciais que ocorrem com frequência. Esses casos são de estudantes que, se deslocam de outras cidades, após serem aprovados nos processos seletivos e, necessitam de alojamento, até encontrarem uma moradia definitiva, seja pela contemplação de uma

vaga na residência estudantil ou locação de um imóvel na cidade.

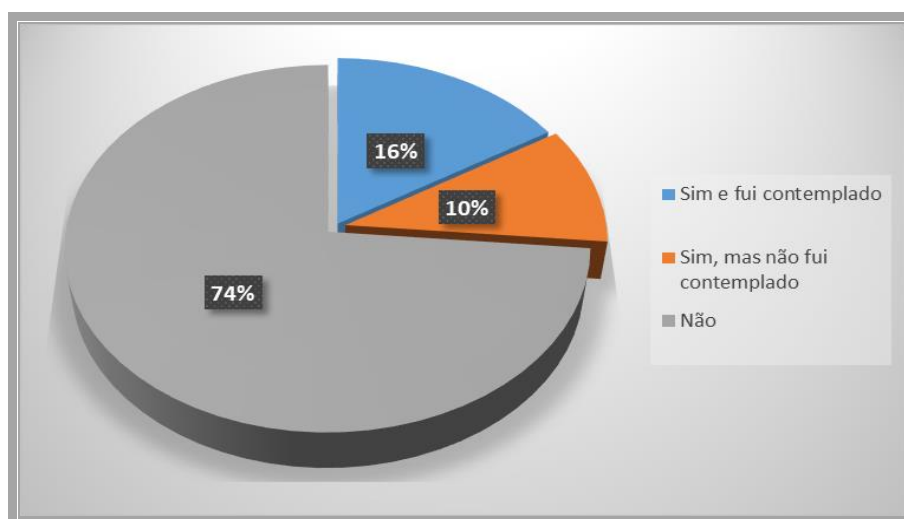
Quadro 7: Editais assistência estudantil 2019

BENEFÍCIO	EDITAL	VAGAS	VALOR
Residência Estudantil (Público masculino)	Edital Assistência Estudantil nº 001/2019	> 18 anos - 3 < 18 anos - 3	---
	Edital Assistência Estudantil nº 005/2019	Temporária	
Auxílio Transporte Intermunicipal	Edital Assistência Estudantil nº 002/2019	25	R\$ 110,00
Auxílio Transporte Municipal	Edital Assistência Estudantil nº 003/2019	25	R\$ 80,00
Auxílio Moradia (Público feminino)	Edital Assistência Estudantil nº 004/2019	11	R\$ 400,00

Fonte: Editais Assistência Estudantil 2019

Esses editais, apresentados no quadro 7, são destinados a todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos e de graduação presenciais do campus Morrinhos, não há distinção de nível de ensino. A seleção dos(as) estudantes ocorre por critério socioeconômico como definidor da classificação por ordem decrescente. Porém, para permanecer com o auxílio o candidato deve apresentar bom desempenho escolar, dentre outros. Todas informações sobre os pré-requisitos e documentação para se candidatar são detalhadas nos editais e publicadas no site institucional, em rádios locais e nas redes sociais.

Gráfico 13: Participação nos editais



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Sobre a participação nos editais, quando foram questionados se já se inscreveram para concorrer a algum dos auxílios, 26% dos participantes responderam que sim e desses, 10% não foram contemplados, enquanto 16% puderam contar com algum dos auxílios. O percentual maior, 74%, são de estudantes que não chegaram a se inscrever. Alguns não tiveram conhecimento da publicação dos editais e ou perderam o prazo.

Para participarem da seleção é necessário realizar a inscrição pelo site da instituição, preencher um formulário socioeconômico e entregar os documentos comprobatórios na Unidade de Assistência Estudantil (UAE). O principal requisito é possuir renda percapta de até 1,5 salário mínimo. As análises das inscrições são feitas por uma comissão designada para essa finalidade.

Os editais de auxílio transporte municipal, auxílio transporte intermunicipal, auxílio moradia (apenas para alunas) e residência estudantil (apenas para alunos) são publicados no início do primeiro semestre de cada ano letivo e mesmo que o estudante já seja beneficiário de algum desses auxílios, deverá concorrer novamente a cada ano. Atualmente, o valor do auxílio moradia é de R\$ 400,00, que é utilizado para despesas com aluguel na cidade. O valor do auxílio transporte municipal é de R\$ 80,00 e o intermunicipal é de R\$ 110,00. Esses valores servem apenas como complemento para o pagamento do transporte, que em alguns casos chegam a R\$ 400,00.

Quadro 8: Resultados editais 2019

AÇÕES DO PNAES		CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO			CURSOS SUPERIORES
		Alimentos	Agropecuária	Informática	
Residência Estudantil		-	3	3	17
Auxílio Moradia		-	2	-	9
Auxílio Transporte	Intermunicipal	2	2	8	18
	Municipal	8	-	5	19
TOTAL		10	7	16	63
		33			

Fonte: Editais Assistência Estudantil 001/2019; 002/2019; 003/2019; 004/2019; 005/2019.

No ano de 2019, recorte temporal desta pesquisa, foram beneficiados com a

residência estudantil 3 estudantes do curso Técnico em Agropecuária, 3 do curso Técnico em Informática e nenhum do curso Técnico em Alimentos. O auxílio moradia teve apenas dois beneficiários no curso Técnico em Agropecuária. Quanto ao auxílio transporte intermunicipal, no ano de 2019, beneficiou 2 estudantes do curso técnico em Alimentos, 2 do curso Técnico em Agropecuária e 8 do curso Técnico em Informática. Já o auxílio transporte municipal, beneficiou 8 estudantes do curso Técnico em Alimentos, 5 do curso Técnico em Informática e nenhum do curso Técnico em Agropecuária.

Esses números, apresentados no quadro 7, revelam que a maior parte dos benefícios dos editais são destinados aos estudantes dos cursos superiores, ou seja, 33 auxílios para os cursos técnicos e 63 para os cursos superiores. Analisando dessa forma e observando os números de matrículas nos dois níveis de ensino, parece estar equilibrada, tal divisão. Porém, o que propõe o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 a 2023 do IF Goiano, a respeito da proporção de estudantes, é que

[...] o IF Goiano deverá garantir, conforme Lei 11.892/2008, o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental, prioritariamente, na forma de cursos integrados e para o público da educação de jovens e adultos. (IF GOIANO, 2018, p.22).

Diante dessa normativa, surge o questionamento acerca dos números de matriculados nos cursos técnicos de nível médio e de graduação, detalhados nos quadros 3 e 4, os quais, apresentam maior número de matrículas em cursos de graduação. No entanto esta pesquisa não se deteve a responder tal questionamento, visto que não estava entre os objetivos.

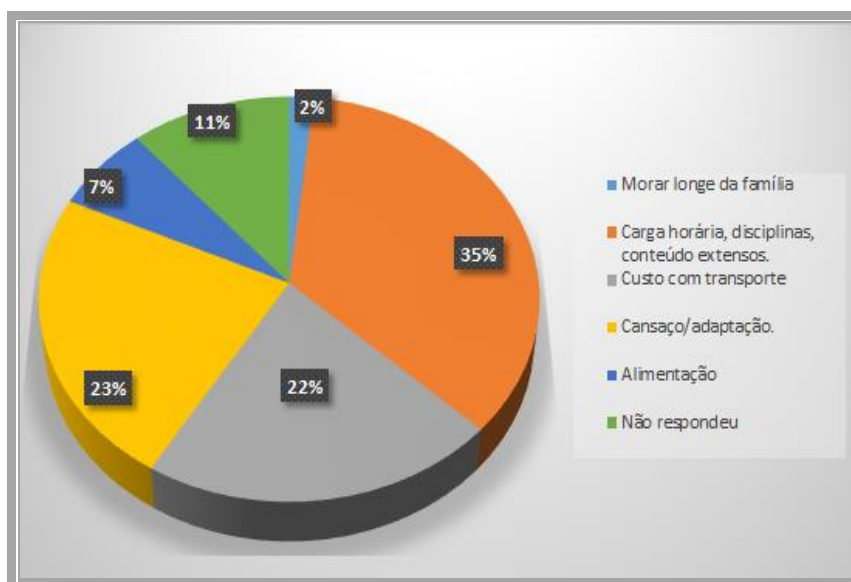
3.7 A percepção dos estudantes: (des)caminhos sobre a Assistência Estudantil

Os estudantes são a razão da instituição escolar existir e constituem-se como os participantes que de forma efetiva são diretamente impactados pelo objeto dessa pesquisa, qual seja as políticas de Assistência Estudantil. Nesse sentido, vale ressaltar que o instrumento de pesquisa utilizado apresentou duas perguntas abertas. Uma dessas questões indagava sobre o desejo dos estudantes de acrescentar outros comentários, de falar algo que não havia sido perguntando. No entanto, essa

questão não obteve número significativo de respostas. Esse fato demonstra o quanto há a necessidade de incentivar e formar esses estudantes para que tenham voz na sociedade.

A outra questão proposta, questionou quais os principais desafios encontrados, enquanto aluno do Ensino Médio Integrado, no IF Goiano campus Morrinhos. As respostas foram categorizadas e como mostra o gráfico 13, os principais desafios são: 35% carga horária, disciplinas e conteúdos extensos; 23% cansaço/adaptação e; 22% custo com o transporte; 7% Alimentação; 2% morar longe da família e 11% não responderam à questão.

Gráfico 14: Principais desafios



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Diante dessa realidade, percebe-se a necessidade de intensificar as estratégias para auxiliar esses estudantes, não apenas no sentido financeiro, mas dialogando e colaborando na organização dos estudos. Pois, o aluno deixa muitos sinais antes da evasão, e é função do gestor, juntamente com toda a comunidade escolar e família, identificarem esses sinais e criarem projetos objetivando minimizar a retenção e evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Corroborando com esse pensamento (DORE; LÜSCHER, 2011, p.776) “quando afirmam que a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.” Nessa perspectiva percebemos a complexidade do problema, pois além de envolver o estudante, a família, os professores e toda a comunidade escolar, abarca também

“[...] questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, [...]” (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 778).

É importante lembrar que, neste estudo, quando se reporta à evasão, refere-se não somente àquele estudante que abandona a escola completamente, mas àqueles que abandonam o ensino médio integrado e vão para um curso regular de ensino médio e muitas vezes em período noturno, para dessa forma conseguirem conciliar com um emprego formal.

Nesse contexto foi criado o Pnaes, programa que possui a função de democratizar as condições de permanência dos jovens na escola até a conclusão dos estudos. Porém esta análise traz evidências que as ações implementadas não estão sendo suficientes. Percebemos a necessidade de ampliar as vagas nos editais e os valores dos auxílios, principalmente o auxílio transporte que apresentou elevado número de motivos para transferência.

Quanto às residências estudantis do *campus*, são destinadas apenas a estudantes do sexo masculino. Atualmente são disponibilizadas 23 vagas entre alunos dos cursos superiores e técnicos. Esse é o benefício de assistência estudantil mais antigo da instituição, havia também alimentação para os estudantes residentes. Para os demais estudantes, no ano 2000, quando começou a servir almoço, era cobrada uma pequena taxa, o que foi constatado por meio de entrevista realizada com um ex-coordenador da assistência estudantil da então Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - Uned Morrinhos.

Segundo esse servidor, naquela época, os estudantes que moravam na escola, eram alunos dos cursos: Técnico Agrícola, Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia.

A presença deles era importante para cuidarem da plantação e dos animais, realidade diferente dos dias atuais. (Entrevistado 01, 2019).

Diante dessa fala, percebe-se que àquela época não havia impedimento de utilização de alunos como mão-de-obra, realidade diferente da vivenciada nos cursos técnicos atuais, pois houve muitas mudanças nas últimas décadas. Entre elas, a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que elenca no seu capítulo V, uma série de artigos, impedindo que esses procedimentos adotados pelas escolas agrícolas permanecessem. Essas mudanças

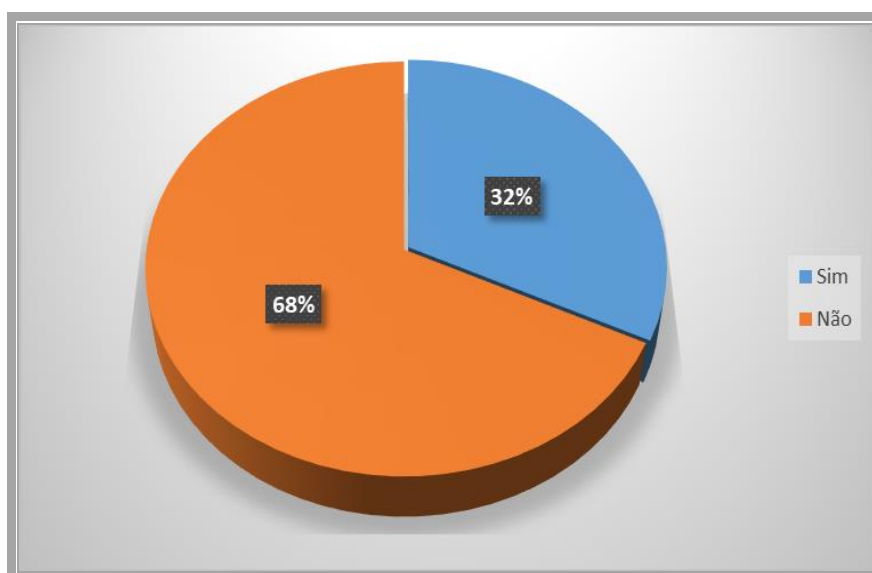
interferiram na relação teoria e prática, visto que essas duas dimensões devem estar associadas, uma complementando a outra e a vivência que os estudantes tinham possibilitava isso.

Somente a partir do ano de 2016 a área de moradia do Pnaes foi destinada a estudantes do sexo feminino. Pois, algumas estudantes questionaram a ausência de residência estudantil para estudantes do sexo feminino. Diante disso, foi criada uma nova ação voltada para essas estudantes. Foi criado o auxílio moradia para o pagamento de aluguel de imóvel na cidade, que atualmente conta com 11 benefícios, no valor de R\$ 400,00.

O fato de não residir estudantes do sexo feminino no *campus* é para que não haja alunos e alunas convivendo nas residências estudantis, pois de acordo com o atual coordenador da assistência estudantil, não há servidor disponível para estar presente o tempo necessário com esses estudantes. Por isso, em contrapartida, foi criado o auxílio moradia.

Outro questionamento relevante foi acerca da divulgação do Pnaes, quando foi perguntado aos estudantes se eles conhecem o programa, 68% responderam que não conhecem e 32% responderam que conhecem.

Gráfico 15: Estudantes que conhecem ou não o Pnaes.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No entanto, os que conhecem, acreditavam que as ações eram somente aquelas publicadas em editais. Constata-se, portanto a importância e a necessidade

da divulgação das 10 áreas preconizadas no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

Diante dessa realidade, foi construído como produto educacional, um guia do estudante dos cursos técnicos integrados, instrumento que possibilita aos estudantes conhecerem as ações do Pnaes implementadas no campus Morrinhos e como cada uma delas é desenvolvida.

3.8 Produto Educacional: GUIA DO ESTUDANTE

Os mestrados profissionais, diferentemente dos mestrados acadêmicos, exigem, para a conclusão do curso, o desenvolvimento de um produto educacional e deve ser elaborado a partir da pesquisa realizada, considerando que “[...] as relações estabelecidas entre o ensino e a pesquisa visando a elaboração de um produto educacional não perdem a qualidade *Stricto Sensu* que se espera de uma pesquisa de mestrado e sim, potencializa-se em termos de sua materialização.” (PASQUALLI; VIEIRA; CASTAMAN, 2018, p. 117).

Os produtos educacionais

[...] constituem-se em ferramentas didático-pedagógicas, elaborados preferencialmente em serviço para que possam estabelecer relações entre o ensino e pesquisa na formação docente. Estes possuem conhecimentos organizados de forma a viabilizar a melhoria dos processos de ensinoaprendizagem. (PASQUALLI; VIEIRA; CASTAMAN, 2018, p. 117).

Para este estudo a ferramenta desenvolvida foi um Guia do Estudante, cujo objetivo principal foi reunir em um único material as informações necessárias ao percurso do estudante do ensino médio integrado. Esse guia pretende contribuir informando e esclarecendo sobre a política de assistência estudantil, detalhando como cada área do Pnaes pode colaborar na formação do estudante dos cursos técnicos de nível médio, pois trata-se de uma política fundamental na formação desses sujeitos, que acabam deixando de cursar o ensino médio integrado por necessidade de conciliar a fase escolar com emprego, ocasionando muita evasão.

Diante disso foi identificada a necessidade de desenvolver um produto que trouxesse uma mensagem informativa e educativa. Tomando como referência Kaplún (2003) que por meio de experiência de aprendizado com material educativo, apresenta três eixos para análise e construção de mensagens educativas: conceitual,

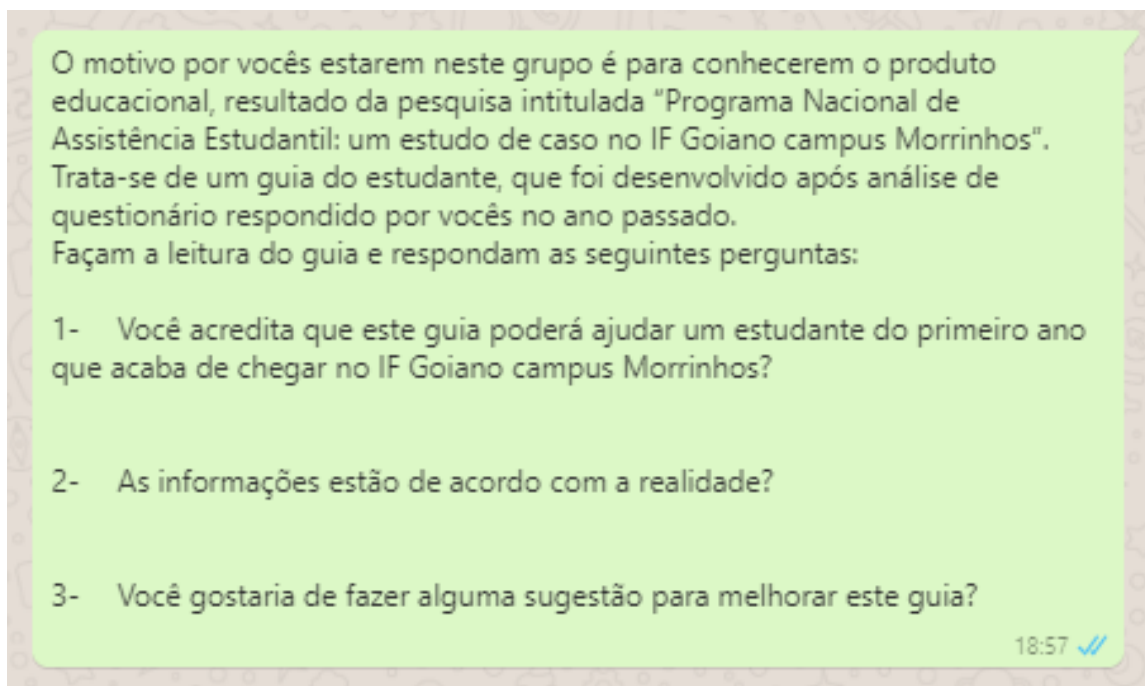
pedagógico e comunicacional. No eixo conceitual Kaplún (2003) enfatiza que é fundamental conhecer o que alguns autores disseram sobre o tema, com o objetivo de conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam, identificar os mais importantes debates suscitados por ela, entre outros. O eixo comunicacional pode levar-nos a repensar também os outros dois, pois elaborar um material não é apenas transmitir um conhecimento já existente, mas sim, em certa medida, produzir o novo. Esse eixo propõe um modo concreto de relação com os destinatários. Já o eixo pedagógico é o articulador principal de um material educativo, é por meio deste eixo que se estabelece um ponto de partida e um ponto de chegada. Esse eixo, segundo o autor, é o articulador dos outros dois, embora a relação entre eles seja dinâmica e de mútua interdependência. Contudo, o mais importante é que haja uma sólida coerência entre os três. Zabala (2003), afirma que no processo educativo, o conteúdo é tudo aquilo que o estudante deve aprender, ou seja, ele deve receber uma formação ampla e emancipadora. Os conteúdos de aprendizagem são todos aqueles que possibilitam o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.

Nessa perspectiva, as ideias de Kaplún (2003), alinhadas às de Zabala (2003), fundamentam a construção do produto educacional, fruto desta pesquisa, ou seja, contribui para a construção do guia do estudante dos cursos técnicos. Por meio de questionários, aplicados aos estudantes do ensino médio integrado, foi possível identificar o que eles conhecem e desconhecem acerca da política de assistência estudantil no campus Morrinhos e a partir disso, desenvolver o produto educacional.

O guia traz as áreas do Pnaes que foram implementadas no campus Morrinhos e como cada uma delas é desenvolvida. Na sequência, apresenta os cursos técnicos ofertados na instituição. Além disso, traz informações acerca da organização pedagógica e das oportunidades oferecidas aos estudantes. Após sua construção, o guia foi apresentado aos estudantes por meio de um aplicativo de mensagens, ou seja, de forma virtual. Foi criado um grupo formado pelos participantes da pesquisa. O grupo foi constituído, primeiramente, pelos representantes de cada turma. Houve um primeiro contato de forma individual com cada um deles e foi solicitada a colaboração para incluírem os demais colegas. Foram também adicionados ao grupo, a orientadora e o revisor do guia, a fim de acompanharem o desenvolvimento da atividade. Após o ingresso dos estudantes ao grupo, foi enviada uma mensagem solicitando a participação deles em mais esta

etapa da pesquisa. A mensagem (figura 4) vinha acompanhada do link de acesso ao guia, pelo FlipSnack¹¹, e das questões a serem respondidas após a leitura, além de uma explicação sobre o procedimento e um arquivo do produto em PDF.

Figura 4: Cópia da mensagem enviada aos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Os estudantes receberam a orientação para enviarem suas respostas de forma privada com o objetivo de suas identidades serem preservadas. O grupo foi criado no dia 29/06/2020 e excluído no dia 31/06/2020. Esses três dias foram suficientes para o desenvolvimento da atividade, a qual obteve significativa participação dos estudantes, como pode ser constatado nas respostas dos alunos (A, B, C, D, E, F, G, H, I). Essas respostas foram selecionadas pelo fato de conterem sugestões, elogios, observações e críticas. Enquanto alguns alunos se limitaram em responder apenas "Sim" e "Não" e estas foram descartadas. As respostas foram transcritas literalmente, respeitando a maneira como cada aluno se expressou.

Aluno (a) A

Resposta 1 – "Sim, pois o mesmo está bem explicativo e de fácil compreensão"

Resposta 2 – "Sim, todas as informações condiz com a realidade dos cursos técnicos"

¹¹ FlipSnack é um serviço online para criação de livros digitais a partir de arquivos em formato PDF. Ele converte o documento e transforma em uma apresentação virtual, de fácil leitura. <https://www.flipsnack.com/guiadoestudante/guia-do-estudante25-05.html>

Resposta 3 – “Não, a forma como foi montado está perfeito para que um aluno novato compreenda o funcionamento da Instituição, bem como a função de determinados setores.”

Aluno (a) B

Resposta 1 – “Sim, pois assim os alunos novatos não ficarão tão perdido como sempre”

Resposta 2 – “Sim”

Resposta 3 – “O Guia já está ótimo e muito informativo.”

Aluno (a) C

Resposta 1 – “Sim, este guia apresenta todas as informações necessárias que um aluno novo do campus precisa saber, pois o mesmo fala de diversos assuntos e é bem explicativo, sendo capaz de sanar todas as dúvidas de alguém que acaba de ingressar no Campus”

Resposta 2 – “Sim todas as informações condizem com a realidade”

Resposta 3 – “Não, ao meu ver não há alterações necessárias, já que o mesmo é bem completo e explicativo.”

Aluno (a) D

Resposta 1 – “Sim, há todas as informações e detalhes que gostaria de já saber quando entrei no Instituto.”

Resposta 2 – “Sim, tudo que foi descrito no guia é algo que presencio e vivo no campus”

Resposta 3 – “Não, está muito bom e explicativo. Gostaria que tivesse acesso a um guia desse no meu primeiro ano.”

Aluno (a) E

Resposta 1 – “Sim, o guia contém todas as informações necessárias e básicas que um estudante do primeiro ano necessita.”

Resposta 2 – “Sim”

Resposta 3 – “Não. O guia é bem didático e com uma linguagem de fácil compreensão”

Aluno (a) F

Resposta 1 – “Sim, este guia dá um bom panorama sobre como a escola funciona e como o aluno pode prosseguir com seus estudos.”

Resposta 2 – “Sim, estão.”

Resposta 3 – “Sim, um mapa de todo o campus seria de grande valor para os alunos, pois os ajudaria a se guiar pelo Campus. Essa foi uma das minhas maiores dificuldades no primeiro ano.”

Aluno (a) G

Resposta 1 – “Sim, o guia está explicativo e contém informações abrangentes de diversas áreas do campus.”

Resposta 2 – “Sim”

Resposta 3 – “O guia está ótimo, inclusive esteticamente, no caso de alguma sugestão eu sugiro que o guia seja apresentado não apenas para alunos durante o primeiro ano que entrarem na instituição, mas também alunos que tem interesse antes de entrar na instituição, pois em alguns casos o candidato desiste antes de conhecer as condições do campus e nem todos possuem o acesso de fazer uma visita antes de se ingressarem na instituição.”

Aluno (a) H

Resposta 1 – “Acho que sim. Tudo depende mais deles. De lerem com atenção.”

Resposta 2 – “Nunca vi café da manhã no IF. Sobre o médico é quase a mesma coisa de não ter. Ano passado e o começo desse, até onde sei, ele só ficava na instituição na parte da manhã, além do mais, por acompanhar uma amiga várias vezes, tenho a experiência em dizer que ele não ajuda resolver do problema”

Resposta 3 – “ Não. Sou ruim com isso”

Aluno (a) I

Resposta 1 – “Acredito que sim pois quando entrei não tive a grande oportunidade de ter um guia tão bem construído assim”

Resposta 2 – “Estão todas dentro da realidade”

Resposta 3 – “Não achei muito bem estruturado e dentro de todos os requisitos vividos pelos alunos”

Como pode ser observado nas respostas dos estudantes, participantes da pesquisa, o guia foi recebido por eles de maneira positiva, as observações foram em relação ao café da manhã, que foi incluído no guia, porém, essa ação ainda não teve início no campus Morrinhos. De acordo com entrevista realizada com a coordenação da assistência estudantil, foi sugerido incluí-la no guia, pois já haviam passado por todos os trâmites burocráticos necessários para implementação da ação.

Outro ponto que foi observado em uma das respostas, foi em relação ao atendimento médico, que acontece em apenas um turno.

Aluno(a) H

“Nunca vi café da manhã no IF. Sobre o médico é quase a mesma coisa de não ter[...].”

Entre as sugestões estão:

Aluno(a) G

“[...] sugiro que o guia seja apresentado não apenas para alunos durante o primeiro ano que entrarem na instituição, mas também alunos que tem interesse antes de entrar na instituição, [...]”

Aluno(a) F

“[...]um mapa de todo o campus seria de grande valor[...] Essa foi uma das minhas maiores dificuldades no primeiro ano.”

Sobre a sugestão do(a) Aluno(a) G, o guia estará à disposição da gestão do campus Morrinhos para uma futura distribuição aos próximos matriculados, caso desejarem. A sugestão do(a) Aluno(a) F, foi atendida e um mapa foi incluído no guia. Assim foi finalizado todo o desenvolvimento do produto educacional. Inicialmente havia se pensado em um encontro presencial, marcado no auditório do *campus* para apresentação do guia do estudante aos participantes da pesquisa. Todavia, não foi possível utilizar esse procedimento, devido ao momento atual de isolamento social, que passa o Brasil e o mundo, com a pandemia da Covid-19. Portanto, a etapa final do produto educacional ocorreu de forma virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possuiu como tema principal o debate sobre o desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse programa foi instituído em âmbito federal, pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para atender aos estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior, nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Ele foi implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Esse programa tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Não obstante, o decreto se referir apenas a cursos de graduação presenciais de universidades federais, é legal sua aplicabilidade em cursos de nível médio presenciais, ofertados pelos Institutos Federais, visto que a própria normativa destaca que este deve abranger os Institutos Federais, considerando suas especificidades, porque são instituições equiparadas às universidades. Esse dispositivo legal, ao tratar do ensino superior e ao mesmo tempo afirmar que deve ser considerada as especificidades dos Institutos Federais, cria a possibilidade de estender o benefício a todo seu público estudantil. E isso foi identificado no campus Morrinhos, pois as ações do Pnaes são destinadas tanto a alunos dos cursos superiores, quanto dos cursos técnicos de nível médio.

Contudo, este estudo limitou-se em analisar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio no campus Morrinhos do IF Goiano. Tendo como abordagem investigativa, o estudo de caso, por meio de pesquisa qualitativa, utilizando como recurso a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários e entrevistas.

Fazendo uso desses instrumentos, ao avaliar como o Pnaes é desenvolvido na EPT, foi identificado que das 10 áreas do programa, apenas a creche não foi

implementada na instituição. As outras nove podem ser percebidas de forma direta ou indireta dentro do *campus*. Foi possível identificar a existência de alguns projetos de ensino e extensão que envolvem as áreas do Pnaes. No entanto, carecem de mais participação e engajamento, tanto de professores quanto de estudantes. Uma área que merece destaque no campus Morrinhos é a alimentação. Visto que, são ofertados, de forma totalmente gratuita, almoço e jantar a todos os estudantes. Além disso, foi apurado, por meio das entrevistas, que em breve será ofertando também café da manhã.

Quanto às áreas que necessitam de editais, no ano de 2019, os discentes dos cursos técnicos contemplados foram: 10 do curso Técnico em Alimentos; 7 do curso Técnico em Agropecuária e 16 do curso Técnico em Informática. Portanto, foi apurado que de um total de 379 alunos matriculados, 33 foram atendidos com auxílios, por meio de editais. Ainda desse total de matrículas, foram identificadas 53 transferências, cujos motivos foram registrados em formulários na secretaria de registros escolares. Esses motivos evidenciam a necessidade de ampliação dos auxílios, haja vista estarem relacionados a questões socioeconômicas, mais especificamente à necessidade de trabalhar e ou de pagar o transporte escolar.

Em relação a questões socioeconômicas, este estudo ocupou-se em conhecer o perfil dos estudantes dos cursos técnicos e foi constatado que grande parcela dos pesquisados são de classe baixa. Foi constatado também que 18% desses estudantes exercem algum tipo de trabalho. Essa quantidade, aparentemente pequena, torna-se grande em razão da necessidade de conciliar com um curso em tempo integral, evidenciando a importância das ações do Pnaes.

Ao questionar os estudantes sobre a existência do Pnaes, 68% deles responderam que não conheciam, mesmo sendo usuários de suas ações. Obviamente que sabiam da existência de algumas delas, como é o caso da alimentação, transporte e moradia, que são as ações mais evidentes. Mas, não sabiam da existência do decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

A partir desse estudo, constata-se que o Pnaes, programa que possui a função de democratizar as condições de permanência dos jovens na escola até a conclusão dos estudos, interfere na situação de permanência e êxito desses alunos, pois muitas transferências ocorreram devido a motivos socioeconômicos. Outra constatação acerca do Pnaes foi o fato desse programa não ser divulgado entre os estudantes, prova disso são os 74% de pesquisados que não se inscreveram por

não terem tomado conhecimento dos editais. Foi constatado que a divulgação, existente, consiste nas publicações dos editais a cada ano, porém, o Pnaes não se resume tão somente às áreas de transporte e moradia, que são as duas que necessitam de editais. Esse programa deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão e desenvolver ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Sendo assim, é necessário muito mais que divulgação entre os estudantes, é preciso mostrar a eles que o Pnaes é um decreto, portanto, uma política de governo, que precisa urgentemente ser transformada em lei, e se tornar uma política de estado, proporcionando, aos cidadãos estudantes, maior garantia dos direitos. Esses sujeitos precisam ter conhecimento dessas normativas e, juntamente com a instituição, lutarem para que a política de assistência estudantil seja fortalecida e os direitos dos estudantes sejam preservados. Seguindo essa lógica, e como forma de colaborar e informar, foi construído como produto educacional, um guia do estudante dos cursos técnicos integrados, instrumento que possibilitou aos participantes conhecer as ações do Pnaes implementadas no campus Morrinhos e como cada uma delas é desenvolvida.

Por conseguinte, constata-se a necessidade de solicitar aos gestores educacionais, maior atenção, divulgação e investimentos na área de assistência estudantil, afinal, se não houver estudantes, não há razão para as demais demandas de uma escola. Portanto, devem ser prioridades, esses investimentos. Diante disso, sugere-se a presença contínua de no mínimo um profissional do Serviço Social na instituição, pois é o profissional competente para gerir tal política e assegurar que os recursos financeiros sejam destinados de forma justa.

Agindo dessa forma, contribuirá no desafio de se consolidar o ensino médio integrado como proposta educacional capaz de transformar a realidade da classe trabalhadora. Essa proposta tem como referência a escola unitária defendida por Gramsci (1982), que ao refletir sobre a organização escolar, defende o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida e que esta etapa escolar deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos. É a utopia de uma construção social justa e igualitária por meio da educação, visto que,

esta deve ser concebida como processo omnilateral, ou seja, aquela que forme um sujeito completo, capaz de atuar tanto como dirigente, como em atividades técnicas, e que isso possa ser uma escolha e não uma imposição do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o ensino médio integrado, deve permitir ao jovem estudante a compreensão de maneira contextualizada dos conteúdos acumulados pela humanidade ao longo de sua história. Portanto, mais do que lidar com as habilidades exigidas pelas ciências e técnicas, nesse modelo de ensino, os estudantes têm a possibilidade de compreender que, ao longo da história, os conhecimentos são produzidos pelo homem e constituem sua realidade. É importante que gestores escolares, pais e professores compreendam que educação e trabalho não podem ser tratadas como duas categorias antagônicas, é fundamental para a formação humana a integração entre essas duas categorias.

À vista disso, a Lei nº 11.892/2008, preconiza que devem ser reservadas, no mínimo, 50% das vagas dos Institutos Federais para a oferta de educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental, prioritariamente, na forma de cursos integrados e para o público da educação de jovens e adultos. Porém, no ano de 2019, foi identificado que 767 matrículas são em cursos superiores, enquanto 379 são em cursos técnicos de nível médio, ainda tem as vagas destinadas aos cursos de pós-graduação e Educação à Distância (EaD).

Diante da realidade apresentada neste estudo, percebemos que há alguns desafios a serem superados, mas não podemos deixar de mencionar que significativos avanços aconteceram em relação à assistência estudantil e à escola de modo geral. A implementação do Pnaes no campus Morrinhos e o desenvolvimento de suas ações para a permanência de todos os alunos na Instituição, independente de idade e nível de ensino é, sem dúvida, um grande avanço para a educação. Esperamos que novas ações sejam implementadas e as existentes ampliadas, priorizando e incentivando a permanência e o sucesso dos estudantes na trajetória escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, R; ALVES, G. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em: 03 de jun. de 2020.

ANTUNES, R. L. **O continente do labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Trabalho e educação - da especialização à flexibilização: as formas da educação no modo de produção capitalista**. In: PREVITALI, F. S. (Org.). Trabalho, educação e reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 2012. p. 15-24.

ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

BARATO, J.N. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. Boletim Técnico do Senac: **A Revista da Educação Profissional**, Rio de Janeiro, v. 34, n.3, set/dez. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/34-31-PB.pdf> Acesso em: 05 de jul. de 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed. V. 2. São Paulo: Cortez. (Biblioteca Básica do Serviço Social). 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 09 de jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048 de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4048.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073 de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244 de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.142 de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6142.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529 de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530 de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621 de 1946**. Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613 de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 03 de nov. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 06 de jun. de 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm 03 de nov. Acesso em: 04 de nov. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm Acesso em: 03 de nov. de 2018.

BRASIL. **Portaria nº 1.005, de 10 de setembro de 1997**. Implementação do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Port1005.pdf> Acesso em: 03 de nov. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e

os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 28 de jan. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm . Acesso em: 28 de jan. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm Acesso em: 22 de jan. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em: 11 de jan. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11741.htm) Acesso em: 11 de jan. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm . Acesso em: 25 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes> Acesso em: 12 de jul. 2020.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em: 03 de nov. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/2012**. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 03 de jan. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510/2016**. Trata da ética na

pesquisa na área de ciências humanas e sociais: conquista dos pesquisadores. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> Acesso em: 03 de jan. de 2018.

BRASIL. Senado Federal. Notícias Senado. **Sistema S**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> Acesso em: 30 de set. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2017**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file> Acesso em: 27 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. IF Goiano. **Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE). 2019**. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/selecoes-internas/476-ensino/permanencia/12126-instituto-apresenta-resultados-do-plano-estrategico-de-permanencia-e-exito-2.html> Acesso em: 10 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Brasília 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/Caderno_de_Conceitos_e_Orientacoes_do_Censo_Escolar_2020.pdf Acesso em: 11 de jul. de 2020.

BAUER M.W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3 ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

BELTRÃO, Tatiana. Senado Federal. **Notícias Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura> Acesso em: 30 de set de 2019.

CAVALHEIRO, J. S. **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS GAÚCHOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: alcances, perspectivas e desafios** 256 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas,-RS, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_fae2b73952af1a8449c810b670fb76b2 Acesso em: 25 de jun. de 2019.

DELPHINO, F. B. B. **A educação profissional: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo**. Brasil: Icone editora, 2010.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984

DORE, R.; LÜSCHER, A. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v.41 n.144, p.776; 778. set/dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf> Acesso em: 25 de mar. de 2019.

ESTANQUE, E. ONDE PÁRAA CLASSE MÉDIA? Breves notas sobre o conceito e a realidade portuguesa Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 83, 2017, pp. 37-54. DOI:10.7458/SPP2017839971. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n83/n83a02.pdf> Acesso em: 04 de setembro de 2020.

FEGHALI, Jandira. **Projeto de Lei. 2017**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AEABDF3E3BBB6603CE04B6C52647153F.proposicoesWebExterno1?codteor=1603913&filename=Tramitacao-PL+8739/2017 Acesso em: 11 de maio de 2020.

FLIPSNACK. **Guia do Estudante**. 2020. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/guiadoestudante/guia-do-estudante25-05.html> Acesso em: 20 de maio de 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 3.ed.: São Paulo, Cortez, 2012.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo, Cortez, 1987.

FRIGOTO, G. Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, jul/dez de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729> Acesso em: 25 de mar. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Fernanda Cunha. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. . A necessária interpretação sistemática da Constituição Federal, das Leis nº. 11.892/2008 e nº 9.394/1996 e do Decreto nº 7.234/2010. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2983, 1 set. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19894>. Acesso em: 15 dez. 2018.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho 4. ed.: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1982.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

IF GOIANO. **Manual de Assistência Estudantil**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. 4.ed. Goiânia. 2019. Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/MANUAL_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_BpNRx2M.pdf Acesso em: 02 fev. de 2020.

IF GOIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 a 2023.**

Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf Acesso em: 11 de jun. de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa revela que 20 milhões de jovens nem estudam nem trabalham na América Latina e no Caribe.** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34460 Acesso em: 20 de ago. de 2019.

IF GOIANO. **Editais Assistência Estudantil nº 001/2019.** Residência Estudantil (Público masculino). Disponível em:

<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias-morrinhos/11694-divulgado-edital-de-residencia-estudantil-temporaria.html> Acesso em: 02 de set. 2019.

IF GOIANO. **Editais Assistência Estudantil nº 002/2019.** Auxílio Transporte Intermunicipal. Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/2_Edital_002_Aux%C3%ADlio_Transporte_Intermunicipal_2019.pdf Acesso em: 02 de set. 2019.

IF GOIANO. **Editais Assistência Estudantil nº 003/2019.** Auxílio Transporte Municipal. Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/3_Edital_003_Aux%C3%ADlio_Transporte_Municipal_2019_2.pdf Acesso em: 02 de set. 2019.

IF GOIANO. **Editais Assistência Estudantil nº 004/2019.** Auxílio Moradia (Público feminino). Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias-morrinhos/11279-publicado-edital-para-concessao-de-auxilio-moradia.html> Acesso em: 02 de set. 2019.

IF GOIANO. **Editais Assistência Estudantil nº 005/2019.** Residência Estudantil temporária (Público masculino) Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/5_EDITAL_005_Resid%C3%Aancia_Estudantil_Tempor%C3%A1ria_Morrinhos_2019.docx_1.pdf Acesso em: 02 de set. 2019.

IF GOIANO. **Manual de Assistência Estudantil.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. 4.ed. Goiânia. 2019. Disponível em:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/MANUAL_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_BpNRx2M.pdf Acesso em: 02 fev. de 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & educação.** n. 27, p. 40 a 60, mai. a ago. 2003. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60> Acesso em: 01 dez. 2019.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4.ed.: São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, E. M. E MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCENA, C. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MARX, K; ENGELS, F. **Burgueses e Proletários**. In: Manifesto do Partido Comunista. 1872. Disponível em: <http://paginavermelha.org/documentos/manifesto/cap-1.htm> Acesso em: 28 de abr. 2020.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MATTOS, C.L.G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, P.A., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf> Acesso em: 07 de abr. de 2020.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, v. 2, n. 23, 2007.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf> Acesso em: 02 de abr. de 2020.

NITAHARA, A. IBGE: educação dos pais é determinante na formação e no rendimento dos filhos. Agência Brasil. **Empresa Brasil de Comunicação** – EBC. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/ibge-educacao-dos-pais-e-determinante-na-formacao-e-rendimento-dos-filhos> Acesso em: 06 de mar. de 2020.

NOGUEIRA, M. A. Relação Família-escola: Novo Objeto na Sociologia da

Educação. **Paidéia**, v. 8, nos 14/15, pp. 91-103. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v8n14-15/08.pdf> Acesso em: 11 de fev. 2020.

NOSELLA, P. Espaço Aberto Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100011&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 04 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets**. 1. ed.: Petrópolis, RJ: Papyrus, 2003.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Org.). **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania: A revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PASCARELLA, E.; BOHR, L.; Nora, A.; Zusman, B.; Inman, P.; Desler, M. Cognitive Impacts of Living on Campus versus Commuting to College. **Journal of College Student Development**, v. 34, p. 216-220, 1993.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. de A.; CASTAMAN, A. S. **Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica**. Educitec, Manaus, v. 4, n. 7, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/302-Artigo%20Educitec%20\(submiss%C3%A3o%20inicial\)-1033-1-10-20180510.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/302-Artigo%20Educitec%20(submiss%C3%A3o%20inicial)-1033-1-10-20180510.pdf) Acesso em: 12 de fev. 2020.

PINTO, J. C. A.; TENÓRIO, R. M. **A influência dos fatores socioeconômicos no desempenho acadêmico dos estudantes de ensino médio integrado do IFBA/Campus Barreiras**. Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/jucinara_pinto_o_robinson_tenorio_a_influencia_dos_fatores_socioeconomicos_no_desempenho.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2019.

POCHMANN, M. **10 anos de governos neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Organização Emir Sader. São Paulo. Boitempo. 2013.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. 2007. In: Seminário sobre ensino médio. 2007, Rio Grande do Norte: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de Regressão**. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Claudio Nei Nascimento da. (org.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p.9. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf Acesso em: 08 de maio de 2020.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Desenvolvendo perguntas para pesquisas**. Tradução: Nivaldo Montigelli Jr. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

REIS, J.M.S. **A formação humana enquanto princípio educativo**. In: Políticas Sociais e Educacionais: Cenários e Gestão. Uberlândia, 2013, p. 51-66.

SANTOS, P. S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, limite, trajetória e perspectivas**. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v.12 n.34, p.152-180. jan/abril.2007.

SCHELLER F.; SCARAMUZZO M. Em um país com desemprego de 13%, sobram vagas na área de tecnologia. O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano 140, n. 45855, 15 maio 2019. **Economia & Negócios**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-um-pais-com-desemprego-de-13-sobram-vagas-na-area-de-tecnologia,70002816007> Acesso em: 04 de jul. de 2020.

SCHUDDE, L. T. The causal effect of campus residency on college student retention. **The Review of Higher Education**, v. 34, n. 4.p. 581-610, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Editora: Cengage Learning, 2014.

SICSÚ, J.; PAULA, L.F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**. v. 27, n. 4, p. 507-524. [S.l.]out/dez, 2007.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 11 de jun. de 2019.

SPOSATI, A. Equidade, In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/270.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2018.

TUON. L. Desemprego deixa herança maldita aos jovens e cicatrizes no país. **Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/desemprego-deixa-heranca-maldita-aos-jovens-e-cicatrizes-no-pais/> Acesso em: 28 de jun. de 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário com estudantes dos cursos técnicos integrados

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”. A sua participação consiste em responder questões das quais serão extraídas informações que serão utilizadas na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano – campus Morrinhos. O estudo está sendo desenvolvido pela pesquisadora Sidineya Aires de Medeiros sob orientação da Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano com intuito de verificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE), por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é ofertada e desenvolvida na instituição, e pretende identificar a influência desse programa na trajetória dos estudantes. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato pelo e-mail sidineyaaires.medeiros@gmail.com ou telefone (64) 992127896. Poderá, ainda, procurar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano pelo telefone (62) 3605-3600, ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br.

() CONCORDO em participar da pesquisa

() NÃO CONCORDO em participar da pesquisa

1-Você é estudante de qual curso?

a- () Técnico em alimentos integrado ao ensino médio

b- () Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio

c- () Técnico em informática integrado ao ensino médio

2-Você é estudante de qual ano?

a- () 1º ano

b- () 2º ano

3-Onde você cursou o Ensino Fundamental?

a- () Escola pública

b- () Escola particular

c- () Parte em escola pública e parte em escola particular.

4-Qual sua idade?

a- () entre 14 e 15 anos

b- () entre 16 e 17 anos

c- () entre 18 e 19 anos

d- () 20 anos ou mais

5-Qual seu sexo?

a- () Feminino

b- () Masculino

6-Quantas pessoas moram com você? (Incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos. Em caso de aluno residente no IF, considerar a casa dos pais/responsáveis). Marque apenas uma resposta.

a- () Moro sozinho

b- () Uma a três

c- () Quatro a sete

d- () Mais de sete

7-A casa onde você mora é: (Marque apenas uma resposta)

a- () Própria/financiada

b- () Alugada

c- () Cedida

8-Onde está localizada a sua casa? (Marque apenas uma resposta)

a- () Zona rural

b- () Zona urbana

c- () Comunidade indígena

d- () Comunidade quilombola.

9-Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)

a- () Ensino Fundamental incompleto

b- () Ensino Fundamental completo

c- () Ensino Médio incompleto

d- () Ensino Médio completo

e- () Ensino Superior

f- () Não sei responder

10-Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)

a- () Ensino Fundamental incompleto

b- () Ensino Fundamental completo

c- () Ensino Médio incompleto

d- () Ensino Médio completo

e- () Ensino Superior

f- () Não sei responder

11-Quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

a- () Até 1 salário mínimo

b- () De 1 a 3 salários mínimos

c- () De 3 a 6 salários mínimos

d- () Acima de 6 salários mínimos

e- () Não sei responder

12-Você trabalha? Em caso negativo avance para a questão 16. (Marque apenas uma resposta)

a- () Sim

b- () Não

13-Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)

a- () até 10 horas semanais

b- () de 10 a 20 horas semanais

c- () acima de 20 horas semanais

14-Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)

a- () Antes dos 14 anos.

b- () Entre 14 e 16 anos.

c- () Entre 17 e 18 anos.

d- () Após 18 anos.

15-Como você avalia o fato de estudar e trabalhar? (Marque apenas uma resposta)

a- () Atrapalha meus estudos

b- () Não atrapalha meus estudos

16-Qual meio de transporte você utiliza para estudar no IF Goiano campus Morrinhos?

a- () Ônibus/Micronibus/Van/Kombi gratuito oferecido pelo município onde resido

b- () Ônibus/Micronibus/Van/Kombi particular pago com auxílio recebido do IF Goiano

c- () Ônibus/Micronibus/Van/Kombi particular pago com recursos próprios

d- () Outros

17-Você conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)?

a- () Sim

b- () Não

18-Você já se inscreveu para participar da seleção de algum auxílio financeiro no IF Goiano campus Morrinhos?

a- () Sim e fui contemplado

b- () Sim, mas não fui contemplado

c- () Não

19-Você é aluno residente IF Goiano campus Morrinhos?

a- () Sim

b- () Não, mas já residi no IF Goiano campus Morrinhos

c- () Não, nunca morei no IF Goiano campus Morrinhos

20-Quais os principais desafios encontrados por você, enquanto aluno do Ensino Médio Integrado, no IF Goiano campus Morrinhos?

21-Há algo que você queira falar sobre a assistência estudantil que não foi perguntado?

Apêndice B - Roteiro de entrevista com gestores anteriores ao Pnaes

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”. A sua participação consiste em responder questões das quais serão extraídas informações que serão utilizadas na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano - campus Morrinhos. O estudo está sendo desenvolvido pela pesquisadora Sidineya Aires de Medeiros sob orientação da Prof. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano com intuito de verificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE), por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é ofertada e desenvolvida na instituição, e pretende identificar a influência desse programa na trajetória dos estudantes. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato pelo e-mail sidineyaires.medeiros@gmail.com ou telefone (64) 992127896. Poderá, ainda, procurar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano pelo telefone (62) 3605-3600, ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br.

() CONCORDO em participar da pesquisa

() NÃO CONCORDO em participar da pesquisa

Obs.: Não é necessária identificação.

1- Qual a sua formação acadêmica?

2- Na gestão, você estava em qual função?

3- Você participava de reuniões e ou decisões a respeito da Política de Assistência Estudantil (PAE)? Com que frequência essas reuniões aconteciam?

4- Os recursos destinados à PAE atendiam à demanda?

5- O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído por meio da Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. As ações de assistência estudantil do Pnaes deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas, elencadas abaixo. Marque SIM para as ações que eram desenvolvidas ou NÃO para as que não eram desenvolvidas no campus Morrinhos no período em que você esteve na coordenação da assistência estudantil e descreva como eram desenvolvidas:

ÁREA		PERÍODO - DESCRIÇÃO													
Moradia Estudantil () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Alimentação	Almoço () Sim () Não	() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
	Jantar () Sim () Não	() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Transporte () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Atenção à Saúde () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Inclusão Digital () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Cultura () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Esporte () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Creche () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Apoio Pedagógico () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													
Acesso, Participação e Aprendizagem de Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação. () Sim () Não		() 1998	() 1999	() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	() 2010	() 2011
		Quais ações eram desenvolvidas nesta área?													

- 6- Quais dessas áreas eram mais requeridas pelos discentes? A que você atribui tais demandas?
- 7- Como era a participação da comunidade (pais, alunos, docentes e servidores técnicos administrativo) nas decisões envolvendo a Política de Assistência Estudantil?
- 8- Havia estudo social para implementar as ações de assistência estudantil?
- 9- Havia avaliação dos resultados da Política de Assistência Estudantil? Como essa avaliação acontecia?
- 10- Há algo que você gostaria de acrescentar?

Apêndice C – Roteiro de entrevista com atual coordenação da assistência estudantil /membros da comissão de permanência e êxito

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”. A sua participação consiste em responder questões das quais serão extraídas informações que serão utilizadas na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano – campus Morrinhos. O estudo está sendo desenvolvido pela pesquisadora Sidineya Aires de Medeiros sob orientação da Prof. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano com intuito de verificar como a Política de Assistência Estudantil (PAE), por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é ofertada e desenvolvida na instituição, e pretende identificar a influência desse programa na trajetória dos estudantes. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato pelo e-mail sidineyaaires.medeiros@gmail.com ou telefone (64) 992127896. Poderá, ainda, procurar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano pelo telefone (62) 3605-3600, ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br.

() CONCORDO em participar da pesquisa

() NÃO CONCORDO em participar da pesquisa

Obs.: Não é necessária identificação.

- 1- Na gestão, você ocupa qual função?
- 2- Você participa de reuniões e ou decisões a respeito da Política de Assistência Estudantil (PAE)? Com que frequência essas reuniões acontecem?
- 3- Os recursos destinados à PAE atendem à demanda?
- 4- Como é a participação da comunidade (pais, alunos, docentes e servidores técnicos administrativo) nas decisões envolvendo a PAE?
- 5- O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído por meio da Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. As ações de assistência estudantil do Pnaes deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas, elencadas no abaixo. Marque SIM para as ações que são desenvolvidas ou NÃO para as que não são desenvolvidas no IF Goiano campus Morrinhos e descreva como cada uma

delas é desenvolvida:

Área		Quais ações são desenvolvidas nesta área?
Moradia	()Sim ()Não	
Alimentação	()Sim ()Não	
Transporte	()Sim ()Não	
Atenção à saúde	()Sim ()Não	
Inclusão digital	()Sim ()Não	
Cultura	()Sim ()Não	
Esporte	()Sim ()Não	
Creche	()Sim ()Não	
Apoio pedagógico	()Sim ()Não	
Acesso, participação e Aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	()Sim ()Não	

- 6- O IF Goiano campus Morrinhos realiza estudo social com seus estudantes? Com que frequência este estudo acontece?
- 7- Quais dessas áreas são mais requeridas pelos discentes? A que você atribui tais demandas?
- 8- Há critérios para divisão dos recursos entre os cursos superiores e técnicos de nível médio no IF Goiano campus Morrinhos? Quais?
- 9- Há avaliação dos resultados da PAE no IF Goiano campus Morrinhos? Como essa avaliação acontece?
- 10-Quais são as ações realizadas pela comissão permanência e êxito local?
- 11-Com que frequência são realizadas as reuniões da comissão de permanência e êxito local?
- 12-Há algo que você gostaria de falar que não foi questionado?

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Alunos Maiores, coordenadores e gestores)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Sidineya Aires de Medeiros, pelo telefone: (64) 992127896 ou por meio do e-mail: sidineyaaires.medeiros@gmail.com e também no endereço: Rua CR-2 Quadra 31, Lote 15, Setor Cristo, Morrinhos-GO CEP 75650-000. Em caso de dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia- Goiás ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br ou nos telefones: (62) 3605 3600/ 9 9926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

JUSTIFICATIVA OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa é motivada pela vontade de contribuir para uma maior reflexão acerca da aplicação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), objetiva compreender a aplicação do Pnaes nos cursos técnicos de nível médio e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes desses cursos. O público alvo são: discentes, docentes, coordenadores e gestores do IF Goiano campus Morrinhos. Os procedimentos utilizados serão, além de análise documental (livros, artigos, legislações etc.), por meio de entrevistas e questionários. As entrevistas (com professores, coordenadores e gestores), com questões semiestruturadas, serão

gravadas e os questionários (com alunos) serão enviados por meio eletrônico. Os dados coletados serão analisados e utilizados na escrita da dissertação e desenvolvimento de um produto educacional.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes. Porém, as entrevistas podem gerar situações de desconforto, vergonha, ansiedade, dúvidas, risco de identificação, porque suas falas estarão sendo gravadas pela pesquisadora. Diante do exposto, serão tomadas medidas para minimizar as situações acima descritas, como o agendamento prévio do dia, horário e local da entrevista. Além disso serão tomados os cuidados quanto à privacidade e sigilo do participante que está sendo entrevistado. Quanto aos questionários enviados por meio eletrônico os riscos são semelhantes aos descritos acima, e também pelo fato de os participantes fornecerem informações pessoais mesmo sem identificação. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora estará apta a auxiliar o avaliado bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo para auxílio psicológico no próprio *campus*. Os benefícios pela sua participação estão na aquisição dos conhecimentos adquiridos e na contribuição com a pesquisa científica.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema, será encaminhado para tratamento adequado ao SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal), o qual tem por objetivo promover, coordenar e integrar ações e programas de prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar,

retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Após a pesquisa, a todos os envolvidos, serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, anotações do diário de campos etc.) serão armazenados, em local seguro, pela pesquisadora por cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, a pesquisadora garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer gasto ou prejuízo. Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, serão seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Eu _____ CPF _____,
ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos” de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Pais/responsáveis)

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você, nem seu filho(a) não serão penalizados(as) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Sidineya Aires de Medeiros, pelo telefone: (64) 992127896 ou por meio do e-mail: sidineyaaires.medeiros@gmail.com e também no endereço: Rua CR-2 Quadra 31, Lote 15, Setor Cristo, Morrinhos-GO CEP 75650-000. Em caso de dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF GOIANO), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia- Goiás ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br ou nos telefones: (62) 3605 3600/ 9 9926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

JUSTIFICATIVA OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa é motivada pela vontade de contribuir para uma maior reflexão acerca da aplicação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), objetiva compreender a aplicação do Pnaes nos cursos técnicos de nível médio e quais são as possíveis implicações do desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito dos discentes desses cursos. O público alvo são: discentes, docentes, coordenadores e gestores do IF Goiano campus Morrinhos. Os procedimentos utilizados serão, além de análise documental (livros, artigos, legislações etc.), por meio de entrevistas e questionários. As entrevistas (com professores, coordenadores e gestores), com questões semiestruturadas, serão

gravadas e os questionários (com alunos) serão enviados por meio eletrônico. Os dados coletados serão analisados e utilizados na escrita da dissertação e desenvolvimento de um produto educacional.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

Esta pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes. Porém, as entrevistas podem gerar situações de desconforto, vergonha, ansiedade, dúvidas, risco de identificação, porque suas falas estarão sendo gravadas pela pesquisadora. Diante do exposto, serão tomadas medidas para minimizar as situações acima descritas, como o agendamento prévio do dia, horário e local da entrevista. Além disso serão tomados os cuidados quanto à privacidade e sigilo do participante que está sendo entrevistado. Quanto aos questionários enviados por meio eletrônico os riscos são semelhantes aos descritos acima, e também pelo fato de os participantes fornecerem informações pessoais mesmo sem identificação. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora estará apta a auxiliar o avaliado bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo para auxílio psicológico no próprio *campus*. Os benefícios pela sua participação estão na aquisição dos conhecimentos adquiridos e na contribuição com a pesquisa científica.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema, será encaminhado para tratamento adequado ao SIASS (Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal), o qual tem por objetivo promover, coordenar e integrar ações e programas de prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que

desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, a pesquisadora garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer gasto ou prejuízo. Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ CPF _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos” de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do pai/mãe/responsável

Apêndice F – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (Alunos menores)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no IF Goiano – campus Morrinhos”. Nesta pesquisa pretende-se compreender a aplicação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos cursos técnicos de nível médio e quais são as possíveis implicações no desenvolvimento de tal política no processo de permanência e êxito desses discentes. Em relação às coletas de dados, para os estudantes do ensino médio, serão utilizados questionários, que serão aplicados por meio eletrônico. Para participar da pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo e não haverá benefícios diretos na sua participação, apenas os conhecimentos encontrados por meio deste estudo. Você estará livre para participar ou recusar-se da pesquisa e em caso de dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Sidineya Aires de Medeiros, pelo telefone: (64) 992127896 ou por meio do e-mail: sidineyaaires.medeiros@gmail.com e também no endereço: Rua CR-2 Quadra 31, Lote 15, Setor Cristo, Morrinhos-GO CEP 75650-000. Em caso de dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF GOIANO), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia- Goiás ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br ou nos telefones: (62) 3605 3600/ 9 9926-3661. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade e a sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Após a pesquisa, a todos os envolvidos, serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, anotações do diário de campos etc.) serão armazenados, em local seguro, pela pesquisadora por cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos, serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente. Esta pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes. Porém, pode gerar situações de desconforto, pelo fato de os participantes fornecerem

informações pessoais mesmo sem identificação. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora estará apta a auxiliar o avaliado bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo para auxílio psicológico no próprio *campus*.

Diante disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou materiais que indiquem sua participação não serão liberados sem a permissão do responsável por você. Este termo encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você.

Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, serão seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade _____, fui esclarecido(a) quanto aos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá mudar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do estudante

Assinatura do pai/mãe/responsável